



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO ACADÊMICO**

INGRIDY LAMMONIKELLY DA SILVA LIMA

**A CATEGORIA TRABALHO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO
SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DO LEGADO DA MODERNIDADE E AS
INFLEXÕES DO PÓS-MODERNO**

João Pessoa/PB
2018

INGRIDY LAMMONIKELLY DA SILVA LIMA

**A CATEGORIA TRABALHO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO
DO SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DO LEGADO DA MODERNIDADE E
AS INFLEXÕES DO PÓS-MODERNO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob orientação da Professora Doutora Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida.

Área de Concentração: Serviço Social e Política Social.

Linha de Pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Política Social.

João Pessoa

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732c Lima, Ingridy Lammonikelly da Silva.

A Categoria Trabalho na Produção do Conhecimento do Serviço Social a partir do legado da Modernidade e as inflexões do Pensamento Pós-Moderno / Ingridy Lammonikelly da Silva Lima. - João Pessoa, 2018.
182 f.

Orientação: Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Produção do Conhecimento. Serviço Social. Trabalho.
I. Almeida, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. II.
Título.

UFPB/CCHLA

**A CATEGORIA TRABALHO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO
DO SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DO LEGADO DA MODERNIDADE
EAS INFLEXÕES DO PENSAMENTO PÓS-MODERNO**

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima

Dissertação de Mestrado submetida à comissão nomeada pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestra.

Aprovada por:



Profª Drª Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
(Orientadora)



Profª Drª Maria Aparecida Ramos Meneses
(Docente do PPGSS/UFPB - Examinadora Interna)



Mônica Barros da Nóbrega
(Docente do PPGSS/UEPB - Examinadora Externa)

João Pessoa/PB

2018

*À Constância, minha mãe, amiga e protetora;
A todas as mulheres, pela força e coragem diária.*

AGRADECIMENTOS

Caminhando e cantando e seguindo a canção

Somos todos iguais braços dados ou não

Nas escolas, nas ruas, campos, construções

Caminhando e cantando e seguindo a canção

Vem, vamos embora, que esperar não é saber

Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.

(Para não dizer que não falei das flores, Geraldo Vandré)

Agradecer é ser grato pela caminhada percorrida, na qual não estamos só. O Ser Social só é social pelas relações humana que resguarda a transformação social não será realizada sozinha, necessita de um coletivo consciente. É a esse coletivo, que contribuiu para a minha escrita, que hoje agradeço.

À vida maestra de todas as coisas, a concebo como dimensão espiritual, necessária em dias de tormenta.

À minha família, minha base de tudo. Em especial a minha mãe Constância, pela mulher guerreira que me ensinou a ser. À minha irmã Géssica, por ter sido minha proteção, a minha alegria, o motivo dos meus sorrisos em meio a loucura. À minha tina querida Maria Rita (Edileusa), por sempre me empurrar para frente.

À meu companheiro José Rangel que sempre se dedicou a contribuir com os meus estudos. Ele foi paciente em momentos de desespero, ele foi alegria nas vitórias, ele foi e é meu porto seguro. Gratidão por tudo, menino, o mundo ainda será nosso!

Às minhas companheiras de turma e de vida Angely Cunha e Nirleide Dantas, não sei o que seria de mim sem vocês!! Gratidão por tudo, minha segunda família são os meus amigos, tenham certeza, vocês fazem parte dessa segunda família. Amo muito vocês!!

A Ana Lima, por me conectar com o mundo espiritual. Levarei sempre comigo!!

A Carina Dias, Claudia Almeida, Aline Moreira, Hidria, Eduardo, Geovane e Glayce, meus amigos de tantas horas.

A minha orientadora Bernadete, pela partilha de saber!!

As minhas amigas de profissão, Mauricélia Cordeiro e Luciana Cantalice pelo companheirismo e amor de sempre!!

A minha amiga Hosana pela acolhida. Ganhei mais uma irmã pela peregrinação em João Pessoa. Amo-lhe muito!!

A minha querida turma de Mestrado 2016.1. Apesar de todas particularidades, conseguimos ser totalidade, espero encontra-las pelo caminho!!

Agradeço a professora Cida Ramos e Maria Augusta Tavares pelas contribuições dadas na minha Banca de qualificação. Serei eternamente grata pela atenção para com o meu trabalho.

A Universidade Federal da Paraíba, minha segunda casa, local elitizado, mas que a resistência de milhares de pessoas, faz ser um local de debate e saber!!

Ao CNPq pelo financiamento que permitiu uma formação digna. É preciso democratizar ainda mais a educação e a Produção do Conhecimento. Precisamos resistir a esse desgoverno que vem sucateando a Educação pública, em detrimento do Ensino Privado.

Resistência é palavra de ordem. É preciso resistir todos os dias e essa resistência precisar está associada a muita luta. Por isso, a CLASSE TRABALHADORA, toda gratidão que há em mim!!

Tudo produzimos, tudo nos pertence, Avante!!

Hoje as torturas são chamadas de “procedimento legal”, a traição se chama “realismo”, o oportunismo se chama “pragmatismo”, o imperialismo se chama “globalização” e as vítimas do imperialismo se chamam “países em via de desenvolvimento”. O dicionário também foi assassinado pela organização criminosa do mundo. As palavras já não dizem o que dizem ou não sabemos o que dizem.

(Eduardo Galeano)

RESUMO

O presente estudo buscou aproximar-se da realidade do Serviço Social, por meio da dimensão teórico-metodológica, em uma pesquisa realizada nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social do Brasil. O recorte teórico que nos liga a totalidade é a Categoria Trabalho, pois a análise centrou-se nos Programas com linhas e áreas em Trabalho, com Dissertações que tinha por objeto de estudo o Trabalho. O objetivo principal desse estudo trata-se da análise sobre a produção do conhecimento do Serviço Social referente a Categoria Trabalho a partir do legado da Modernidade e as inflexões pós-moderna. Enquanto desdobramento será examinado, especificamente, o “Estado da Arte” da Categoria Trabalho nas dissertações de mestrado, vinculados aos Programas com linhas e áreas em Trabalho. É objeto específico, ainda, o inventário analítico das linhas de pesquisas e áreas de concentração em torno da Categoria Trabalho, bem como a averiguação do campo teórico em que coloca-se a produção do Serviço Social sobre a Categoria Trabalho, a partir do legado da Modernidade e as inflexões da Pós-modernidade. O pressuposto analítico advindo das sucessivas aproximações com o objeto de estudo é de que o Serviço Social vem sofrendo inflexões advindas do processo de reorganização do capitalismo, a partir da crise estrutural iniciada em 1970. Deste modo, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, realizada pelas seguintes categorias de análise: Serviço Social, Trabalho e Produção do Conhecimento. A pesquisa se divide em dois momentos. No primeiro realizamos o levantamento dos 34 Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, chegando ao quantitativo de 23 Programas com linhas e áreas em Trabalho. A investigação tem o marco temporal delimitado entre os anos de 2010 a 2015. Realizou-se o estudo das temáticas referentes à Categoria Trabalho, na qual totalizam cento e quarenta e duas (142) dissertações. O segundo momento da pesquisa esteve sobre a investigação das Dissertações defendidas no ano de 2015, as quais totalizaram 22 Dissertações, sendo analisado: tipo de pesquisa, método, categorias de análise, referências utilizadas e corrente teórica dos autores mais utilizados nas dissertações. A coleta de dados deu-se por meio de Fichas catalográficas de elaboração própria. A análise dos dados ocorreu por meio do “estado da arte” e análise de conteúdo. Esta pesquisa tem como direcionamento metodológico o materialismo histórico dialético, pela fiel leitura ao método em Marx e no construto teórico realizado pela tradição marxista.

Palavras-chaves: Produção do Conhecimento. Serviço Social. Trabalho.

ABSTRACT

The present study sought to approach the reality of Social work, through the theoretical-methodological dimension, in a research carried out in the Graduate Programs in Social Work of Brazil. The theoretical section that connects us with the totality is the Work Category, since the analysis focused on the Programs with lines and areas in Work, with Dissertations that had the object of study the Work. The main objective of this study is the analysis on the production of knowledge of Social Work concerning the Labor Category from the legacy of Modernity and the postmodern inflections. While unfolding will be specifically examined the "State of the Art" of the work category in master's dissertations, linked to Programs with lines and areas in Work. An analytical inventory of the lines of research and areas of concentration around the Labor Category, as well as the investigation of the theoretical field in which the Social Work production on the Labor Category is placed, is based on the legacy of the Modernity and the inflections of Postmodernity. The analytical assumption coming from the successive approximations with the object of study is that the Social Work has been suffering inflections from the process of reorganization of capitalism since the structural crisis that began in 1970. Thus, it is a bibliographical and documentary research, carried out by the following categories of analysis: Social Work, Work and Knowledge Production. The research is divided into two moments. In the first one, we carried out the survey of the 34 Post-Graduate Programs in Social Work, reaching the quantitative of 23 Programs with lines and areas in Work. The research has the time frame delimited between the years 2010 to 2015. The study of the themes related to the Labor Category, in which a total of one hundred and forty-two (142) dissertations were completed. The second moment of the research was on the investigation of the Dissertations defended in the year 2015, which totaled 22 Dissertations, being analyzed: type of research, method, categories of analysis, references used and theoretical current of the authors most used in dissertations. The collection of data was done by means of catalogs of own elaboration. Data analysis took place through the "state of the art" and content analysis. This research has as methodological direction the dialectical historical materialism, by the faithful reading to the method in Marx and in the theoretical construct realized by the Marxist tradition.

Keywords: Knowledge Production. Social Work. Work.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Programas de Pós-Graduação em Serviço Social segundo áreas e linhas de pesquisa. Brasil, 2010-2015-----	91
QUADRO 2- Frequência de Ocorrências das Áreas de concentração dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. Brasil, 2010-2015. N=34	96
QUADRO 3 - Frequência de Ocorrências das Temáticas das Linhas de Pesquisa nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, Brasil, 2017, N=34	98
QUADRO 4 – Descrição das Linhas de Pesquisa sobre a Categoria Trabalho. Brasil, 2010-2015 -----	100
QUADRO 5: Nomenclatura da utilização do Método em Marx nas Dissertações, Brasil, 2015-----	127
QUADRO 6: Distribuição das Dissertações por Categorias/Conceitos, Brasil, 2015 -----	131
QUADRO 7: Frequência de Ocorrências dos principais autores referenciados nas bibliografias das Dissertações de Mestrado sobre a Categoria Trabalho. Brasil, 2015-----	136
QUADRO 8: Frequência de Ocorrências Comparativas entre Política Social e Serviço Social segundo as linhas de pesquisa e área de concentração. Brasil, 2015, N=34 -----	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Eixos Temáticos Sobre a Categoria Trabalho nas Dissertações do Serviço Social, Brasil, 2010-2015----- 107

Tabela 02 - Tipos de Pesquisa presente nas Dissertações do Serviço Social, Brasil, 2015 ----- 122

Tabela 03 - Abordagem das Pesquisas nas Dissertações do Serviço Social, Brasil, 2015 ----- 124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Incidência do Método utilizado nas Dissertações, Brasil, 2015 --125

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
 1. A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: os caminhos e descaminhos da aproximação crítica	25
1.1 A Produção do Conhecimento e o Processo de Renovação: o Serviço Social enquanto área do conhecimento	26
1.2 O marxismo como direção política e teórica do Serviço Social e os desafios para a prática interventiva	35
1.3 A importância da Categoria Trabalho para o Serviço Social: escopo sobre a Produção do Conhecimento	47
 2. O PROJETO DA MODERNIDADE E AS INFLEXÕES DA PÓS-MODERNIDADE NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: os programas de Pós-graduação e a Categoria Trabalho	55
2.1 O Projeto da Modernidade e as inflexões da Pós-modernidade	56
2.1.1 Os influxos do pensamento pós-moderno no Serviço Social: ameaças à dimensão teórico-metodológico	79
2.2 Os Programas de Pós-Graduação do Serviço Social brasileiro e a lógica mecanicista da Produção do Conhecimento	84
2.3 A Categoria Trabalho nas Dissertações de Mestrado: análises dos eixos e áreas	105
 3. A DIMENSÃO TEÓRICA-METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL: uma análise da Produção do Conhecimento em torno da Categoria Trabalho	118
3.1 Os caminhos teórico-metodológicos da atual Produção do Conhecimento do Serviço Social brasileiro	118
3.2 Marxismo, (neo) liberalismo e a pós-modernidade no Serviço Social: a Categoria Trabalho em questão	134
3.3 As armadilhas da realidade e a necessária resistência do Serviço Social: a Categoria Trabalho como direção	148
 APONTAMENTOS CONCLUSIVOS	159
REFERÊNCIAS	173
APÊNDICES	180
Apêndice A	180
Apêndice B	181
Apêndice C	182

INTRODUÇÃO

A dissertação a seguir analisa a Produção do Conhecimento do Serviço Social sobre a Categoria Trabalho, a partir do Projeto da Modernidade e as inflexões do Pós-moderno. Trata-se de uma pesquisa desenvolvida por meio dos Programas de Pós-Graduação brasileiros, vinculados a área base do Serviço Social na CAPES.

Justifica-se a partir dos frutos das observações e vivências obtidas durante o processo de formação no bacharelado em Serviço Social, na Universidade Federal da Paraíba, o qual proporcionou aproximação com grupos de pesquisas sobre o mundo do Trabalho e os Fundamentos do Serviço Social. Esta pesquisa articula-se com o conhecimento adquirido no Grupo de Pesquisa sobre Trabalho (GPT) e dos estudos desenvolvidos pelo Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (SEPACOPS), ambos vinculados a Universidade Federal da Paraíba, onde foi desenvolvido os seguintes projetos: “A relação histórica entre a indústria canavieira e o Estado brasileiro”, sobre coordenação da Professora Doutora Maria Augusta Tavares e o projeto “Produção do Conhecimento do Serviço Social brasileiro no Brasil: a hegemonia do legado da Modernidade à ofensiva da Pós-modernidade”, sobre a orientação da Professora Doutora Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida.

A aproximação com grupos de pesquisa supracitados permitiu a compreensão da totalidade social, na compreensão do sentido ontológico do Trabalho e da funcionalidade do Serviço Social, a partir das relações sociais instituídas pela sociedade capitalista. Além disso, despertou para o entendimento das transformações societárias advindas com a crise de 1970, a qual ditou uma nova organização mundial do capitalismo, com inflexões para o Serviço Social.

Assim, a presente pesquisa parte da necessidade de investigar as inflexões que se dão no campo teórico, político e ideológico do Serviço Social, por meio da análise da sua Produção de Conhecimento. O Trabalho, enquanto categoria ontológica – ineliminável da contradição capitalista – possibilita ao Serviço Social a compreensão das expressões da “questão social”, a partir da apropriação da riqueza construída socialmente, por isso sua importância para a profissão, que além do mais, associa-se ao método em Marx, o qual direciona o seu Projeto Ético Político.

O reconhecimento do Serviço Social enquanto área do conhecimento, no Brasil, representa a maturidade política e ideológica da categoria profissional no marco da sociedade capitalista. Por muito tempo o Serviço Social esteve subordinado ao conhecimento científico produzido por outras áreas. Hoje o Serviço Social situa-se no mundo científico e é reconhecido, para além do seu instrumental prático operativo, como profissão que produz conhecimento, capaz de desvelar os aspectos concretos do real, contribuindo criticamente para a formação de uma massa populacional, possibilitando a capacidade de questionamento da ordem vigente.

A duras penas o Serviço Social vem mantendo seu direcionamento em conformidade com o Projeto Ético Político construído coletivamente pela profissão, alicerçado na tradição marxista, que vem se materializando através da Lei que regulamenta esta profissão (1993), o Código de Ética (1993) e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) os quais compartilham da luta social da classe trabalhadora e colocam em pauta a emancipação política, a liberdade, a defesa aos direitos humanos, a justiça social e a construção de uma sociedade livre da exploração.

A década de 1970 emerge repleta de transformações que inflexionaram as relações capitalistas em sociedade. No Brasil, os reflexos foram sentidos a partir dos anos de 1990 com a entrada massiva do projeto neoliberal, o que proporcionou o desmonte dos ideais democráticos construídos pelos movimentos sociais durante o período de reabertura democrática brasileira. O processo de reestruturação produtiva, de mundialização e financeirização do capital vem redimensionando todos os aspectos societários, proporcionando no campo ideológico, o retorno ao conservadorismo, em sua faceta, neoconservadora, subsidiada por “novas” determinações, resultante no Pensamento Pós-Moderno.

As transformações em curso incidiram diretamente sobre o mundo do Trabalho, proporcionando um novo redimensionamento, permeado pela flexibilização das relações do Trabalho. Contudo, tais transformações/mudanças em nada modificaram a estrutura central do capitalismo. A ofensiva neoconservadora configurada pela ideologia pós-moderna reforça a contradição inerente da sociedade de classes, lhe dando os subsídios necessários para sua manutenção.

Para Mota e Amaral (2014) as transformações têm afetado sob medida a profissão do Serviço Social, repercutindo no exercício prático profissional e no direcionamento político, emanando novas alternativas teórico-profissional, que reatualizam e enaltecem os aspectos conservadores da profissão e limitam o compromisso profissional na luta por uma sociedade para além do capitalismo.

O Serviço Social não ficou imune a estas tendências mais gerais da ofensiva das classes dominantes e dos intelectuais que tentam socializar, a todo custo, seus interesses particularistas de modo a torna-los universais, generalizando-os para toda a sociedade, razão pela qual a profissão tem sido instada, permanentemente, a redefinir suas estratégias e táticas para enfrentar as problemáticas emergentes, seja no plano do exercício, da formação *stricto sensu*, no âmbito da regulação da profissão, da produção do conhecimento ou mesmo no plano macrossocial, onde se incluem as articulações com as lutas sociais. (MOTA; AMARAL, 2014, p. 25).

A escolha pela produção do conhecimento sobre Trabalho justifica-se também pelos estudos mais recentes, que manifestam preocupação diante do fato da Categoria Trabalho ser uma das temáticas de destaque nas intervenções pós-modernas, o que não é exclusivo do Serviço Social, mas inflexionando nas formulações das Ciências Sociais como um todo.

Ademais, alguns estudos apontam o avanço de campos teóricos referentes à Política Social em detrimento das reflexões próprias dos Fundamentos do Serviço Social. Em tempos de ofensiva neoliberal, de retorno ao conservadorismo, pela via neoconservadora Pós-Moderna, nos faz atentar para as questões próprias da categoria, refletindo e reafirmando o arcabouço teórico e prático assegurado na década de 1990, em uma tentativa já defendida pelo Netto (2016) que é de repensar e reconstruir a história do Serviço Social.

Deste modo, compreendendo o Serviço Social enquanto profissão inserida nos marcos do sistema capitalista, passiva às transformações em curso, se faz necessário analisar as Inflexões do Pensamento Pós-Moderno na Produção do Conhecimento em Serviço Social sobre a temática da Categoria Trabalho, atentando para o fato de que trata-se de uma temática firmada no interior da profissão do Serviço Social “(...) não simples pela posição teórica e política dos assistentes sociais, mas sobretudo pela concretude histórica em que vivemos e com a qual nos defrontamos (...)”. (LARA, 2008, p. 263).

Diante do amadurecimento e de alguns resultados apontados por pesquisas já concluídas, se destacam as pesquisas desenvolvidas pelo SEPACOPS, sobre o ordenamento de Almeida, no ano de 2015, as pesquisas desenvolvidas por Lara em 2008 e as pesquisas desenvolvidas por Cantalice em 2013, as duas últimas resultantes em Teses, as quais tratam da Produção do Conhecimento do Serviço Social, a presente pesquisa tem como objeto de estudo a Produção do Conhecimento do Serviço Social sobre a Categoria Trabalho e a análise do pensamento pós-moderno.

Assim sendo, o objetivo principal desse estudo trata da análise sobre a Produção do Conhecimento do Serviço Social referente a Categoria Trabalho a partir do legado da Modernidade e as inflexões do pós-moderno. Enquanto desdobramento será examinado o “Estado da Arte” da Categoria Trabalho nas dissertações de mestrado, vinculados aos Programas com linhas e áreas em Trabalho. É objetivo específico, ainda, o inventário analítico das linhas de pesquisas e áreas de concentração em torno da Categoria Trabalho, bem como a averiguação do campo teórico em que se coloca a produção do Serviço Social.

O pressuposto analítico advindo das sucessivas aproximações com o objeto de estudo é de que o Serviço Social vem sofrendo inflexões advindas do processo de reorganização do capitalismo, a partir da crise estrutural iniciada em 1970, que se agravam diante do atual giro capitalista, com o enaltecimento do conservadorismo e das ideias fascistas. Tais inflexões têm reverberado em todas as dimensões desta profissão, todavia, é preciso atentar para o fato de que a Produção do Conhecimento possui um duplo caráter uma vez que proporciona reflexões endógenas e exógenas, permitindo tanto o avanço da própria profissão, quanto do saber científico integralmente, fazendo-se necessário aprofundar os estudos, contribuindo com a literatura já existente, reforçando o caráter crítico da profissão.

Ademais, não podemos esquecer que a Produção do Conhecimento revela o atual contexto em que se encontra essa categoria profissional, a partir da compreensão de que a realidade é dialética e que o conhecimento é reflexo do movimento do real.

É por meio do materialismo histórico dialético que esta pesquisa se fundamenta, com a utilização do referencial teórico formulado pela teoria social crítica, que tem em Marx seu principal expoente.

O materialismo histórico dialético parte da realidade para explicar o plano das ideias, por meio de categorias históricas de aproximação da realidade social, no intuito de desvelar sua aparência e atingir sua essência, em um movimento que vai do concreto real, para o mundo das ideias, retornando como concreto pensado.

É por meio da totalidade, que se chega a particularidade e singularidade do objeto que está sendo investigado. O nosso objeto exige a compreensão do processo de reorganização do capitalismo, pós-crise de 1970 e o Serviço Social, como profissão inserida na divisão social do trabalho, com particularidades históricas que se firmam na construção do seu arsenal ideo-político, expresso no seu Projeto Ético Político, vinculado à luta social da classe trabalhadora.

É a partir dessa perspectiva metodológica que se desenvolve essa pesquisa, através da análise das Dissertações produzidas pelos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. Para tanto, foi realizado o levantamento de todos os Programas com o intuito de traçar o perfil e, assim, delinear a pesquisa de modo mais preciso.

A área de Serviço Social junto a Capes é composta por 34 Programas, sendo dois de área base em Economia Doméstica e quatorze da área base de Política Social e Serviço Social e/ou Política Social/Política Pública. No primeiro momento foi realizado o levantamento desses programas e em seguida procedeu-se a análise das linhas e áreas temáticas em sua totalidade, para posteriormente, realizar o estudo das áreas e linhas vinculadas a Categoria Trabalho especificamente.

Os Programas que têm área de concentração e/ou linha de pesquisa em Trabalho referem-se a um quantitativo de 23 Programas, são eles: UECE; UFRJ; UFPA; UFPE; UFAL; UFPB; UNESP; UNIOESTE; UEPB; UERJ; PUC-RS; PUC-RIO; FUFSE; UFRGS; UFRN; UFSC; UFMA; UFMT; UNB; UEL; UNIFESP; UFAM e UFV.

Diante do quantitativo de produções realizadas por esses programas torna-se inviável, pelo período de análise que propomos que é de analisar as Dissertações referentes aos anos de 2010 a 2015, a análise de todas as produções encontradas. Por isso, adotou-se como critério de inclusão a vinculação da área base¹ em Serviço Social.

¹ A Universidade Estadual da Paraíba e Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, especificamente, não fazem parte da pesquisa, propriamente dito, por não ter Dissertações produzidas, devido o ano de criação de seus Programas. Ressalta-se este fato, por ser esses dois Programas vinculados a área base do Serviço Social.

Desse modo, os programas que estão vinculados de modo direto à pesquisa estão organizados nas seguintes Universidades: UECE; URFN; UNESP; UFPB; PUC-RS; UERJ; PUC-RIO; UFPA; UFSC; UFPE; UFAL; FUFSE e UFRJ, por possuírem área base em Serviço Social, bem como linhas e áreas de pesquisas vinculadas à Categoria Trabalho.

A pesquisa desenvolveu-se em dois momentos, os quais se relacionam e visam contemplar os objetivos propostos. No primeiro momento, realizou-se a análise global das Dissertações levantadas nos períodos inferidos (2010-2015), considerando o estudo das temáticas referentes à Categoria Trabalho, na qual totalizam cento e quarenta e duas (142) Dissertações, distribuídas nos treze Programas aludidos anteriormente.

Diante das limitações concretas, relacionadas ao período que é ofertado o curso do mestrado, atentando para o fato de que o aluno/a mestrando/a deve cumprir uma carga horária reservada às disciplinas obrigatórias e ainda elaboração de Projeto, Estágio Docente, formulação, aplicação e análise dos dados da pesquisa, entre outros, o segundo momento da pesquisa tem como objetivo estreitar a análise, trazendo para a particularidade da Produção do Conhecimento do Serviço Social sobre a Categoria Trabalho, procedendo ao estudo sobre o arsenal teórico presente nas Dissertações produzidas no ano de 2015, as quais totalizam vinte e duas (22).

Os instrumentos e técnicas da pesquisa possuem o caráter predominantemente qualitativo e foram desenvolvidas a partir de Fichas Cadastrais. As fichas foram utilizadas na fase da coleta de dados, atendendo as especificidades dos objetivos da pesquisa, proporcionando o caminho para o desvelamento da realidade, de modo a compreender a contemporaneidade da Produção do Conhecimento no Serviço Social.

Utilizou-se, assim, três modelos de Ficha Cadastral para a coleta de dados. A primeira Ficha auxiliou no levantamento do perfil dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. Permitiu a realização do “Estado da Arte” dos Programas, mapeando as áreas base, áreas de concentração e linhas de pesquisa. A partir da primeira Ficha Cadastral chegou-se aos Programas vinculados a área base do Serviço Social, com áreas e/ou linhas de pesquisas em Trabalho.

Em seguida, o segundo modelo de Ficha Cadastral possibilitou a análise dos Eixos temáticos das Dissertações. Partiu-se do geral para a particularidade do objeto de estudo, ou seja, para o mapeamento das produções, materializada nas dissertações, vinculadas as áreas e/ou linhas de pesquisa sobre Trabalho. Observou-se, através dessa ficha: objeto de estudo, eixo analítico, campo/área de vinculação, resumo e palavras chaves. Nessa fase, explorou-se cento e quarenta e duas dissertações (142), defendidas entre os anos de 2010-2015, como referido anteriormente.

A terceira Ficha direcionada, especificamente, a análise das vinte e duas (22) dissertações, permitiu a coleta de dados referente à direção teórico-metodológica da Produção do Conhecimento do Serviço Social sobre a Categoria Trabalho. Esta ficha possibilitou as seguintes informações: tipo de pesquisa, método, categorias de análise, referências utilizadas e corrente teóricas dos autores mais utilizados nas Dissertações.

A análise dos dados da Terceira Ficha Cadastral permitiu a construção de um panorama sobre o direcionamento teórico e metodológico da Produção do Conhecimento do Serviço Social sobre a Categoria Trabalho, uma vez que observou os elementos relacionados à direção da teoria social crítica, a partir da abordagem do método e da análise autoral.

Para a realização da análise dos dados coletados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. A análise de conteúdo nos permitiu tanto verificar a confirmação ou não do pressuposto levantando no início da pesquisa, como desvelar a essência do aparato que é apresentando, como afirma Gomes (1994, p. 74 *grifos do autor*):

Atualmente podemos destacar duas *funções na aplicação da técnica*. Uma se refere à *verificação da hipóteses e/ou questões*. Ou seja, através da análise de conteúdo, podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (hipóteses). A outra função diz respeito à *descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos*, indo além das aparências do que está sendo comunicado. As duas funções podem, na prática, se complementar e podem ser aplicadas a partir de princípios da pesquisa quantitativa ou da qualitativa.

A análise dos dados ocorreu por meio de definição de categorias centrais, sendo discutidas por temáticas fundamentadas a partir da conjuntura histórica, dos

aspectos políticos, sociais e econômicos. A confrontação do material coletado com materiais já existentes, em outros níveis de apreensão e períodos históricos diferentes, permitiu um estudo comparativo, possibilitando destacar os aspectos mais importantes a serem tratados, de acordo com as problemáticas levantadas no início do processo investigativo.

Concorda-se com Gomes (1994) quando utiliza dos estudos de Minayo para demonstrar as etapas da análise de conteúdo, que procede: 1) ordenação dos dados, o qual se trata do mapeamento do material coletado, proporcionando um panorama geral do concreto, através do primeiro contato com a realidade da pesquisa; 2) classificação dos dados, realizada por meio do conhecimento aprofundado do objeto que está sendo estudado, de acordo com as problemáticas de investigação; 3) análise final, na qual se procura estabelecer a articulação entre os dados coletados, analisados e o referencial teórico existente.

Percebe-se que a análise dos dados, em uma perspectiva materialista histórica e dialética, se dá através das sucessivas aproximações com a realidade, compreendendo que os dados presentes não revelam sua essência, inicialmente, impondo ao pesquisador a apreensão do movimento contraditório, imbricado em seu objeto, diante da necessidade de conhecimento dos elementos que o formam e lhe dão sustentação.

Defrontar-se com a realidade – em suas múltiplas dimensões – não é tarefa fácil. Mesmo sendo esta uma pesquisa de caráter bibliográfico, o acesso às Dissertações trouxe algumas dificuldades, às quais revelaram a complexidade do universo da Pós-Graduação brasileira.

O acesso às Dissertações ocorreu por via eletrônica, nas próprias páginas dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, que por obrigatoriedade devem disponibilizar o acesso às produções, sejam dissertações ou teses. No entanto, alguns Programas apresentam apenas a ficha catalográfica da dissertação, não disponibilizando o material propriamente dito em sua estrutura.

Produzir conhecimento em uma sociedade regida pela contradição é ter a certeza das dificuldades, as quais não foram extintas nesse processo, que é o da pesquisa. Dessa forma, a construção sintética que apresenta o caminho de volta desse estudo, estrutura-se em três Capítulos, seguido pela síntese conclusiva.

O primeiro capítulo intitulado “**A Produção do Conhecimento do Serviço Social Brasileiro: os caminhos e descaminhos da aproximação crítica**” tem como objetivo apresentar um panorama histórico sobre a Produção do Conhecimento do Serviço Social. Desse modo expõe uma análise em torno do marco histórico e teórico de legitimação da Produção do Conhecimento do Serviço Social brasileiro, a partir do processo de Renovação, o qual permitiu a aproximação com a concepção crítica de realidade. Em seguida adotou-se o desenvolvimento crítico da Produção do Conhecimento do Serviço Social, por meio do marxismo, presumindo os caminhos e descaminhos dessa aproximação, na tentativa de reafirmar o necessário direcionamento político da categoria, previsto pelo Projeto Ético-político, o qual se encontra ameaçado devido às inflexões da crise estrutural. De modo introdutório, inicia-se a discussão que trata especificamente da apropriação da Produção do Conhecimento do Serviço Social sobre a Categoria Trabalho.

O segundo Capítulo, por sua vez, “**O Projeto da Modernidade e as Inflexões da Pós-modernidade na Produção do Conhecimento do Serviço Social brasileiro: os programas de Pós-graduação e a Categoria Trabalho**” versa sobre o atual panorama dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, a partir da construção do “estado da arte”, em uma perspectiva da totalidade dos Programas, expondo áreas base, áreas de concentração e linhas de pesquisa dos trinta e quatro (34) programas vinculados a área do Serviço Social na Capes.

Nesse capítulo realiza-se a exposição da primeira parte da pesquisa, obedecendo os objetivos que reverberam na construção do perfil dos programas, em alinhamento com a Categoria Trabalho, apresentando os eixos temáticos presentes nas cento e quarenta e duas (142) dissertações, distribuídas nos treze (13) programas.

O terceiro Capítulo apresentará a produção materializada pelas Dissertações, a fim de averiguar o direcionamento teórico-metodológico e se esse está ou não em consonância com a direção ético-político do Serviço Social. Esse capítulo nomeado “**A dimensão teórica-metodológico do Serviço Social: uma análise da Produção do Conhecimento em torno da Categoria Trabalho**” trará a segunda parte da pesquisa, a qual se vincula à análise dos dados presentes nas vinte e duas (22) dissertações, defendidas no ano de 2015.

A pesquisa realiza mediações necessárias e propositivas para se pensar à profissão contemporaneamente. A Categoria Trabalho é vista como direção para se repensar o Serviço Social, de modo a desvelar a realidade, não como se apresenta, mas sim, como é a sua essência.

1 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: os caminhos e descaminhos da aproximação crítica

A história do Serviço Social permite afirmar o seu amadurecimento teórico, prático e organizativo. Trata-se de uma profissão que surge num terreno conservador, alicerçado nos pilares da Igreja Católica, mas que avança no conhecimento da realidade, por meio da teoria social do materialismo histórico dialético.

Decerto, é uma profissão que tem sua história perpassada pelas relações sociais de dominação e exploração, pela compreensão da sociedade capitalista como fundadora da contradição que se materializa nas expressões da “questão social”, objeto de conhecimento e de atuação do Serviço Social.

Muitas pesquisas têm analisado a prática profissional. Objetiva-se apresentar um panorama histórico sobre a construção do Serviço Social enquanto área do conhecimento, a partir da análise de sua aproximação com o marxismo e do resultado da sua produção teórica sobre a Categoria Trabalho.

O propósito é expor uma análise em torno do marco histórico e teórico de legitimação da Produção do Conhecimento do Serviço Social brasileiro, a partir do processo de Renovação que permitiu a aproximação com a concepção crítica de realidade, inaugurando um novo marco de legitimidade para a profissão.

Em seguida, aborda-se o desenvolvimento crítico da Produção do Conhecimento do Serviço Social por meio do marxismo, presumindo os caminhos e descaminhos dessa aproximação, construindo uma discussão sobre a materialidade do Projeto Ético Político do Serviço Social, o qual apresenta suas fragilidades de modo mais contundente, com o redimensionamento do capitalismo, a partir da crise estrutural, iniciada em 1970.

De modo introdutório, dar-se-á início a discussão que trata especificamente da apropriação da Produção do Conhecimento do Serviço Social sobre a Categoria Trabalho, destacando o percurso histórico dessa aproximação, com base nas Diretrizes Curriculares da profissão e pesquisas realizadas por intelectuais da área.

1.1 A Produção do Conhecimento e o Processo de Renovação: o Serviço Social enquanto área do conhecimento

[...] não restou outro caminho – para a dinamização de uma análise crítica do Serviço Social – senão o mergulho na pesquisa histórica, aliada a uma crítica teórica rigorosa do ideário profissional [...] (IAMAMOTO, 2013).

A compreensão do Serviço Social com base nas relações societárias permite a clareza de conceber o seu desenvolvimento, enquanto fruto de um processo histórico, político e social, entrelaçado aos estágios do capitalismo. A intelecção da profissão às bases do desenvolvimento capitalista possibilitou o seu questionamento e, assim, a sua reformulação, capacitando seus profissionais para intervir na dinâmica da realidade concreta, em uma intervenção prático-operativa que tem seu limite na lógica capitalista.

Atualmente, o Serviço Social é uma profissão reconhecida, com campo de atuação nos mais variados espaços sócios-ocupacionais, com livros e artigos publicados em todo mundo, o que representa o amadurecimento dos seus profissionais ao longo dos anos.

Enquanto área do conhecimento, especificamente, sem apontar uma ruptura entre teoria e prática, mas pelo reconhecimento de unidade entre dimensões que se complementam, o Serviço Social tem galgado o reconhecimento do seu espaço, contribuindo diretamente com as Ciências Sociais, por meio da produção de um conhecimento crítico, capaz de compreender a realidade, com análises políticas, econômicas, sociais e culturais, alicerçadas no método marxista.

A maior representatividade da produção do conhecimento do Serviço Social na contemporaneidade resulta das pesquisas desenvolvidas pelos Programas de Pós-Graduação da área, sejam pesquisas individuais ou coletivas, financiadas ou não pelos organismos de fomento. (MENDES; ALMEIDA, 2014).

O documento avaliativo da área elaborado pela CAPES em 2015, demonstra o crescimento dos Programas de Pós-Graduação em nível de mestrado e doutorado, bem como a crescente produção de coletâneas e artigos, com maior ênfase em Políticas Sociais. Além disso, infere a qualificação dos docentes vinculados à área, correspondendo a 18,8%, segundo dados do documento avaliativo de área de 2017.

O amadurecimento da profissão corresponde a um dado processo histórico essencial, o qual foi capitaneado por demandas internas e externas ao Serviço Social. Compreender o processo de Renovação é fundamental para explicar e contextualizar o Serviço Social contemporâneo, sobretudo diante de um contexto ofensivo, o qual coloca à prova o campo crítico dentro e fora da categoria, exigindo dessa profissão repensar processos sociais e históricos, no sentido de elaborar análises que possam representar o concreto pensado da realidade contemporânea. (NETTO, 2016).

O Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro diz respeito às respostas dadas pela profissão diante das novas demandas que lhe foram postas. Advém de um lapso temporal dinamizado pela ascensão do pensamento crítico, instituído pelo movimento de Reconceituação – que atingiu o Serviço Social Latino Americano – e que no Brasil foi restituído com a ascendência dos movimentos sociais, no período de questionamento do *status quo* da ditadura militar brasileira.

A Reconceituação aflorou na América Latina a partir de 1965, com forte crítica ao “Serviço Social Tradicional”. O movimento foi impulsionado pelas ações sociais geradas pelo colapso do padrão desenvolvimentista do capitalismo mundial, o qual gestou um quadro favorável para formações de políticas, inclusive de grupos ainda não existentes e específicos, a exemplo das mulheres, negros, jovens, etc, os quais passaram a constituir a pauta dos movimentos sociais. Netto (2005) afirma que as profissões também foram campo de contestação, o que permitiu ao Serviço Social questionar-se, abrindo o leque para a renovação da formação, atuação profissional e inserção no campo do conhecimento.

A Reconceituação encontrou empecilho para o seu desenvolvimento, devido ao período de recessão instituída pela Ditadura Militar instaurada na América Latina. A ditadura Militar² tratou de um processo sangrento, de recessão democrática, de modo ostensivo. Na sua essência almejava controlar a expansão das ideias socialistas que assolavam os países em desenvolvimento, em um marco temporal que já previa a recessão capitalista, ocasionada por uma crise estrutural, ainda em

² Não é tarefa deste estudo discorrer sobre a Ditadura Militar Brasileira, mas sobre os resultados deste processo para o Serviço Social, os quais resultaram na sua renovação, instituindo o seu reconhecimento e legitimação enquanto profissão e área do conhecimento. Para mais informações recomenda-se a leitura do Livro “Ditadura Militar e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64” de autoria de José Paulo Netto, 2011

curso, que decretava o fim de qualquer possibilidade emancipatória pela via do capitalismo. Como afirma Netto (2011b, p. 16):

A finalidade da contra-revolução preventiva era tríplice: com seus objetivos particulares íntima e necessariamente vinculados: adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro de inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo.

Especificamente, na realidade brasileira, o período autocrático burguês, de maneira contraditória, trouxe dificuldades para o desenvolvimento crítico no interior do Serviço Social ao passo que floriu pela via dos movimentos políticos organizados. Diante dos reflexos latino americanos, a profissão já apresentava sinais que apontavam para uma renovação do seu arsenal prático e teórico antes mesmo do período de efervescência política de contestação da ordem ditatorial, no entanto, a possibilidade de questionamento legítimo e a renovação do arsenal prático, teórico e político da profissão, só ocorreram com o esfacelamento da autocracia burguesa.

A dinâmica do governo autocrático burguês demandou ao Serviço Social exigências próprias. A expansão dos programas sociais – como modelo representativo de desenvolvimento econômico – exigia um profissional apto para atuar junto ao desenvolvimento dos programas sociais de controle social. Tratava-se de uma prática burocrática, baseada nas teorias “psicologizantes”, de cunho neopositivista e funcionalista de adaptação do indivíduo na atual realidade.

No entanto, o processo histórico que legitimou o Serviço Social como profissão a serviço de um Estado autoritário, possibilitou posteriormente, o questionamento da sua prática e assim o avanço na direção da renovação da categoria.

Em meio a essa conjuntura, o Serviço Social passa a questionar as suas bases tradicionais, acompanhando o desenvolvimento da sociedade brasileira de contestação do modelo vigente. É nesse decurso, que o profissional do Serviço Social se institui enquanto intelectual capaz de construir e contribuir com o

conhecimento sobre a realidade, firmando-se como profissão e área do conhecimento.

A Renovação do Serviço Social permitiu a criação de um estatuto jurídico, político e social, o qual concedeu à profissão o posicionamento crítico, fortalecendo as dimensões prático-operativa, ético-política e teórico-metodológica. Instituiu um arcabouço legal que tem por direção os princípios éticos, articulados com a luta geral da classe trabalhadora, instaurando a compreensão de mundo do Serviço Social, através da Lei que regulamenta a profissão, o Código de Ética em 1993 e as Diretrizes Curriculares da ABPES em 1996.

A legitimidade e o reconhecimento da profissão constituem-se como um divisor de águas, pois é a partir desse marco que emerge a compreensão do Serviço Social como resultado das relações sociais de produção e reprodução capitalista, enquanto determinante para a prática e para o desdobramento da área do conhecimento. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013).

O processo de Renovação do Serviço Social brasileiro obedeceu aos direcionamentos que estavam em desenvolvimento em toda América Latina. O questionamento do “Serviço Social Tradicional” estava travestido pela necessidade de criar um estatuto profissional reconhecido, não só pela sua atuação prática, mas pelo desenvolvimento de potencialidades em torno da intelectualidade da profissão no campo crítico, capacitando o/a profissional do Serviço Social para intervir e questionar a realidade, em uma perspectiva que almejava contribuições a uma luta maior de oposição à imposição capitalista.

Segundo Netto (2005, p. 12) passou-se a reivindicar:

[...] atividades de planejamento para além dos níveis de intervenção microssocial, valorizando nas funções profissionais o estatuto intelectual do assistente social (abrindo, pois, a via para a inserção da pesquisa como atributo também do Serviço Social), a Reconceituação assentou as bases para a requalificação profissional, rechaçando a subalternidade expressa na até então vigente aceitação da divisão consagrada de trabalho entre cientistas sociais (os “teóricos”) e assistentes sociais (os profissionais “da prática”).

Nessa direção, Silva e Carvalho (2004, p. 04) destacam que o processo de Renovação permitiu, sobretudo, a instauração do Serviço Social no campo do

conhecimento, enquanto profissão capaz de examinar e compreender a realidade, contextualizando e propondo soluções para os problemas sociais. As autoras apontam como conquistas desse marco histórico, a inserção dos assistentes sociais nos círculos universitários, o que possibilitou o desenvolvimento acadêmico e a inserção da categoria nas atividades de pesquisa, fortalecendo a Produção do Conhecimento, resultando em “[...] uma rica produção científica sobre as políticas sociais, sobre a profissão e sobre questões sociais relevantes, o que faz com que o Serviço Social seja considerado área específica de conhecimento no campo das Ciências Sociais Aplicadas [...]”.

A aproximação do Serviço Social com as Ciências Sociais foi um dos pontos do processo de Renovação, permitindo o avanço de um profissional apenas executor para um profissional criador, propositivo. Segundo Netto (2011a), foi a primeira vez que houve condições para o surgimento de um padrão acadêmico capaz de formar uma massa crítica, abrindo espaço para a interlocução com as demais disciplinas vinculadas às Ciências Sociais.

Como resultado desse processo de renovação e amadurecimento, o Serviço Social é reconhecido enquanto área da produção do conhecimento, sendo criado em 1972 os Primeiros Programas de Pós-Graduação brasileiro, localizados na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em 1985, o Serviço Social passou a ser reconhecido pelos órgãos de fomento à pesquisa, a exemplo: do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). (KAMEYAMA, 1998).

Guerra (2011) ao tratar sobre essa temática mostra como a efetivação do alargamento dos Programas de Pós-Graduação no Brasil foi funcional ao desenvolvimento histórico do período. Os primeiros registros da Pós-Graduação no Brasil, correspondem aos anos de 1936, todavia, só foi na década de 1960, por meio do Parecer de número 977/65, conhecido como Parecer Sucupira, que a Pós-Graduação se institucionalizou nacionalmente.

Naquela conjuntura, fazia-se necessário assegurar determinado tipo de pesquisa e de produção tecnológica e científica que viessem a dar suporte ao projeto de transformação capitalista instaurado pela ditadura, caracterizado pela aceleração econômica, dependência do capital externo e por uma dinâmica que garantia, mas também restringia, o acesso aos bens e serviços apenas aos segmentos da classe burguesa, dando

prosseguimento à histórica herança de exclusão da massa da população brasileira. (GUERRA, 2011, p. 129).

Na mesma linha de análise, para Silva e Carvalho (2007) o Serviço Social foi essencial para as necessidades técnicas de implementação dos Programas sociais, através do exercício de uma prática burocratizada, que utilizava dos velhos instrumentos a serviço do Estado.

Em 1987 é criado o Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (CEDEPSS), o que demonstrou a importância dada pela categoria para o desenvolvimento da pesquisa. O CEDEPSS tratava-se de um órgão acadêmico vinculado à ABESS³, com vigência até os anos de 1996. Guerra (2011) ressalta que o CEDEPSS representou a intenção de ruptura com a endogenia da produção científica, abrindo o leque com outras áreas do conhecimento na construção da pesquisa interdisciplinar, o que se colocou como um avanço na construção do conhecimento e na capacidade do Serviço Social em contribuir com as demais áreas das Ciências Sociais.

Um dado importante trata da vinculação dos pesquisadores brasileiros do Serviço Social ao Centro de Estudos Latino Americano de Trabajo Social (CELATS), o que foi de fundamental importância para o fortalecimento da organização política da categoria profissional, bem como para o desenvolvimento de pesquisas que visavam compreender o Serviço Social na América Latina e as formas de enfrentamento a “questão social”.

Nos anos de 1980 se aprofunda o questionamento em torno da própria profissão, com o desmoronamento do período ditatorial e expansão dos movimentos sociais, diante da perspectiva da redemocratização do país. É durante esse processo que o Serviço Social se aproxima do marxismo, como fonte para o processo de intenção de ruptura.

O marco de refuncionalização da sociedade capitalista é também, contraditoriamente, o marco histórico de renovação do Serviço Social. É nesse marco que a categoria constrói a sua imagem – como profissão crítica, atuando junto

³ Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) foi criada em 1946. Desde 1996 passou a chamar-se Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e tem por objetivo o acompanhamento da implementação das Diretrizes Curriculares no âmbito da formação do ensino, pesquisa e extensão do Serviço Social.

as expressões da “questão social” – no Brasil, garantindo uma produção qualificada a serviço da sua atuação profissional, contribuindo para as Ciências Sociais e humanas, por meio da formação de uma vanguarda política articulada com as demais áreas do conhecimento, responsável pelo estabelecimento do rigor teórico nas matrizes de estudo.

A maioria do Serviço Social lhe permitiu/permite gozar de uma autonomia, mesmo que relativa, no âmbito político, social e organizativo. A sua direção política – de representatividade coletiva – por vezes comandada por uma vanguarda, um pequeno círculo de intelectuais críticos, possibilitou a emergência do Projeto Ético Político profissional, que se constitui como um diferencial, propondo a aliança com a luta da classe trabalhadora, ancorado nos ideais da tradição marxista.

É possível afirmar que o Serviço Social se constitui na contemporaneidade enquanto área do conhecimento e profissão interventiva. “[...] ao se constituir numa área do conhecimento, adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social”. (MOTA, 2013, p. 17).

A ampla participação e formulação nos eventos nacionais e internacionais pelo Serviço Social, a utilização da bibliografia como referência nas demais áreas do conhecimento, a abertura do mercado editorial para as publicações da categoria, o significativo crescimento da procura de outros intelectuais pela pós-graduação em Serviço Social, etc, permitiu e permite ao Serviço Social brasileiro o reconhecimento de área do conhecimento, pois demonstram a descentralização do campo, exclusivamente, interventivo, endossando a dimensão intelectual e teórica da profissão.

A dimensão intelectual do Serviço Social tem proporcionado os subsídios necessários para a elaboração crítica à dimensão interventiva, ultrapassando os ditames impostos pela lógica liberal burguesa, voltada para o mercado de trabalho. A formação do Serviço Social orientada pelo marxismo possibilita a compreensão da realidade, refletindo sobre ela, planejando e executando, reconhecendo o seu lugar na emancipação política e humana, enquanto classe trabalhadora.

O amadurecimento do Serviço Social, do qual resultou a inserção na área do conhecimento, nada mais é do que o desenvolvimento da capacidade profissional de

synthesize its reality, contributing to critical and organizational analyses in the political and societal sphere.

The importance of recognizing the Brazilian Social Service as a field of knowledge does not refer only to its production, properly said, but to the way in which this production is being carried out and to the way in which it has contributed to the strengthening of the critical field, in front, inclusive, of the actions of confrontation with the expressions of the "social question".

The foundation of the Professional Political Ethical Project by Marxism made possible the comprehension of the "social question", as a fruit of the contradiction capital X work, which qualified the execution of the critical professional practice, based on the analysis of the totality, of the history, of the contradiction, anchored in the principles of Modernity. (TAVARES, 2007).

As Faleiros (2005, p. 25) states:

[...] the formulation of a critical thought in the Social Service, linked to the struggle of classes, was not the work of any "illuminated", but the result of a complex historical process of struggles, of resistance to imperialism and to the dominant order, of organization of subaltern classes and of construction of a political project of alliance of intellectuals with the dominated, exploited and oppressed, in the struggle for deep changes.

The approximation with the critical field inserts in the Social Service the debate carried out by the Marxist tradition, making it possible to point out as a theoretical and practical operative of the profession: the dialectical historical materialism. Understanding the process of insertion of Marxist thought in the Social Service makes possible the understanding of the current production and the inflexions that have been channeled around the foundations of the profession, after the process of renewal and the context of offensive led by the reflexes of the societal transformations, arising with the structural crisis of capitalism initiated in 1970.

In the economic field, the process of productive restructuring allowed the development of the neoliberal project, with strong inflexions in the social, political and ideological fields. In a clear process of total delivery to the market, the State⁴ passes a

⁴ In the current capitalist phase the State incorporates even more the demands of capital, contributing to the rotation of capital, the technological innovations and the increase of the costs of the accumulation project. (MANDEL, 1982).

regularizar as relações mercantis, proporcionando os subsídios necessários para o retorno lucrativo.

O avanço neoliberal aliado a retorno das vertentes (neo) conservadoras, vem proporcionando um período de recessão de conquistas de direitos sociais. Na América Latina não tem sido diferente. Na particularidade brasileira, vivencia um retrocesso significativo, advindo de um golpe de Estado ocorrido em 2016, com significativa restrição de conquistas sociais.

Relativo à área do conhecimento, no Brasil, vivencia-se uma crise generalizada no campo de financiamento produtivo das pesquisas científicas, que ameaça o funcionamento de diversas Universidades em todo país. Além disso, aponta-se para cortes de bolsas de produtividade do CNPq, devido à falta de repasse dos recursos, segundo os dados apresentados pelo movimento político “Conhecimento sem Cortes”.

Uma pesquisa apresentada por Mendes e Almeida em 2016, referente ao período de agosto de 2011 a junho de 2014, apresentava um quadro preocupante quanto aos investimentos de financiamento na produtividade do Serviço Social, demonstrando o quadro de desenvolvimento da Produção do Conhecimento da profissão, o qual tenderá a se agravar diante da crise política e econômica do Brasil.

No CNPq o Serviço Social divide espaço com a Psicologia, no que tange os recursos orçamentários, o que permitiu as pesquisadoras realizar algumas comparações no processo de solicitação e liberação de recursos. Desse modo, a pesquisa apresenta à redução contínua do orçamento destinado a produção do Serviço Social, o que é inverso quando se trata do orçamento viabilizado à Psicologia, o qual apresentou índices de crescimentos.

A discrepância orçamentária entre duas áreas do conhecimento que compõem o mesmo Comitê de Assessoramento no CNPq é destacada pelas autoras citadas com o objetivo de demonstrar as fragilidades do Serviço Social no reconhecimento da área do conhecimento, o que fica visível diante das variáveis: número de programas relacionados à Psicologia, na qual o Serviço Social contava com 31, enquanto a Psicologia com 73; e o número de pesquisadores de Produtividade, que por sua vez, refere-se a 71 do Serviço Social e 311 da Psicologia.

Entre as tendências apontadas por essa pesquisa, destaca-se a dificuldade do Serviço Social em se enquadrar na lógica produtivista imposta pelos órgãos de fomento no país, diante de um referencial teórico positivista que não é compatível com a construção do conhecimento crítico, subscrito na profissão. Sem dúvida, não apenas o Serviço Social, mas as Ciências Sociais e humanas como um todo encontram empecilhos para o andamento da Produção do Conhecimento que trabalha na contra maré da latência (neo) conservadora, a qual submete o conhecimento à lógica reprodutiva da ordem do capital, em uma reedição da decadência ideológica, que avança por todas as dimensões da sociedade.

Ademais, o recente desenvolvimento do Serviço Social como área do conhecimento, pela via do marxismo, exige a necessidade de se recorrer continuamente as discussões relativas à Produção do Conhecimento, uma vez que é preciso estar atento aos possíveis detonadores dos substratos conservadores intrínsecos à gênese da profissão, que passa a ser aguçados diante da atual configuração do capitalismo pós-crise. A garantia pelo avanço da Produção do Conhecimento crítico, ancorada no método do materialismo histórico dialético deve ser o horizonte da profissão, na defesa do Projeto Ético Político em uma luta maior, no qual se coloca enquanto categoria profissional, se reconhecendo enquanto constituintes da classe trabalhadora.

1.2 O marxismo como direção política e teórica do Serviço Social e os desafios para a prática interventiva

Preferimos pensar a obra de Marx como fundante de uma teoria social, que articula uma postura nitidamente ontológica. (NETTO, 2011).

Os estudos de Marx realizaram uma análise crítica da Economia Clássica, por meio do desenvolvimento de categorias centrais de análise, como: a totalidade, a história, contradição e mediação. O objetivo central era o desvelamento das relações societárias capitalistas de sua época, isto é, o alcance da essência por meio de sucessivas aproximações com a realidade.

Marx não se preocupou em deixar um método, mas de deixar a compreensão da contradição fundante dessa sociedade, onde a categoria ontológica do ser social, o trabalho, é alienado, explorado. Suas contribuições permitem o entendimento do capitalismo e suas expressões até a contemporaneidade, pois Marx tratou sobre a lógica que rege este sistema, sua forma organizativa, ideológica, econômica, social e cultural.

Contemporaneamente, o marxismo tem sofrido grandes inflexões, capitaneadas pelo desenvolvimento do sistema capitalista. Chega-se a falar⁵ de “crise do marxismo ou marxismos”. Alguns autores mais audaciosos decretam o seu fim, diante da afirmativa de uma nova sociedade, não mais moderna, mas sim Pós-Moderna, onde a contradição entre Trabalho e Capital está superada. Afirmam-se, assim, os discursos de que o marxismo não dá mais conta de acompanhar a velocidade do desenvolvimento da sociedade capitalista, que as análises ancoradas no método estão ultrapassadas e incapazes de compreender a atual realidade.

Em entrevista concedida a revista Fórum, o geógrafo marxista David Harvey⁶ em 2013 fala da atualidade do marxismo e da certeza de vitória do capitalismo na chegada dos anos de 1990. Para Harvey, o marxismo é retomado sempre que as problemáticas do capitalismo ficam mais expressivas, fazendo surgir a pergunta: o que fazer?. Quando o capitalismo encontra a sua fórmula lucrativa máxima e passa a proporcionar “benefícios” a sociedade, a teoria marxista tende a ser camuflada.

A conjuntura política, social e econômica do capitalismo maduro tem contribuído para discussões que sepultam o marxismo. O “fim do socialismo real” ocasionou uma desilusão em torno do debate marxista, fazendo surgir a concepção de que o capitalismo havia vencido. Desse modo, diante da efervescência (neo) conservadora, observam-se movimentos que pregam “Mais Mises⁷, menos Marx”⁸, defendendo o fim do que chamam de “doutrinação” marxista.

⁵ Dentre os autores que advogam em favor da tese do “fim do trabalho”, se pode citar: Antônio Negri e André Gorz.

⁶ Entrevista disponível <https://ocomentaristapolitico.wordpress.com/2013/08/01/david-harvey-e-a-atualidade-do-marxismo-entrevista-completa/> Acesso em: 30 de Outubro de 2017.

⁷ Ludwig Heinrich Edler von Mises, foi um teórico economista, membro da Escola Austríaca de pensamento econômico.

⁸ Para mais informações ver: BARROS, C. J. Mais Mises, menos direitos. In: Carta Capital, 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/mais-mises-menos-direitos>> e AUGUSTO, A. G. O que está em jogo no “Mais Mises, menos Marx”. In: Blog, esquerda online, 2016. Disponível em: <<http://blog.esquerdaonline.com/?p=7256>>

Não há dúvida de que se vivencia dias difíceis, sobretudo, para o pensamento crítico, o qual defende a emancipação política e humana dos sujeitos sociais.

O Serviço Social carrega a dualidade da contradição capitalista em seu cerne, por um lado tem sua intervenção instituída a serviço do Estado e por outro seu arsenal teórico-metodológico ancorado na proposta do materialismo histórico dialético, vindo a sofrer os impactos conjunturais contemporâneos que tendem a reviver o conservadorismo liberal presente na sua formação histórica e repudiar o marxismo determinado em seu Projeto Ético Político. O avanço do conservadorismo na profissão revela uma tendência em curso, que não se restringe ao Serviço Social. É um processo exógeno, que alimenta questões endógenas.⁹

O desenvolvimento desse processo no Serviço Social ainda é tímido, principalmente, pela direção política organizativa, que vem resistindo duramente a essa ofensiva. No entanto, é preciso estar atento – recuperando a história da categoria – no sentido de revisitar as raízes políticas que permitiram romper com o “tradicionalismo profissional” e avançar em direção a construção de uma prática crítica, capaz de mediar a realidade com o concreto pensado, instituindo o materialismo histórico dialético como método de direção de análise e ação da profissão.

Recupera-se, assim, a tese defendida por Netto da Inviabilidade Histórica do Projeto Ético Político do Serviço Social, construída em plena ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder no Brasil. A atual crise brasileira retoma as limitações existentes na direção representativa da profissão, demonstrando o hiato existente entre a intenção e o gesto, levando em consideração o campo de atuação dos assistentes sociais, que se dá junto as Políticas Sociais, as quais são delimitadas pelo poder de legitimação do Estado.

Com relação ao seguimento dado pela direção do método marxista no Serviço Social, pode-se afirmar que este encontra seu limite no próprio capitalismo, que permite ora avançar na construção democrática de uma orientação crítica, ora sugar as possibilidades, diante das desmedidas ações estatais em torno do agravamento das expressões da “questão social”.

⁹ Recentemente tornou-se público as 23 Teses pela Reforma do Serviço Social brasileiro, defendidas pelo Professor Marques Oliveira.

A aparição dos escritos marxianos/marxistas no Brasil ocorreu ainda no século XX, com a fundação do Partido Comunista brasileiro. É a partir de 1930 que o marxismo passa a influenciar os escritos analíticos sobre a realidade brasileira, surgindo, inclusive, editoras específicas para as publicações de cunho crítico e os cursos de formação política. No entanto, foi apenas entre o final dos anos de 1940 e inícios dos anos de 1950 que o marxismo se expande pelo Brasil, passando a ter representatividade legítima, tendo como principal campo de atuação os Partidos Políticos de esquerda.

Esses Partidos foram os principais campos de divulgação das ideias marxistas até a crise política mundial do marxismo, instigada no governo de Stalin. O enfraquecimento do processo de formação política pela via dos partidos, transferiu as análises marxistas para as universidades. As ações desenvolvidas no âmbito acadêmico tratavam da análise teórica sobre o método, diferente das desenvolvidas pelos partidos que se davam no espaço estratégico organizativo. (RUY, 2013).

A expansão do pensamento marxiano/marxista, seja no campo estratégico organizativo, seja no campo teórico acadêmico, proporcionou a eclosão de um movimento crítico no Brasil, o qual foi interrompido de modo aberto com a instalação da ditadura militar, sendo as discussões retornadas com a crise de governabilidade da ditadura.

A crise do regime ditatorial permite o desenvolvimento mais efervescente das ideias críticas nas universidades, as quais passam a ser campo fértil para os estudos sobre o método nas mais diversas áreas do conhecimento.

No caso do Serviço Social, pode-se afirmar que a relação com a tradição marxista ocorreu através de sucessivas aproximações, que se resguardavam em momentos de rupturas e continuidade, a partir do amadurecimento de processos exógenos e endógenos da profissão. Ou seja, não se tratou de um processo pragmático, objetivo – ao contrário – a aproximação do Serviço Social com o pensamento crítico correspondeu às dadas condições postas para a categoria profissional no seio da falência do modelo autocrático burguês.

O movimento de negação da profissão que já estava em curso desde o início dos anos de 1960 adensa-se para uma fase não apenas de contestação do “tradicionalismo profissional”, mas da sua própria modificação, passando a pensar a

profissão a partir das dimensões teórico-metodológica, ético-política e prático-operativo.

A renovação permitiu a entrada do Serviço Social aos círculos universitários acadêmicos, o que possibilitou a aproximação dos/as assistentes sociais com a construção da pesquisa, proporcionando o contato com outros profissionais das mais variadas áreas dentro das Ciências Sociais, a partir de um novo referencial teórico, que não apenas ensejava questionar o “tradicionalismo da profissão”, mas romper.

Como afirma Netto (2011a, p. 251):

No espaço universitário tornou-se possível a interação intelectual entre assistentes sociais que podiam se dedicar à pesquisa sem as demandas imediatas da prática profissional submetida às exigências e controles institucional-organizacionais e especialistas e investigadores de outras áreas; ali se tornaram possíveis *experiências-piloto* (através da extensão, com campos de estágio supervisionados diretamente por profissionais orientados pelos novos referenciais) destinadas a verificar e apurar os procedimentos interventivos proposto sob nova ótica. Neste espaço foi possível, vê-se, quebrar o *isolamento intelectual* do assistente social e viabilizar experiências de práticas *autogeridas*. **(Grifos do autor).**

O colapso do governo ditatorial propiciou um cenário favorável para o desenvolvimento democrático do Brasil e, assim, para o amadurecimento da perspectiva crítica no Serviço Social. Repensar a profissão era uma tarefa necessária, que se colocou como possível diante do processo de redemocratização. A perspectiva que foi chamada de “intenção de ruptura”, em meio ao processo de Renovação, ultrapassou a esfera simplória de questionamento da profissão e se dispôs a modificá-la, a partir de um novo referencial teórico metodológico, fincado nos ideais marxistas.

A perspectiva de “intenção de ruptura”¹⁰ tem como súmula principal a tentativa de rompimento com o conservadorismo intrínseco na formação da profissão,

¹⁰ Chama-se de “intenção de ruptura”, por compreendê-lo enquanto um processo, que mesmo rompendo com as práticas tradicionalistas/conservadoras da profissão, ainda guarda traços, da eliminável condição da existência do conservadorismo, estratégico para a manutenção do capitalismo, enquanto campo ideológico-político de legitimação da ordem burguesa. Desta forma, o próprio processo de Renovação da profissão acabou por fornecer aporte para a reatualização do conservadorismo por duas vias: “modernização conservadora” e “reatualização do conservadorismo”, as quais trataram de responder a demandas próprias da profissão – exigindo novas determinações, que inflexionavam demandas externas em torno da serventia do ordenamento conservador na profissão.

colocando em questão os aspectos teóricos, metodológicos e ideológicos da categoria (NETTO, 2011a).

A aproximação do Serviço Social com o marxismo se deu inicialmente, em termos de produção, entre os anos de 1972 e 1975 na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, onde um determinado grupo de professores e estudantes do Serviço Social passaram a embasar a sua prática e teoria por meio do questionamento ao “tradicionalismo profissional”, buscando no referencial teórico crítico o seu fundamento. O “Método Belo Horizonte”, resultou em uma série de publicações que mesmo com a sua crise provocou uma ampliação das discussões sobre a necessidade de adoção de um novo referencial, que pudesse proporcionar a renovação do Serviço Social, explorando dimensões desenvolvidas ainda de modo modesto.

Para Netto, a inserção do marxismo no Serviço Social se deu com problemas referenciais, uma vez que a profissão não partiu diretamente dos escritos clássicos, sendo realizado ainda nos anos 1980 quando o processo de “intenção de ruptura” consolida-se, demarcando os seus reais objetivos de destituição do tradicionalismo profissional. (NETTO, 1991).

Decerto, a aproximação do Serviço Social com o marxismo deu-se de modo enviesado, por ter acesso aos interpretes ao invés das fontes primárias. (TAVARES, 2013). Entretanto, essa aproximação, mesmo que embrionária impulsionou a categoria para o amadurecimento teórico, com implicações políticas e sociais.

A consolidação da perspectiva de “intenção de ruptura” embasou o papel do Serviço Social junto a luta da classe trabalhadora e, assim, a necessidade de reconstruir o seu arcabouço teórico-metodológico e prático político, em uma compreensão que coloca a categoria profissional como sendo fruto das dadas condições de produção e reprodução do capitalismo, como se menciona anteriormente.

Iamamoto (2013, p. 234-235) afirma que foi apenas na década de 1980 que a relação do Serviço Social com o marxismo foi aprimorada, atingindo uma certa estabilidade: “Tratou-se de um encontro de nova qualidade com a tradição marxista, desenvolvendo criativamente suas sugestões, preenchendo lacunas e enriquecendo aquela tradição com as novas problemáticas emergentes com a maturação capitalista na época dos monopólios [...]”.

Para Santos (2007b) a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista ocorreu a partir de uma processualidade histórica, com problemáticas endógenas e exógenas à profissão, ocasionando, inicialmente, algumas fragilidades, as quais traduziam-se na operacionalização positivista de compreender o método como sendo aplicável a prática social. Para essa autora os problemas presentes na aproximação da profissão com o marxismo deixaram brechas para as adversidades vivenciadas pela categoria na contemporaneidade, referente ao abandono e/ou má utilização do referencial teórico instituído coletivamente.

Nessa direção, Santos (2007b) aponta três pontos da aproximação do marxismo ao Serviço Social: 1) apropriação ideológica do marxismo; 2) apropriação epistemológica e; 3) apropriação ontológica.

A apropriação ideológica refere-se ao primeiro encontro com o marxismo. Foi o momento de capturar os elementos ideológicos e políticos, os quais subsidiaram a perspectiva de “intenção de ruptura”. A incorporação nesse lapso temporal se deu por meio do marxismo enviesado pela vertente positivista, com fortes influências da II e III internacional.

A apropriação epistemológica, correspondente aos anos de 1980, diz respeito à aproximação do Serviço Social com as fontes originárias das obras marxianas e de obras de referência da tradição marxista, com destaque para a utilização das análises gramscianas. Tanto Santos (2007b), como Netto (2011) e Iamamoto (2013) chamam atenção para o adensamento das discussões relacionadas ao método, retirando a discussão do campo restrito da organização política, para a profissão nos seus componentes constitutivos, o que dá base para a apropriação ontológica do marxismo, a qual apresentou um salto qualitativo na utilização do referencial crítico-dialético, permitindo instituir mudanças estruturais no Serviço Social.

[...] é somente recuperando seus aspectos ontológicos-sociais que a vertente crítico-dialética apresenta-se em suas mais fecundas possibilidades, tornando-se capaz de realizar a ruptura teórica com a herança conservadora e interventiva de forma qualitativamente superior na garantia do projeto-ético-político profissional. (SANTOS, 2007b, p. 07).

O amadurecimento do Serviço Social lhe concedeu a compreensão das determinações sociais a partir da contradição inerente à sociedade capitalista. A

aproximação da profissão ao método materialista histórico dialético, permitiu a introdução da categoria aos anos de 1990 com um arsenal teórico-metodológico, prático-operativo e ético-político edificado e renovado, com uma crítica contundente de repúdio ao “tradicionalismo profissional”, bem como a sociedade capitalista.

Desse modo, a construção do novo arsenal político, teórico e jurídico do Serviço Social, baseado no referencial crítico, não se referiu a um dado movimento pragmático de contestação profissional, ao contrário, a construção esteve relacionada a um processo longo de rupturas e continuidades, que representam o amadurecimento profissional que acompanha o percurso histórico.

O resultado desse processo está materializado na construção do Código de Ética em 1993, na Lei que regulariza a profissão, também em 1993 e nas Diretrizes Curriculares em 1996, os quais resultam na formulação de um Projeto Ético Político do Serviço Social. Esses “monumentos” representam um longo período de maturação analítica, construído coletivamente pela categoria profissional, que a partir da solidificação da perspectiva de “intenção de ruptura”, passa a ser discutida nos diversos espaços de participação da categoria profissional, com ampla incidência dos Seminários e Congressos, tematizando o processo de Renovação e ruptura com o “tradicionalismo profissional”.

Contemporaneamente, a direção crítica, pela via do marxismo, continua sendo firmada pelas entidades organizativas da profissão. No entanto, vive-se sobre um dilema interventivo de materialização dos princípios do método materialista histórico dialético em uma conjuntura de fortalecimento do conservadorismo e com ele o favoritismo, o caráter filantrópico e benevolente de enfrentamento as expressões da “questão social”.

É preciso esclarecer que o marxismo não se trata de um método de análise vinculado exclusivamente a uma profissão. O Serviço Social apropria-se desse método afim de compreender a realidade, entendendo os problemas sociais como fruto da exploração do trabalho pelo capital, se reconhecendo como classe trabalhadora. Assim sendo, a apropriação do marxismo tem seus limites vinculados a própria intervenção prática dos assistentes sociais ao passo que se vincula ao Estado pela operacionalização das Políticas Sociais.

O conhecimento concomitantemente a produção do conhecimento, mesmo refletindo a dada realidade e, por isso, sendo inseparável da prática, compõe

dimensões distintas. Da intenção à ação há uma longa distância, mesmo tendo o materialismo histórico dialético como método, os assistentes sociais se esbarram na instância prático-operativo com os mais variados campos de trabalho, nas mais diversas formas de contratação, diante de cenários cada vez mais precários, o que amplifica suas limitações.

A produção do conhecimento do Serviço Social que atingiu sua solidez no processo de “intenção de ruptura”, amplifica suas áreas temáticas com o referencial teórico-metodológico marxista. É nesse lapso que a profissão se aproxima de matrizes teóricas relacionadas aos movimentos sociais, as questões do Estado, as lutas de classe, à “questão social”, a democracia e ao estudo sobre a Categoria Trabalho.

Segundo Lara (2009, p. 53):

A incidência de elementos da teoria social crítica está presente nas dimensões que envolvem a formação profissional em Serviço Social. As diretrizes curriculares do curso de Serviço Social delimitam claramente o campo de formação profissional e evidenciam os componentes principais que são as dimensões: teórico metodológica, técnico operativa e ético-política. O assistente social deve estar capacitado para apreender, pela perspectiva da totalidade, as determinações da vida social da sociedade burguesa, o processo histórico da sociedade brasileira, o significado social da profissão e das suas demandas, a sua inserção na divisão social do trabalho e, principalmente, compreender a estatura política que envolve a profissão. [...]

A formação de um “estatuto científico” para Serviço Social esteve na centralidade do processo de Renovação da profissão no Brasil, contribuindo e sendo construído no seio da crítica ao tradicionalismo da profissão. Iamamoto (2013) chama atenção para a ampliação do mercado de trabalho nas unidades de ensino, que passam a ganhar densidade na “intenção de ruptura”. A instalação da Pós-Graduação, articulada a inserção da pesquisa e extensão no campo do Serviço Social amplifica as possibilidades da profissão renovando, inclusive, o quadro de profissionais que agora passam a atuar inspirados pelo materialismo-histórico-dialético.

A maturidade do Serviço Social frente ao materialismo histórico dialético proporcionou a passagem da análise eclética para a análise plural. A aproximação inicial da categoria com o marxismo teve por base o ecletismo, com vinculações das

obras do Marx a outros métodos que não coagulavam com a perspectiva crítica. Entretanto, ao passo que a profissão debruçou-se sobre os estudos do método, partindo dos principais escritos marxianos, o ecletismo passou a dar lugar ao pluralismo, este constituindo como princípio legítimo resguardado pelo arcabouço jurídico e político contemporâneo da categoria profissional, em defesa do tratamento igualitário no campo das ideias, distante do relativismo e do ecletismo teórico. (TONET, 2007).

Iamamoto (2013) destaca que o aprofundamento do marxismo pelo Serviço Social propiciou a conquista da maturidade intelectual da profissão, atingindo a sua cidadania acadêmica, colocando na centralidade do debate: a crítica teórica-metodológica do conservadorismo e do marxismo vulgar, bem como, a construção do percurso histórico do Serviço Social brasileiro.

O Serviço Social avança na:

[...] negação e *denúncia* do tradicionalismo ao enfrentamento efetivo de seus dilemas e impasses teóricos-práticos; do *metodologismo* à inserção da polêmica teórico-metodológica no Serviço Social nos principais marcos do pensamento social contemporâneo; da *apologética* no trato do marxismo no Serviço Social ao debate clássico contemporâneo dessa tradição intelectual; do *ativismo político-profissional* à criação de condições acadêmicas e socioprofissionais que propiciaram maior solidez a práticas renovadoras inscritas no mercado de trabalho do assistente social; do *ecletismo ao pluralismo*; de uma abordagem generalista sobre a América Latina a ensaios históricos sobre o Serviço Social em diferentes momentos conjunturais da formação no país, ampliando as possibilidades de análise da profissão na história brasileira. (IAMAMOTO, 2013, p. 236-237 **grifos da autora**).

A inserção da tradição marxista no Serviço Social rompe com a visão instrumental da razão formal que até então operacionaliza a prática e a teoria. A profissão passou a buscar a compreensão da realidade, por meio da totalidade concreta, esmiuçando o método, de modo a utilizar a história construída pelos homens, como caminho central para o direcionamento da sua análise.

O materialismo histórico dialético permite a compreensão crítica da realidade, imprimindo a passagem do real pensado para o real concreto, resultando em uma síntese necessária para o processo seguinte, que é a intervenção, transformação da realidade. A síntese como resultado é também ponto de partida, diante de uma

realidade dinâmica, dialética, na qual o desvelamento do real através das categorias simples sintetiza as categorias mais complexas.

Como afirma Marx (2016, p. 250):

Neste sentido, podemos dizer que a categoria mais simples pode exprimir relações dominantes de um todo menos desenvolvido ou, pelo contrário, relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações que existiam já historicamente antes que o todo se desenvolvesse no sentido que encontra a sua expressão numa categoria mais concreta. Nesta medida, a evolução do pensamento abstrato, que se eleva do mais simples ao mais complexo, corresponderia ao processo histórico real.

A produção do conhecimento é vista pela tradição crítica enquanto análise objetiva e racional da realidade, das múltiplas expressões que compõem a realidade concreta. Preza pela relação congênita entre teoria e prática, opondo-se ao conhecimento subordinado aos preceitos burgueses.

Dessa forma, pode-se afirmar que o pensamento sob égide da tradição marxiana/marxista é fruto da sociedade moderna, de uma racionalidade dialética, na qual revela a realidade a partir da contradição capitalista, estruturada pela relação desigual, inerente e contraditória. Nesse sentido, para além dos avanços categoriais sobre a compreensão e intervenção da realidade, o materialismo histórico dialético proporcionou ao Serviço Social o rompimento com os fundamentos anti-modernos – que mesmo em meio a Modernidade – alicerçavam a funcionalidade da profissão no Brasil, através dos preceitos oriundos da teorização católica. (NETTO, 2011b).

A interlocução do Serviço Social como a teoria marxista se constitui, sem dúvidas, como um marco histórico glorioso, possibilitando o entendimento e execução da práxis, da sua intervenção orientada, como um movimento, que transmite as observações do pensar para a intervenção prática política, passando de um incômodo, puramente subjetivo, para uma necessidade orientada, objetiva, como assegura Lara (2007, p. 75):

A observação sobre a realidade social não é simplesmente um incômodo subjetivo, que apenas satisfaz a curiosidade do pesquisador; ao contrário, o ser que indaga, procurar inquirir sobre 'algo' que advém da objetividade social a qual carece do conhecimento para ser observado.

Guerra (2009, p. 04) chama atenção para a necessidade do Serviço Social em atuar com a realidade, o que, a partir do método, exigiu uma compreensão da realidade, fundamentada na história e no movimento dialético: “A necessidade de atuarmos sobre a realidade é o que nos conduz ao conhecimento. Não obstante, para intervir, é preciso conhecer, para o que há que ser ter procedimentos adequados”.

Ao passo que os assistentes sociais passam a trabalhar com as categorias de análises referendadas pela tradição marxista às duas dimensões, tanto como profissão, quanto como área do conhecimento, estruturam-se pela análise crítica e histórica, onde a categoria trabalho ocupa a centralidade. É em meio a esse processo que se forma os órgãos representativos do Serviço Social, ampliam-se os eventos da área, os quais centram as discussões na formação de um regulamento político, social e jurídico para a categoria.

O arcabouço legal da profissão foi construído apoiando-se a crítica ao modelo de sociedade vigente. A formação, a prática e a produção do Serviço Social incorporam as categorias de análise da tradição marxista, construindo sua análise e intervenção a partir da compreensão da categoria Trabalho, da luta de classe, das relações do Estado, etc.

O Trabalho, Categoria central da análise marxiana/marxista, passa a direcionar o exercício prático do Serviço Social, bem como a produção, estando materializada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, nos fundamentos do Código de Ética e na Lei que Regulamenta a Profissão. Evidentemente, isso não assegura ao Serviço Social uma prática desvinculada da contradição capitalista, a profissão goza de autonomia, mas uma autonomia relativa, que exige do Serviço Social a vinculação com o projeto societário para o enfrentamento e superação da sociedade de classes.

A atual ofensiva capitaneada pela crise estrutural do capitalismo coloca em xeque a tradição marxista, o que acaba por ameaçar o Projeto Ético Político do Serviço Social, fundamentado nessa perspectiva. Apesar de uma temática já debatida pela profissão, discutir e estar atento para a aproximação do Serviço Social com a teoria crítica se faz necessário para se compreender os nexos contemporâneos que evidenciam uma investida (neo) conservadora na profissão, a

qual revela, inclusive, as fragilidades presentes na apropriação marxistas pela profissão.

O ecletismo teórico-metodológico, nunca extinto, mas amenizado na profissão, em períodos de crise acompanham a tendência ao retorno conservador, fundamentado em uma face irracional e fascista, que tem como alvo central a destituição do marxismo e a promulgação do “Fim do Trabalho”.

O redimensionamento da sociedade capitalista exigiu a renovação do seu aparato ideológico e cultural, necessário para assegurar a legitimidade de sua ordem. Para o Serviço Social, diante das suas particularidades históricas, tem ocasionado tensionamentos na profissão que revelam a disputa de projetos antagônicos existentes em seu interior e que ganham força no atual contexto, ameaçando o legado histórico da tradição crítica, expressando em projetos revisionistas que implicam em mudanças prático-operativas e teórico-metodológicas.

O ataque ao projeto democrático brasileiro é diretamente um ataque ao Projeto Ético Político do Serviço Social, desafiando e exigindo a essa profissão o retorno, ainda mais fervoroso, pelos estudos dos fundamentos do Serviço Social, compreendendo o lugar que ocupa o Serviço Social na luta de classe, como categoria que intervém diretamente nos problemas sociais e como classe trabalhadora que sente os influxos contínuos e devastadores do retrocesso dos Direitos sociais. Significa, concomitantemente, a necessária compreensão sobre o direcionamento da profissão, da Categoria Trabalho e da sua centralidade.

1.3 A importância da Categoria Trabalho para o Serviço Social: escopo sobre a Produção do Conhecimento

[...] A diretriz que vem norteando o projeto de formação profissional é a defesa da universalidade pública, gratuita e de qualidade, acompanhada da denúncia dos efeitos deletérios da privatização do ensino superior. (IAMAMOTO, 2014)

O debate da categoria Trabalho tem sido realizado nas mais diversas áreas do conhecimento, seja em seu sentido ontológico, baseado na tradição marxista, seja sobre a sua funcionalidade na sociedade capitalista a serviço da ordem burguesa.

O Trabalho é categoria central na análise marxiana. É o fundamento ontológico do ser social que possibilita transformar a natureza, construindo a história e transformando-se também. A análise da sociedade capitalista é incompreensível sem a Categoria Trabalho, pois a contradição fundante sustenta seus alicerces no caráter alienante do trabalho, por meio da exploração.

No Serviço Social, os estudos em torno da Categoria Trabalho passam a interessar a profissão durante o processo de Renovação, especificamente, na perspectiva de “intenção de ruptura”, devido à aproximação da categoria com o campo crítico.

Desse modo, a primeira síntese analítica, resultante desse processo, realizada pelo Serviço Social, tratou da obra de Yamamoto e Carvalho, intitulada “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, publicada em 1981.

A obra de Yamamoto e Carvalho, significa o esforço de uma pesquisa realizada pelo Centro Latino Americano de Trabajo Social (CELATS)¹¹, que expressa os frutos do processo de Reconceituação do Serviço Social latino-americano e da Renovação no Brasil. Inaugura-se uma nova fase histórica, que compreende a profissão fundamentada nas relações sociais societárias, de produção e reprodução da sociedade capitalista, na qual a Categoria Trabalho era/é imprescindível.

O Serviço Social passa a compreender a “questão social” não mais como expressão individual, mas como fruto da contradição que rege a sociedade capitalista. A “questão social”, nas suas mais variadas expressões, passa a ser objeto de intervenção da profissão. A contradição Capital X Trabalho torna-se o campo de ação prático-operativa e teórico-metodológico, em uma perspectiva que exige a compreensão do real como orientação para intervenção prática. (TAVARES, 2007).

A compreensão do real como direção interventiva do Serviço Social, imposta como uma necessidade para o desenvolvimento da práxis profissional, articulado com a luta geral da classe trabalhadora, apresenta, inclusive, os próprios limites em que esbarra-se essa categoria. As dadas condições reais, materiais é quem irá formar o chão histórico de atuação dos Assistentes Sociais, por isso, a necessidade

¹¹ Configura-se enquanto um organismo civil, sem fins lucrativos, dedicado a investigação e promoção de desenvolvimento social da América Latina. Para mais ver: <http://celats.blogspot.com.br/p/prueba.html>.

constante de mudar a realidade, não interna da profissão, mas a forma societária de vida humana.

À medida que o Serviço Social passa a se compreender e compreende o seu objeto de intervenção, o Trabalho constitui-se como uma categoria necessária no campo investigativo, sendo incorporada como estudo no currículo da profissão, a partir das Diretrizes Curriculares de 1996.

As Diretrizes Curriculares materializam junto ao Código de Ética (1993) e a Lei que Regulamenta Profissão (1993), todas as discussões e debates realizados pelo Serviço Social no processo de Renovação, que culminou na constituição de organismos de representatividade da categoria.

A elaboração das Diretrizes Curriculares foi demandada por um conjunto de assembleias, oficinas e convenções coletivas¹² que tinham como objetivo central debater para a reformulação do processo formativo do Serviço Social, o qual culminaria na reestruturação da prática interventiva e na produção do conhecimento da categoria. Participaram dessas convenções e assembleias, o Conselho Federal de Serviço Social (CEFESS), o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS)¹³, enquanto órgão representativo organizador.

A proposta dividida por núcleos apresentou a lógica estruturante do Serviço Social na sociedade capitalista que aponta sua relação com a “questão social”, discutiu o agravamento de suas expressões diante da refuncionalização ocasionada pela crise estrutural do capital nos anos de 1970, atentando para os rebatimentos no processo de trabalho dos/as assistentes sociais e a necessidade de afirmação e clareza dos processos sócio-históricos e teóricos-metodológicos da realidade concreta.

¹² A construção da atual Diretriz Curricular do curso de Serviço Social foi discutida na XXVIII Convenção Nacional da ABESS, ocorrido em Londrina, em 1993; a XXIX Convenção Nacional da ABESS, ocorrida em Recife, em 1995. Contou, ainda, com as oficinas que formularam as: “Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate e; a “Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social, ambas elaboradas na II Oficina Nacional de Formação Profissional, realizada no Rio de Janeiro, nos dias 8 e 7 de Novembro de 1996. (ABESS, 1997).

¹³ A ABESS passou a se chamar ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), em 1996, devido a compreensão da profissão em defesa pela associação entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

A Categoria Trabalho está presente em todos os eixos¹⁴ da proposta, o que comprova o avanço da compreensão do Serviço Social pelo método marxista como caminho para o entendimento da realidade, fundamentando-se na perspectiva do homem enquanto ser social, capaz de produzir conhecimento: “O conhecimento apresenta-se como uma das expressões do desenvolvimento da capacidade humana de compreender e explicar a realidade nas suas múltiplas determinações [...]”. (ABESS, 1997, p. 65).

A Categoria Trabalho é compreendida, desse modo, pela proposta “[...] como atividade central na constituição do ser social” (ABESS, 1997, p. 62), ou seja, indispensável para o entendimento do Serviço Social sobre a realidade.

No “Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da vida social”, a Categoria Trabalho encontra a sua centralidade na discussão.

O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como práxis, o que implica o desenvolvimento da sociabilidade, da consciência, da universalidade e da capacidade, e, como tal, desenvolve a liberdade. (ABESS, 1997, p. 64).

Diante da materialização desse projeto curricular, o Trabalho ocupa espaço enquanto Categoria do método – em seu sentido ontológico – e, nos espaços em que envolve a relação do Serviço Social pertencente ao mundo do trabalho. Assim, a Categoria Trabalho passa a ocupar os tópicos de estudo, especificamente, nas Diretrizes Curriculares: “Trabalho e Sociabilidade” e “Serviço Social e Processos de Trabalho”.

Os Tópicos de Estudo, versam sobre os conteúdos necessários para a formação do assistente social na realidade brasileira frente ao método de análise, que passa a ser o materialismo histórico dialético, direcionando o coletivo da profissão, como já visto.

No tópico “Trabalho e Sociabilidade”, exigem-se o entendimento sobre as discussões contemporâneas em torno da Categoria Trabalho. De tal forma que seja compreendido, em torno dos seguintes conteúdos: o trabalho nas relações sociais, a divisão sócio-técnica do trabalho, a produção social e valor, o trabalho assalariado, a propriedade e capital, processos de trabalho e produção da riqueza social. Trabalho

¹⁴ Refere-se aos eixos de estudos postulados nas Diretrizes Curriculares.

e cooperação: o trabalhador coletivo. Trabalho produtivo e improdutivo. A polêmica em torno da crise da sociedade do trabalho. (ABESS, 1997).

A compreensão da relação direta do Serviço Social com o mundo do trabalho é esmiuçada no tópico “Serviço Social e Processos de Trabalho”, o qual aborda os seguintes conteúdos: O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. A inserção dos assistentes sociais nos processos de trabalho: questão social, políticas e movimentos sociais, a dinâmica institucional e a formulação de projetos de pesquisa e intervenção. Espaços ocupacionais do Serviço Social nas esferas pública e privada. O/a assistente social como trabalhador, as estratégias profissionais, o instrumental técnico e o produto do seu trabalho. Supervisão do trabalho profissional e estágio. (ABESS, 1997)

A pesquisa realizada por Kameyama entre os anos de 1975 a 1997 com o objetivo de traçar um panorama da Produção do Conhecimento do Serviço Social, mostra as principais temáticas produzidas nesse contexto. A categoria Trabalho apresentava-se nos estudos em torno do “Processo de Trabalho”.

Posteriormente, a partir da década de 1990, segundo essa autora, a Categoria Trabalho é analisada de modo crítico pelo Serviço Social. Em suas palavras:

Neste sentido, há trabalhos que procuram desvelar, na política de recursos humanos, o movimento de coerção e consenso existentes nas relações de trabalho, norteadas para a reprodução material e ideológica da força de trabalho na lógica das relações de trabalho capitalista. Mostra, ainda, os nexos existentes na articulação entre processo produtivo e a valorização da força de trabalho na produção capitalista. (KAMEYAMA, 1998, p. 22).

Com a chegada dos anos de 1990 a Categoria Trabalho é discutida pelo Serviço Social com mais afinco, constituindo-se, atualmente, como um dos principais campos de análise da profissão. Em 1996 o CEDEPSS, por meio das professoras Marina Abreu e Ivete Simionatto, realizaram uma pesquisa intitulada “A situação da pesquisa em Serviço Social nas Unidades de Ensino de Serviço Social nos anos de 1990-1996”. Essa pesquisa tinha por intuito mapear os estudos desenvolvidos pelo Serviço Social. A Categoria Trabalho já se encontrava como um dos temas polarizados da pesquisa, abordando os seguintes recortes temáticos: geração de emprego e renda, inovações tecnológicas e organizacionais no campo empresarial,

tecnologias alternativas e trabalho domiciliar feminino, trabalho infantil, acidentes de trabalho, doenças profissionais e mercado de trabalho do/a assistente social (ABESS, 1997).

Em 2008, evidencia-se a Tese de Doutorado do Professor Ricardo Lara, a qual trata da produção do conhecimento do Serviço Social sobre a Categoria Trabalho. O objetivo do trabalho de Lara foram os estudos elaborados pelos teóricos da área sobre a Categoria Trabalho.

Os estudos de Lara (2008) demonstraram os principais campos de investigação do Serviço Social sobre a Categoria Trabalho. Possibilitou visualizar a compreensão e defesa da categoria profissional por essa Categoria de análise, apontando algumas tendências que poderiam vir a ser desenvolvidas, mediante o decurso da história.

Para exemplificar as temáticas dentro da Categoria Trabalho encontradas na pesquisa de Lara (2008) citam-se: Trabalho e Política Social; Transformações do Mundo do Trabalho e Reestruturação Produtiva; Precarização do Trabalho, Informalidade e Desemprego; Serviço Social de Empresa; Trabalho Infantil; Trabalho, Sindicalismo e Lutas; Processo de Trabalho e Serviço Social; Centralidade do Trabalho; Trabalho Feminino; Trabalho e Qualidade de Vida; Trabalho e Subjetividade; Trabalho e Ética; e Trabalho e Pessoas com Deficiência.

Para Lara (2008), o livro de Gorz, lançado em 1970 sob o título “Adeus ao proletariado” e os estudos de Clauss Offe publicados em 1980, teriam também, vigorado os estudos sobre Trabalho, que tiveram repercussão sobre a aproximação do Serviço Social com essa temática.

A Categoria Trabalho, como analisada, é parte constituinte do arsenal crítico e de resistência da profissão na contemporaneidade, com suas linhas e grupos de pesquisa. A produção do Serviço Social contribui nacional e internacionalmente nas discussões que versam sobre a Categoria Trabalho.

Uma pesquisa realizada entre os anos de 2009 e 2011 pela Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, revelou à existência de 103 grupos de pesquisa sobre Trabalho, vinculados as diversas áreas do conhecimento.

Desses 103 grupos revelados por essa pesquisa, 22 vinculam-se a área do Serviço Social que discutem a Categoria Trabalho nas mais variadas temáticas,

desde o sentido ontológico, centralidade, até a avaliação das expressões decorrentes da contradição Capital X Trabalho.

A tese defendida por Cantalice, em 2013, reforça a predominância da pesquisa sobre a Categoria Trabalho pelo Serviço Social. Essa pesquisa trata as inflexões do pensamento pós-moderno na produção do conhecimento do Serviço Social e a Categoria Trabalho apresenta-se como a segunda temática, mais incidente, ocupando 25% entre as Teses e Dissertações pesquisadas pela referida.

Segundo dados do CNPq, presentes na pesquisa de Ribeiro (2017), a Categoria Trabalho encontra-se entre as temáticas presentes nos Projetos submetidos e aprovados pelo órgão de fomento. Nos anos de 2011 e 2012 a Categoria Trabalho constituiu-se como temática de relevância, ficando atrás apenas dos projetos voltados para a Política Social.

Na esfera da coisa pensada o Serviço Social se firma na defesa teórica e metodológica da elaboração crítica, o que exige da prática – como processos intrínsecos – a capacidade de compreender a realidade de modo articulado com a totalidade social, não alterando essa realidade, mas elaborando reflexões capazes de contribuir com a luta maior da classe trabalhadora.

Decerto, viabiliza-se mais do que acesso de direitos – em uma concepção política e ideológica – traduzindo-se em uma tarefa que implica grandes desafios, uma vez que se trata de enfrentar, de modo direto, a relação Capital X Trabalho junto a um Estado, que também é burguês. Em tempos de crise, essa contradição torna-se ainda mais alargada e, se tratando da crise em curso, a qual trouxe transformações profundas em todas as dimensões da sociedade, implicaram, sob medida no fazer profissional dos assistentes sociais, ao passo que capitaneou a desregulamentação do mundo do trabalho, determinando novas configurações, as quais são incorporadas, como resultados, na produção do conhecimento do Serviço Social.

Diante dessas transformações, de modo geral, no mundo do trabalho, de onde refletem mudanças no campo político, social e econômico, medidos por um processo de mundialização do capitalismo, com centralidade na financeirização da economia, mediadas pelas estratégias do neoliberalismo e pela lógica cultural ideológica, denominada de pós-moderna.

Compreender o caráter ideológico desses processos, coloca-se como necessidade e desafio para o Serviço Social, na defesa do seu Projeto Ético Político, na negação dessa sociedade e superação, fundamentada na emancipação humana e política. A Categoria Trabalho é pedra de toque desse processo, pois é nela que se finca a centralidade da vida humana, o caráter ontológico do Ser Social.

2 A O PROJETO DA MODERNIDADE E AS INFLEXÕES DA PÓS-MODERNIDADE NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: os programas de Pós-graduação e a Categoria Trabalho

As transformações derivadas do cenário de crise são de ordem estrutural e expressam o amadurecimento da sociedade capitalista, em maior complexidade. A retomada do capitalismo exigiu a reorganização de todo seu aparato, econômico, político e ideológico, a fim de realinhar a lucratividade e, assim, assegurar o processo de produção e reprodução.

A reorganização do capitalismo não foi e não é um movimento anárquico, ao contrário, é um todo organizado e estruturado, por isso, dependente. A nova forma acumulativa, a acumulação flexível, necessita para sua concretização, de um conjunto ideológico capaz de alimentar a falsa consciência, trabalhando para a aceitação dos mais altos níveis de exploração e intensificação da opressão, em uma fase capitalista de aprofundamento mercadológico.

Compreender a atual realidade em que se colocam as relações sociais capitalistas, exige desvelar a realidade sobre os mais variados aspectos societários, em que o mundo do trabalho é redimensionado, sob a ótica de uma “nova” sociedade, não mais ancorada na contradição em que o trabalho é central.

A sociedade dita pós-moderna coloca por terra o Projeto da Modernidade e, portanto, toda a teoria social construída pela tradição marxista. Ao Serviço Social, que tem por método de análise e direcionamento prático operativo, o materialismo histórico dialético, tem seu Projeto de profissão sob ameaça pelos estratos conservadores existentes em seu interior, que passam a se fortalecer diante da ofensiva capitaneado pela ideologia pós-moderna.

As inflexões no Serviço Social estão presentes tanto enquanto profissão, como na área do conhecimento, nesta última se expressa nas suas produções acadêmicas como: Dissertações, Teses, artigos em periódicos, livros, etc.

O intuito deste Capítulo é apresentar um panorama da produção do conhecimento do Serviço Social, a partir do “estado da arte” dos Programas de Pós-Graduação vinculados à área do Serviço Social, objetivando delinear o objeto deste trabalho que é a produção do conhecimento do Serviço Social sobre a categoria

Trabalho, na compreensão de que o Trabalho, como categoria ontológica, vem sendo alvo do ideário pós-moderno, de resignificação (neo) liberal.

Este Capítulo esboçara a primeira parte da pesquisa, em torno dos objetivos que reverberam na construção do perfil dos Programas de Pós-Graduação, a partir da Categoria Trabalho, apresentando os eixos temáticos presentes em cento e quarenta e duas (142) dissertações, distribuídas em treze (13) Programas, com área ou/e linha sobre a Categoria Trabalho, como descrito na Introdução.

2.1 O Projeto da Modernidade e as inflexões da Pós-modernidade

Em essência, a sociedade moderna, burguesa, informática, baseia-se em alguns princípios que se reiteram no largo da história. Nem a ciência nem a técnica, ou informática, alteram a natureza essencial das relações, processos e estruturas de apropriação, ou distribuição, e dominação, ou poder. (IANNI, 1991)

A construção do Projeto de Modernidade está inteiramente ligada à emergência da sociedade capitalista, enquanto um sistema estruturado economicamente, politicamente e socialmente. Conforma-se como um projeto histórico, advindo de um processo revolucionário, em sua origem burguesa, correspondente ao desenvolvimento das forças produtivas societárias.

Pode-se afirmar que o Projeto da Modernidade foi mediado pela Revolução Francesa e o movimento iluminista, os quais fundamentaram enquanto projeto de sociedade, questionando e derrubando o regime absolutista, ao alicerçar uma nova forma societária: o capitalismo. Ao citar a Revolução Francesa, costuma-se lembrar dos seus princípios básicos: liberdade, igualdade e fraternidade, o que dá impressão de um movimento originalmente organizado a partir de grupos políticos com programa, previamente, definido.

No entanto, segundo Hobsbawm (2016) a Revolução Francesa não tratou de um movimento homogêneo, organizado, com liderança ou programa político, pelo menos em sua origem. Porém, significou uma Revolução capaz de, em termos de unidade, reunir, pelo tempo necessário para a sua ascensão ao poder, ideais de um grupo social coerente.

É importante compreender a Revolução Francesa para atingir o nível de consciência necessário de que é sobre esse processo que resultam todo aparato

político e ideológico capitalista, dando início a um lapso temporal contraditório, subsidiado pela razão burguesa.

A discussão que interessa nesse estudo, diante da certeza que suas causas e implicações já foram discutidas exaustivamente por diversos intelectuais, vincula-se às inflexões dessa Revolução na construção da Modernidade, diante de um projeto intimamente ligado ao desenvolvimento capitalista, no qual forjam-se grandes questões societárias, por meio de categorias voltadas para a realidade, baseando-se no humanismo, na razão e no historicismo.

Esse lapso temporal inaugurou a razão, ao abandonar as concepções religiosas, que até então dominavam a existência do conhecimento em sociedade. A racionalidade retira a religiosidade, na figura central de Deus, para o homem, o único ser capaz de produzir e construir a sua própria reprodução na Terra. Coutinho (2010) trata esse processo como a passagem da irrazão (absolutismo feudal) para a razão (burguesia liberal).

Os princípios defendidos pela burguesia na Revolução Francesa vinculavam-se ao liberalismo clássico, em que defendia a liberdade do desenvolvimento individual, de modo igualitário. Todavia, não custou para que houvesse a divisão do movimento, já prescrito na sua heterogeneidade, que ao passo que chega ao poder abandona os princípios revolucionários, passando a não mais representar a unidade até então necessária para tornar o movimento uniforme.

A defesa pela liberdade e pela emancipação política e humana, representada pelos ideais do Iluminismo não compactuava com o modelo de sociedade que se instituiu. Os fundamentos revolucionários e o caráter emancipador da burguesia foram negados no momento em que as promessas de liberdade, fraternidade e igualdade ligadas ao liberalismo econômico, tornaram-se impossíveis de serem materializadas universalmente. Como assevera Coutinho (2010, p. 29) “Embora fosse na época uma classe progressista, a burguesia funda objetivamente um regime de exploração e é limitada pelas formas de divisão do trabalho que esse regime introduz na vida social”.

A razão, fundamento central do Projeto da Modernidade, é dilacerada, diante da necessidade da criação de um estatuto de legitimidade da classe burguesa. Abandona-se o que havia sido conquistado com o desenvolvimento industrial, o qual, acompanhado pelo processo de urbanização, utilizou a razão como um

caminho para a revelação da realidade e, assim, a impossibilidade pelo alcance da emancipação humana. Ao contrário, deu-se lugar a uma razão instrumentalizada, a serviço do capital, como afirma Guerra (2014, p. 112 *grifos da autora*) “[...] a *racionalidade instrumental* é a *racionalidade substantiva* da ordem social burguesa”.

A contraposição direta à burguesia no poder só ocorreu por meio da Revolução de 1848, quando a classe trabalhadora assume o caráter revolucionário, abandonado pela burguesia acedente. Diante da incapacidade do movimento em concretizar a emancipação humana, ao passo que conserva ao chegar no poder as características inerentes ao metabolismo do capital, Marx (1999, p.8), afirma: “A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não suplantou os velhos antagonismos de classe. Ela colocou no lugar novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta”.

Essa fase, iniciada pela Revolução de 1848, é tratada por Netto (1978) a partir de Lukács¹⁵, como o segundo momento do desenvolvimento da filosofia burguesa, o qual representa o abandono da burguesia pelo pensamento progressista, sendo este estiado pela bandeira dos trabalhadores, que surge agora enquanto classe revolucionária organizada.

O desenvolvimento das forças produtivas levou mais uma vez uma classe ao poder, a burguesia instituiu a sua forma de dominância, criando uma infraestrutura e superestrutura baseada em seus princípios. No entanto, o reconhecimento da classe trabalhadora, em classe para si, mudou os rumos do Projeto da Modernidade, que até então havia apenas uma defesa, que era pela preservação da ordem estabelecida pelo movimento da Revolução Francesa. Ou seja, pelo estabelecimento da contradição fundada, na qual o trabalho passa a ser explorado, tendo o seu sentido alienado a serviço da lucratividade capitalista. É a partir desse lapso temporal que se constituem duas classes centrais: a burguesia e o proletariado, alicerçadas em dois projetos antagônicos, o capitalismo e o comunismo.

¹⁵ Lukács, no livro “Existencialismo ou marxismo” (1979) trata dos estágios de desenvolvimento do pensamento filosófico burguês. O primeiro período refere-se à da filosofia clássica, entre o final dos do primeiro terço do século XIX até 1848. O segundo iniciado em 1848 até o início do imperialismo, corresponde ao momento de decadência ideológica, quando a burguesia abandona os princípios revolucionários, sendo estes ocupados pela classe trabalhadora, reconhecida, enquanto, classe em si. O terceiro estágio, apresenta-se com a entrada do a fase imperialista do capital e representa a período de acirramento social, político e econômico.

Ora, para constrangimento dos burgueses, eles não podem olhar de frente as estradas que abriram: as grandes e amplas perspectivas podem converter-se em abismos. Eles só podem continuar a desempenhar seu papel revolucionário se seguirem negando suas implicações últimas e sua profundidade. Mas pensadores radicais, e trabalhadores, estão livres para vislumbrar aonde conduzem as estradas e seguir por elas. Se a vida boa é a vida de ação, por que o escopo das atividades humanas deve ser limitado àquelas que dão lucro? E por que deveria o homem moderno, que viu do que é capaz a atividade humana, aceitar passivamente a estrutura da sociedade, tal como se lhe oferece? Já que a ação organizada e concertada pode mudar o mundo de tantas maneiras, por que não organizar, trabalhar e lutar juntos para mudá-lo ainda mais? A “atividade revolucionária, atividade prático-crítica” que destrona o domínio burguês será a expressão de energias ativas e ativistas que a própria burguesia deixou em liberdade. Marx começa por exaltar a burguesia, não por enterrá-la; mas aquilo mesmo que, nela, é motivo de exaltação a levará, no fim, a ser enterrada. (BERMAN, 1986, p. 92).

O produto da burguesia será o seu próprio opositor. Inegavelmente, o Projeto de Modernidade inaugurado pela burguesia traz relações e processos próprios da sua contradição. Instaura-se o paradigma que se centra no sujeito, no homem enquanto ser capaz de transformar a sua realidade subsidia e permite o desenrolar do que mais tarde será a sua oposição, do homem, como ser social, em que a história passa a ser a sua ciência. (GUERRA, 2014).

O desenvolvimento da sociedade capitalista permite a aparição da essência do trabalho, como atividade fundadora do ser social, apontando o homem – neste processo – enquanto sujeito de sua própria história. Esse feito fez emergir a contradição capitalista, uma vez que a centralidade do trabalho choca-se com a necessidade inerente do capitalismo, de transformar essa atividade fundante em atividade a serviço da reprodução lucrativa, utilizando da alienação, reificação e do fetichismo. A decadência ideológica da classe burguesa revolucionária firma-se no fetiche da realidade.

A práxis aparece agora como uma mera atividade técnica de manipulação; a objetividade se fragmenta numa coleção de “dados” a serem homogeneizados; e, finalmente, a razão reduz-se a um conjunto de regras formais subjetivas, desligadas do conteúdo objetivo daquilo que se aplicam. Essa “miséria da razão” transformar em algo irracional todos os momentos significativos da vida humana. (COUTINHO, 2010, p. 43).

Opor-se a essa classe não é uma tarefa fácil, nem nos primórdios do desenvolvimento do projeto antagônico, nem em sua fase contemporânea de

recrudescimento, mais tornou uma tarefa necessária frente ao processo de barbárie social. A partir de 1848, com a oposição da classe trabalhadora evidenciada, a burguesia passa a construir seu projeto de sociedade de modo ainda mais claro, buscando na cientificidade o seu alicerce.

A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção; portanto, as relações de produção; e assim, o conjunto das relações sociais. Ao contrário, a manutenção inalterada do antigo modo de produção foi a condição precípua de existência de todas as classes industriais do passado. [...] Todas as relações imutáveis e esclerosadas, com seu cortejo de representações e de concepções vetustas e veneráveis dissolvem-se; as recém constituídas corrompem-se antes de tornarem consistência. Tudo que era estável e sólido desmancha no ar; tudo que era sagrado é profano, e os homens são obrigados a encarar com olhos desiludidos seu lugar no mundo e suas relações recíprocas. (MARX; ENGLES, 2001, p. 28-29).

Como apontam Marx e Engles (2001), no Manifesto do Partido Comunista, a seguridade do sistema capitalista exige a garantia da reprodução dos segmentos da classe trabalhadora, através de mecanismos ideológicos, que possam manter a sociedade sobre o nível da aparência, ou seja, de modo alienado. É preciso mais do que a operacionalização do ciclo lucrativo, é necessária toda uma lógica capaz de atar a classe que vive da venda da força de trabalho. A formação de uma consciência burguesa, mistificadora da realidade concreta é alicerce para a sustentação do pilar burguês.

A formação de uma consciência burguesa, falsificadora da realidade, uma vez que ela atende os princípios de interesse de uma determinada classe, se faz necessária para que esses princípios sejam apregoados como verdadeiros e universais. Certo disto, Marx afirma que a ideologia é a falsificação da consciência, por se trata de um emaranhado de ideias determinadas politicamente para dar sustentação a uma visão de mundo de determinada classe, apresentando-se no campo da aparência como verdadeiras, mas que na essência são mistificadas, alienadas.

A produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanação direta do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual quando esta se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica, etc., de um povo. São os homens que reproduzem suas

representações, as suas ideias, etc., mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluído até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais do que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo da vida real. E se em toda a ideologia os homens e suas relações nos surgem investidos, tal como acontece numa câmara escura isto é apenas o resultado do seu processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objetos que se forma na retina é uma consequência do seu processo de vida diretamente físico. (MARX, 1999, p. 21).

Ao tratar sobre o Projeto da Modernidade, evidenciado pela imposição de instituição da ordem burguesa, Tonet (2005, p.07) também afirma a necessidade da burguesia em instituir um conhecimento científico ao seu favor: “[...] a burguesia, carro-chefe da construção da sociabilidade moderna, capitalista, precisava de um outro padrão científico-filosófico que não aquele greco-medieval, de caráter ontológico-especulativo”.

A burguesia passa a construir um conhecimento embasado nos seus princípios, recuperando, inclusive, traços até então inutilizáveis. É nesse lapso temporal que o conservadorismo passa a servir a burguesia, como analisado por Escorsim Netto (2011).

O liberalismo e o conservadorismo tornam-se as bases política e econômica da burguesia. Até então, a fundação da sociedade Moderna era tão somente de ordem liberal, sendo os conservadores seus opositores¹⁶, por questionarem o novo modelo de sociedade e clamarem pela volta da sociedade feudal. É a partir da união dos liberais aos conservadores que se abandona a racionalidade humanista e dialética, em direção ao período chamado por Luckás de “Decadência Ideológica”.

Coutinho (2010, p. 23) afirma:

[...] se a tarefa da burguesia revolucionária fora a conquista da realidade por uma razão explicitada em todas as suas determinações, essa tarefa – na época da decadência – consiste precisamente em negar ou limitar o papel da razão no conhecimento e na práxis dos homens.

¹⁶ Uma das maiores referências, no sobre o conservadorismo Moderno é Edmundo Burke, considerado como o pai do conservadorismo Moderno e um dos maiores opositores da Revolução Francesa. Para mais informações ver: SOUZA, J. M. A. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n.126, p. 360-377, maio/ago. 2016.

A “decadência ideológica” substanciou a (des) razão burguesa, formulando visões de mundo ancoradas no fetichismo da realidade concreta. O conservadorismo passa a alinhar-se ao pensamento burguês, o qual, na figura do liberalismo, trata de desenvolver matérias científicas para legitimar a ordem e opor-se a razão dialética.

Enquanto o racionalismo da época clássica propunha-se conquistar terrenos cada vez mais amplos para e por meio da razão humana, o miserável racionalismo da decadência preocupava-se principalmente em estabelecer “limites” para o conhecimento; enquanto a filosofia clássica era preponderantemente ontológica, preocupada com o conteúdo objetivo do mundo, o agnosticismo decadente pretende-se simples epistemologia, simples análise formal dos “limites do conhecimento”. A razão, em suma, deixa de ser a imagem da legalidade objetiva da totalidade real, passando a confundir-se com as regras formais que manipulam “dados” arbitrariamente extraídos daquela totalidade objetiva. (COUTINHO, 2010, p. 51).

Em contraposição, o desenvolvimento da classe trabalhadora como classe revolucionária permitiu criar uma dualidade política no projeto da Modernidade. Criam-se grandes questões fundamentadas na razão que de um lado, serve à burguesia através da razão instrumental e; de outro, contribui com a classe trabalhadora a partir de uma razão ontológica, dialética baseada na totalidade, na história, no trabalho como categoria central para o desenvolvimento da emancipação humana.

O conhecimento crítico, formulado pelas concepções marxistas é colocado com opositor dos fundamentos burgueses, passa a atuar através da razão, não a razão instrumental, mas a razão crítica, desmitificando a realidade social, contribuindo para a construção de uma sociedade em que a emancipação humana seja, realmente, possível.

A razão burguesa passa a ser limitada ao sujeito fragmentado, cerceado pelo burocratismo. (COUTINHO, 2010). Substitui-se a essencial pela aparência, a contradição dá lugar ao formalismo, em um processo em que “[...] tudo o que é objeto da razão dialética – e que nela, e só nela, pode ser levado à consciência – é declarado como “metafísico”, “falso problema”, “resíduo irracional”; a destituição e a miséria da razão desembocam no mesmo ponto”. (COUTINHO, 2010, p. 53).

A burguesia passa, então, a ser subsidiada por teorias e vertentes irracionais, que se opõem à razão crítica fundamentada pela tradição marxista, ancorada no materialismo histórico dialético, onde a totalidade, a história, o trabalho e a

contradição são categorias inerentes. A Modernidade firma-se sobre uma disputa ideológica, política, econômica e social entre aqueles/as que vivem da venda da sua força de trabalho, os quais são maioria, e uma pequena parte, formada pelos detentores dos meios de produção, “sanguessugas” do trabalho alheio, representantes do grande capital.

Ainda que sucintamente, o entendimento do Projeto da Modernidade é imprescindível à compreensão do que vem emergindo enquanto pensamento Pós-Moderno, uma vez que se trata da destituição dos princípios e características da Modernidade, afirmando a sua superação e instituição de uma nova era, a Era Pós-Moderna.

O chamado pensamento Pós-Moderno é, sem dúvida, de difícil compreensão, sobretudo, pelo seu caráter eclético e imediatista, o que coloca empecilhos para o seu entendimento. No entanto, compreendê-lo tem sido um desafio para diversos autores, um desafio necessário e pujante, na tentativa de aproximação à realidade, tal como está posta.

As transformações societárias advindas com a fase tardia do capitalismo, intensificada a partir da década de 1970, acentuada com a queda do socialismo real (1989) e com o advento da terceira revolução tecnológica, fez emergir diversas concepções de que se vivencia outra etapa histórica, não mais fincada nos elementos constitutivos do Projeto da Modernidade.

Para Ianni (1991), a contestação das transformações societárias, como sendo problemáticas advindas da Modernidade, eclode discussões em torno de uma possível “crise de paradigmas”, quanto ao objeto de estudo da sociologia, divergindo das análises e compreensões presentes a exemplo de alguns autores como: Touraine, Habermas, Morin, Giddens, Bourdieu, Adorno, dentre outros.

Uns se colocam radicalmente em favor de novos paradigmas. Outros propõem renovações ou desenvolvimentos dos clássicos, incorporando-se aí contribuições contemporâneas. É há os que reconhecem que a criação de novos paradigmas não implica necessariamente na desqualificação dos outros. [...] Aos poucos, formulam-se novas teorias sociológicas, tais como estruturalismo (s), neo-funcionalismo, estrutural-funcionalismo, fenomenologia, etnometodologia, hermenêutica, sociologia da ação ou acionalismo, individualismo metodológicos e outros. Formula-se outros temas e outros métodos de explicação ou compreensão, ao mesmo tempo em que se inauguram outras linguagens. (IANNI, 1991, p. 199).

Passa-se a questionar os paradigmas construídos pelo Projeto de Modernidade, propondo a necessidade de construção de novos paradigmas que possam substanciar o cenário social, dinamizado pelas transformações societária, iniciadas na fase imperialista do capital. Para Guerra (2014) seriam essas transformações, apontando para uma “crise de paradigmas”, que alicerça a emergência de teorias e metodologias de diferentes vinculações, recuperando tendências irracionais, que dão corpo à pós-modernidade.

Compreender o processo ideológico de formação do pensamento social, atentando para o fato de que a consciência é determinada pelas relações históricas e não o contrário como defendia Hegel, em seu tempo – salientando, também, tal fato como um processo significativo para a construção de uma ideologia burguesa, de formação de consciência dominante – torna-se necessário para pensar as atuais determinações que operacionalizam a lógica dominante do capitalismo.

É evidente, em uma perspectiva dialética, que o pensamento pós-moderno não pode ser vinculado a uma data específica. No entanto, é fato que as concepções pós-modernas datam de um determinado período histórico recente, em que a sociedade capitalista vivencia transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, as quais se tornam latentes após a instauração da crise dos anos 1970 e as consequências reestruturais de ordem burguesa.

O pensamento pós-moderno é, portanto, tarefa árdua, diante da complexidade abstrata imposta pelo dinamismo das relações que se gesta nessa quadra histórica, ainda em curso. As expressões colocam-se no campo das ideias, como fragmentos da realidade concreta, e um processo em que as ideias passam a refletir a realidade, uma realidade que nem sempre é real, no sentido alienante em que se manifestam as relações na sociedade capitalista.

Assim, apresenta-se uma tentativa de síntese a partir de alguns autores conhecidos pelas suas elaborações teóricas sobre esse movimento cultural e ideológico, seja no campo crítico, seja no campo de reafirmação do caldo cultural-ideológico do pensamento pós-moderno.

Perry Anderson escreve em 1998 o que deveria ser a introdução do livro “The cultura Turn” de Fredric Jameson, mas que acabou, em face de sua extensão e complexidade, sendo o livro “As origens da Pós-Modernidade”, em que apresenta

desde os primórdios até o processo de compreensão da atualização do termo Pós-Moderno.

Para Anderson (1999), o termo Pós-modernismo surge nos anos de 1930, em um movimento predominantemente literário. Em seus estudos, destaca que Federico de Onís¹⁷ foi o primeiro a conceber a ideia de um “estilo pós-moderno” e, em seguida, Charles Olson¹⁸, que passa a escrever sobre um “mundo pós-moderno”, baseando-se, também, na pós-história e no pós-humanismo.

Os ruídos da existência do pós-modernismo ou pós-modernidade se deram nos anos de 1930 de modo fragmentado e tímido, em um lugar ou noutro, mas logo era esquecido. Tratava-se mais de uma crítica própria do movimento literário ao modernismo, que logo foi esquecida.

Segundo Anderson (1999), apenas em 1950, a discussão ressurgiu, por meio de Wright Mills¹⁹ e Irving Howe²⁰, indicando o termo pós-moderno para advogar sobre a tese de que tanto o liberalismo como o socialismo havia falido. Em 1960, em uma perspectiva semelhante, o termo foi utilizado em um Congresso, sobre o nome “Congresso da Liberdade Cultural”, organizado pela Agência de Inteligência Americana, na qual Leslie Fiedler,²¹ celebrou a emergência de uma nova sensibilidade para a diversidade cultural, que encontrava subsídio em uma literatura pós-moderna.

Os anos de 1970 são decisivos para a expansão e compreensão do termo pós-moderno. Ainda segundo Anderson (1999) foi apenas em 1970 que o termo toma concepção coletiva, passando a questionar se a expressão estaria apenas articulada ao campo cultural, ou seria uma expressão também do campo social e político. As transformações societárias advindas da atual etapa do capitalismo começam a interferir na formulação do termo pós-moderno, utilizando, inclusive, autores do estruturalismo e do existencialismo para legitimar a visão pós-moderna, a exemplo do Sartre, do Heidegger, Foucault, Nietzsche e outros.

A pós-modernidade ganha expressão material através das artes em 1980, com Picasso, Dali, Magritte e outros. Como afirma Anderson (1999 p. 30-31):

¹⁷ Professor e crítico espanhol. Destacou-se pelos seus estudos sobre a língua e literatura hispânica.

¹⁸ Poeta dos Estados Unidos, que utilizava o termo pós-modernismo em seus escritos.

¹⁹ Professor de Sociologia e antropologia, autor do livro “A imaginação sociológica”, no qual defendia a necessidade do zelo pela objetividade e neutralidade científica, prezando pela criatividade e imaginação.

²⁰ Crítico literário americano.

²¹ Crítico literário americano, conhecido pelos seus estudos sobre a mitologia e defesa pela ficção gênica.

Em meados de 80, Jencks festejava o pós-moderno como uma civilização mundial de tolerância pluralística e opções superabundantes, uma civilização “tornava sem sentido” polaridades ultrapassadas como “esquerda e direita, capitalista e classe operária”. Numa sociedade em que a informação importava agora mais que a produção, “não há mais uma vanguarda artística”, uma vez que “não há inimigos a derrotar” na rede eletrônica global.

Em meio a essa conjuntura, que o pensamento pós-moderno passa a aglomerar outras discussões, tendo como parâmetro as expressões da crise estrutural que eclodia mundialmente. Segundo Anderson (1999) é nesse contexto histórico que as discussões em torno do pensamento pós-moderno ganham expressividade, ultrapassando o campo literário, constituindo-se um movimento cultural, denominado por alguns intelectuais críticos, como a “lógica cultural do capitalismo tardio”. (JAMENSOM, 1996)

O livro de Lyotard lançado em 1979 foi um divisor de águas diante da temática. Intitulado “A condição Pós-Moderna”, apresentava pela primeira vez o panorama de transformações societárias relacionadas a uma nova fase histórica, chamada de Pós-moderna. O livro tem como principal objetivo exhibir uma nova formulação para o conhecimento e para a ciência, colocando como superado a formação paradigmática presente, formulada pelo projeto da Modernidade. Como aponta Anderson (1999, p. 33, *grifos do autor*): “A *condição pós-moderna*, é a tendência para o contrato temporário em todas as áreas da existência humana. A ocupacional, a emocional, a sexual, a política – laços mais econômicos, flexíveis e criativos que os da modernidade”.

Lyotard (2006) compreende que as transformações societárias, computadas pela revolução tecnológica, pós-industrial trouxeram um novo dinamismo para a sociedade, como aspectos novos para a ciência, o conhecimento e o saber, dando lugar a centralidade da linguagem. O conhecimento passa a ser a força motriz do capitalismo, sendo nessa perspectiva, o necessário e o determinante para o processo de reprodução social.

O pensamento pós-moderno trata de um campo de discussão heterogêneo, repleto de transformações, emergente em um cenário dinamizado, que por si só

carrega novos elementos, subscritos na velha contradição capitalista, mas que no campo da aparência apresentam-se como inéditos.

Em síntese, pode-se afirmar que há dois grupos principais de discussão do pensamento pós-moderno, heteróclitos entre si. Refere-se a aqueles intelectuais, que diante das transformações societárias passaram a afirmar a existência de uma nova fase histórica, de superação do Projeto Moderno, destituindo as categorias de análise da Modernidade, pondo fim as grandes narrativas. Propõem a existência e a construção de uma nova forma de sociedade, a sociedade pós-moderna e; os intelectuais que pertencem a tradição marxista, os quais dialogam no sentido de repudiar a perspectiva da existência da Pós-modernidade e reafirmar a teoria do valor-trabalho em Marx, desmistificando as contradições presentes no Projeto de Modernidade, as quais têm seu fim alicerçado ao fim da sociedade capitalista.

A utilização do termo divide opiniões entre os intelectuais, tanto do campo crítico, quanto do campo de legitimação da ordem pós-moderna. Utiliza-se, termos como: Pós-moderno; Pós-modernismo e Pós-Moderno. Para Cantalice (2013) o termo pós-moderno condiz com o afastamento da Modernidade, mas não propõe seu fim, ao contrário do termo Pós-modernidade, que indica a ruptura com o projeto moderno e a utilização do termo pós-modernismo refere-se a um movimento cultural contemporâneo.

O termo pós-modernismo é o primeiro a ser mencionado, como bem apresentado pela síntese discursiva de Anderson (1999), fazendo referência ao movimento literário, imposto por uma crise no modernismo. O termo Pós-modernidade aparece com Lyotard fazendo menção as transformações societárias, ultrapassando o campo literário e espalhando-se pela superestrutura, estando ancorando na defesa da superação do projeto Moderno.

No entanto, a utilização do termo não é algo padronizado entre os intelectuais, que acabam não distinguindo sua utilização, mas que de uma forma ou de outra acabam por designar os processos conjunturais da sociedade capitalista madura, seja sobre o entendimento real da realidade, seja para camuflar uma realidade feiticizada, alienada, a serviço da reprodução ideológica do capitalismo.

A respeito dos intelectuais que advogam a favor da pós-modernidade, encontram-se aqueles que afirmam a superação do projeto da modernidade seja pelo fracasso dos paradigmas da Modernidade, seja pela impossibilidade de

cumprimento de suas promessas emancipadoras. Trabalham na defesa de que as transformações sociais e políticas ocasionadas nos últimos anos, especialmente a partir de 1970, proporcionaram uma nova realidade social, não mais baseada nos princípios do Projeto da Modernidade, mas sim em uma sociedade onde a tecnologia passa a ser a força motriz, por meio do desenvolvimento da ciência e da linguagem. Segundo a definição de Santos (1999), duas categorias centrais de formuladores e defensores do pensamento pós-moderno: os pós-modernos de celebração, que se conforma com a nova fase e passam a defender os seus elementos; e os de contestação, que afirmam a superação da modernidade e o início de uma nova sociabilidade, mas que fazem a crítica a estes novos elementos.

Lyotard (2006), um grande expoente na defesa pela condição pós-moderna, subscreve sua análise afirmando haver alterações nas ciências, que as colocam em um nível diferenciado ao do Projeto da Modernidade. Em sua análise, a ciência, materializada pelos diversos conhecimentos, ganha centralidade, tornando a sociedade em um todo linguístico. A razão é destituída e dá lugar ao subjetivo, partindo do princípio de que todo conhecimento é válido. Nas palavras de Lyotard (2006, p. 15):

Decidiu-se chama-la de “pós-moderna”. A palavra é usada, no continente americano, por sociólogos e críticos. Designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX.

Outros autores denominaram de “pós-industrial”, que seria a sociedade do diverso, do novo, voltada para o desenvolvimento econômico do mercado capitalista, onde a ciência/conhecimento cumpriria o papel de legitimador. O saber passa a ser a base da construção mercadológica do valor de troca, subsumindo o valor de uso.

Na mesma perspectiva, Boaventura de Sousa Santos contribui com as formulações pós-modernas ao fazer a crítica ao tipo de ciência e conhecimento construído na Modernidade, promulgando uma nova ciência, baseada na superação do Projeto Moderno. Para ele, a Modernidade não conseguiu cumprir as promessas societárias, presentes em seus fundamentos, de modo que sua existência tornou-se insustentável diante das atuais transformações societárias.

Os sinais de futuro estão na crescente convicção de que esse déficit de mundo é irremediável dentro do projeto de modernidade e de que, portanto,

a opção radical e cada vez mais incontornável é entre enfrentar a possibilidade de este projeto estar exausto, incumprível no que dele não foi cumprido até agora, de continuar a confiar na sua capacidade de regeneração e de continuar a esperar pela sua completude [...]. (SANTOS, 1999, p. 92).

Dentre o campo que defende o pensamento pós-moderno e formula concepção de mundo ao seu favor, na defesa de sua existência, há um vasto campo de intelectuais, inclusive muitos deles pertenceram, anteriormente, ao campo marxistas/socialistas. Em especial, cita-se Zygmunt Bauman, que diverge opiniões quanto à vinculação de suas formulações como pós-modernas.

Bauman, falecido em 2017, foi um dos sociólogos mais lidos dos últimos tempos. Suas temáticas retratam a “realidade” dinamizada pelo cenário de crise, na qual a barbarização tem proporcionado uma destituição das relações sociais.

Apesar de não se colocar como um intelectual na defesa do pós-moderno e elaborar críticas ao modelo societal vigente, as quais, a nosso ver são superficiais e não ultrapassam a análise aparente da realidade, Bauman acaba por contribuir com aqueles que defendem a superação da Modernidade, por não explorar em suas sínteses os fundamentos das questões que vêm sendo equacionadas, diante do acirramento das contradições capitalistas. As análises baumanianas firmam-se nos indivíduos, afastando-se das concepções coletivas. Como se pode ver sobre a sua concepção do que é ser pós-moderno:

Ser um pós-modernista significa ter uma ideologia, uma percepção do mundo, uma determinada hierarquia de valores que, entre outras coisas, descarta a idéia de um tipo de regulamentação normativa da comunidade humana, assume que todos os tipos de vida humana se equivalem, que todas as sociedades são igualmente boas ou más; enfim, uma ideologia que se recusa a fazer qualquer julgamento e a debater seriamente questões relativas a modos de vida viciosos e virtuosos, pois, no limite, acredita que não há nada a ser debatido. Isso é pós-modernismo. Mas eu sempre estive interessado na sociologia da pós-modernidade, ou seja, meu tema tem sempre sido compreender esse tipo curioso e em muitos sentidos misterioso de sociedade que vem surgindo ao nosso redor; e a vejo como uma condição que ainda se mantém eminentemente moderna na suas ambições e *modus operandi* (ou seja, no seu esforço de modernização compulsiva, obsessiva), mas que está desprovida das antigas ilusões de que o fim da jornada estava logo adiante. É nesse sentido que pós-modernidade é, para mim, modernidade sem ilusões. (BAUMAN, 2004, p. 32).

Ser ou não um pós-moderno não indica a construção maniqueísta do que é bom e do que é ruim, mas determina a vinculação do que se tratará posteriormente

sobre a quem serve o conhecimento, indica o reconhecimento de pertencimento à classe, tão rechaçado pelos ditos pós-modernos. A condição que se ocupa nesta sociedade, o direcionamento político-operativo, enfim, a práxis, determina o lugar em que se ocupa nesta sociedade e o que se reproduz ideologicamente.

Assim, compreender as características, a relação, os determinantes e a ofensiva, do que vem se chamando de pós-moderno, pós-modernidade e/ou pós-modernismo é uma tarefa indispensável, sobretudo para aqueles que ainda resistem mediante a adoção do pensamento crítico. A tarefa não está em elaborar “caixas” que venham enquadrar intelectuais e “teorias”, a nossa tarefa consiste em desvelar o real na defesa pela essência da realidade, de modo que só assim será possível a construção de uma análise sobre a contemporaneidade da sociedade capitalista e os seus reflexos ofensivos para a construção da luta da classe trabalhadora.

Nesse sentido, o pensamento crítico vem desenvolvendo diversas análises que dão conta de compreender as transformações societárias, esmiuçando sua particularidade, seu caráter político, econômico, social e ideológico. No trato da formação do pensamento pós-moderno, há aqueles que compreendem como um movimento pós-modernista, que se finca na dimensão cultural do mundo das artes, da música, do cinema, do teatro, dentre outras manifestações, como resultado das transformações da crise estrutural do capitalismo, pós-1970, subsidiando a lógica cultural do capitalismo contemporâneo. Há outros que consideram o pensamento pós-moderno como uma vertente neoconservadora, compondo a ideologia dominante da burguesia; e há ainda aqueles que a concebem como um nada, como uma mistificação do complexo ideário burguês.

Evidentemente, entre os intelectuais que rechaçam o pensamento pós-moderno há elementos a serem considerados que se cruzam e alinham-se, constituindo-se na sua centralidade o campo de resistência e afirmação do Projeto da Modernidade em defesa da classe trabalhadora, correspondendo, na verdade, o caminho heterogêneo de discussões que perpassam a complexidade do pensamento pós-moderno.

Há vasta literatura que vem investigando o pensamento pós-moderno, sobretudo a partir dos anos de 1970-1980, quando o pós-moderno passa a se materializar, inicialmente, no campo da cultura. Nesse cenário, o campo crítico centrou, primordialmente, nas análises culturais, expressas pelo movimento do pós-

modernismo, como foi o caso de Jameson (1996), que abalizou sua análise sobre o pós-moderno a partir da cultura, desenvolvendo sucintamente a discussão pelo campo da crítica da Economia Política.

Jameson (1996) em suas elaborações teóricas, que resultaram no celebre livro “Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio”, proporcionou a abertura para a análise do ideário pós-moderno a partir do desenvolvimento do sistema capitalista como um todo, baseando-se nas formulações de Mandel sobre o capitalismo tardio.

Na mesma direção teórica, Eagleton (1996) desenvolve suas análises sobre o ideário pós-moderno, diferenciando pós-modernismo de pós-modernidade, em que o pós-modernismo seria a forma cultural do capitalismo contemporâneo; e pós-modernidade a formulação de pensamentos específicos que objetivam questionar a razão, a ideia de progresso, as grandes narrativas. A discussão desse autor embasa-se no pós-modernismo no intuito de contextualizar o desenvolvimento dessa nova forma cultura. Discutindo, Eagleton (1996, p.03) afirma:

Pós-modernismo é um estilo de cultura que reflete um pouco essa mudança memorável por meio de uma arte superficial, descentrada, infundada, auto-reflexiva, divertida, caudatária, eclética e pluralista, que obscurece as fronteiras entre a cultura "elitista" e a cultura "popular", bem como entre a arte e a experiência cotidiana. O quão dominante ou disseminada se mostra essa cultura — se tem acolhimento geral ou constitui apenas um campo restrito da vida contemporânea — é objeto de controvérsia.

Na literatura contemporânea, as expressões da crise, consumadas pelo processo de reestruturação produtiva, tornam-se ainda mais latentes. As investigações em torno do pensamento pós-moderno²² ganham mais força, tanto no âmbito daqueles que a afirmam e legitimam, como daqueles que a questionam. No Serviço Social, as discussões têm campo fértil diante da direção política crítica da profissão, a qual se reafirma constantemente, uma vez que os estratos conservadores existentes na profissão acabam por se identificar com o ideário pós-moderno, encontrando legitimidade para expandir o projeto de disputa (neo) conservador e reacionário.

²² No entanto, esses estudos voltam-se para a compreensão das suas expressões, que na verdade são expressões da contradição no capitalismo contemporâneo.

As análises de Evangelista (2001) têm contribuído sob medida para o entendimento das formulações pós-modernas, ancoradas em uma análise marxista, baseando-se nas categorias de alienação, fetichismo e reificação. Essas análises avançam no sentido da compreensão das formulações pós-modernas a partir da economia, da política e da ideologia.

Acrescenta-se que as análises formuladas por Jameson e Anderson, acabam por se ater as expressões no campo cultural, como se estas expressões fossem o pressuposto, o determinante da atual fase capitalista, o que na verdade, trata-se do contrário, como bem investiga Rodrigues (2006)²³.

Mavi Rodrigues (2006) integra um grupo de intelectuais que vêm investigando o pensamento pós-moderno no Serviço Social. Soma-se a ela Josiane Soares com o livro “Neocoservadorismo Pós-moderno e Serviço Social brasileiro”, publicado em 2007; Adryanyce Sousa, com a dissertação defendida em 2004 “Pós-modernidade: mistificação e ruptura da dimensão de totalidade da vida social no capitalismo contemporâneo”; e; Luciana Cantalice com a Tese “As inflexões do pós-moderno na produção do conhecimento em Serviço Social”, defendida em 2013, dentre outras publicações importantes.

As elaborações teóricas supracitadas revelam o esforço dos intelectuais do Serviço Social em analisar a temática “pós-moderno”. Sem dúvida são formulações teóricas que avançam e contribuem para a discussão no campo crítico do conhecimento e que permitem construir uma síntese analítica crítica na compreensão de que a realidade é dialética e não está estagnada.

As análises realizadas por essas autoras se inter cruzam e compartilham de discussões que tratam de contextualizar o pensamento pós-moderno. Claramente, são concepções da realidade que expressam em uma síntese explicativa, que nem sempre, partem do mesmo caminho analítico, mas que se soma aos elementos

²³ Rodrigues (2006) elabora uma crítica as análises do Jameson, que mesmo tendo partido de Mandel, a sua teoria do capitalismo tardio desenvolveu a sua compreensão sobre o pós-modernismo, como sendo ele o determinante da atual fase capitalista, chamada erroneamente de sociedade pós-industrial. Como se pode ver: “Ao sustentar que o capitalismo tardio corresponde à generalização e universalização da cultura, que passa a penetrar tudo, desde a produção e circulação de mercadorias até o cotidiano dos indivíduos sociais, Jameson, na verdade, inverteu a tese de Mandel e acabou, inconscientemente, fortalecendo os argumentos pós-modernos que insistem em identificar na expansão do setor de serviços os sinais do nascimento de uma sociedade pós-industrial”. (RODRIGUES, 2006, p. 33).

existentes, sobretudo, no que tange às reflexões da contemporaneidade do capitalismo.

Rodrigues (2006) direciona a sua análise a partir da compreensão de que a pós-modernidade é expressão das alterações processadas da atual fase capitalista. Essas análises fundamentam-se nos estudos realizados por Harvey (1992) e Mandel (1982).

Josiane Soares Santos (2007a) defende a tese de que o pensamento pós-moderno vincula-se ao neoconservadorismo, pois a superficialidade imposta pela pós-modernidade, acaba por ser funcional à produção e reprodução da lógica capitalista.

Cantalice (2013) avança no sentido do pós-moderno enquanto uma ideologia, que passa a subsidiar as relações dominantes no capitalismo contemporâneo, engrossando o caldo cultural do conservadorismo, como uma vertente (neo) conservadora. Além disso, enfatiza a natureza econômica do pós-moderno, como sendo uma resposta às transformações societárias que dinamizaram o mercado econômico, generalizando a sociedade da mercadoria, também presente nas análises de Santos (2007a).

Das análises citadas entende-se que a de Sousa (2004) é a que mais apresenta um quadro novo no entendimento sobre o pensamento pós-moderno que, em certa medida, casa-se com a concepção concebida por Rodrigues (2006). Sousa (2007), assume a postura de que as análises marxistas centram-se muito mais na compreensão do desenvolvimento cultural pós-crise de 1970 do que com as formulações de que o Projeto da Modernidade se exauriu. A concepção dessas autoras indica que as expressões do processo de reestruturação capitalista, forjado pelo desenvolvimento tecnológico, trouxeram novas determinações societárias e que o novo cenário passou a ser compreendido de forma errônea, apenas no campo aparente, formulando as inalações de que se vivencia um outro tipo de sociedade, não mais ancorado na contradição capitalista.

No entendimento dessas autoras, a pós-modernidade no campo da essência constitui-se um nada, que não passa de uma mistificação da realidade, dinamizada pelo cenário de crise, na qual o capitalismo vem reformulando velhas teorias para retornar a sua lucratividade, em um processo ideológico de legitimação e aceitação da ordem estabelecida.

[...] não existe uma sociedade pós-moderna em desenvolvimento, o que existe é uma reestruturação capitalista que aparece, no plano do pensamento, altamente complexificada e mistificada. Em outras palavras, estamos afirmando que o capitalismo contemporâneo atualiza – por meio da ideia da pós-modernidade – o obscurecimento da totalidade histórica, tornando a ambiência social extremamente profícua a positividade de seus fragmentos. (SOUSA, 2004, p. 202)

Enquanto tarefa desta pesquisadora na compreensão das inflexões do pensamento pós-moderno na produção do conhecimento do Serviço Social, tendo como recorte a Categoria Trabalho é de fundamental importância que se apresente uma síntese analítica, diante do enorme esforço percorrido pela ampla literatura existente. Não há dúvidas, de que esta apreciação assemelha-se ao construto teórico pertencente ao campo crítico, no qual a tradição marxista vem repudiando veementemente as aspirações pós-modernas, que existem em destituir o marxismo e consequentemente a Teoria do Valor-Trabalho.

Nesta análise há pontos que se imbricam com as discussões travadas por Jameson (*idem*), Anderson (*idem*), Cantalice (*idem*), Rodrigues (*idem*), Josiane Soares Sousa (*idem*), e outros. A presente análise tem como objetivo a realidade, porque é para o real que se voltam às análises, na certeza de que se aproximam das múltiplas mediações que compõe a totalidade social.

Esta investigação analítica deriva das transformações societárias ocasionadas pela crise estrutural do capitalismo, iniciada na década de 1970, na compreensão de que os extratos pós-modernos são expressão ideológica, diante da reorganização capitalista que impõe modificações profundas em todas dimensões do capitalismo.

A reorganização capitalista²⁴ impõe um novo modelo acumulativo, de cunho flexível, atrelado à desregulamentação no mundo do trabalho, com respaldo da ideologia política neoliberal. A nova lógica acumulativa do capitalismo, quem em nada altera a sua contradição fundante, objetiva a globalização da economia, por meio do capitalismo financeiro, com expansão do setor de serviços.

O retorno à lucratividade é a questão central do processo de reorganização capitalista, ou seja, manter sob condições necessárias para a extração do lucro o

²⁴ Não iremos nos deter sobre o processo que ocasionou a crise estrutural do capitalismo, suas causas e consequências, bem como todo processo de reorganização do capitalismo, por compreendermos que esta é uma temática elucidada pelas mais variadas vertentes teóricas e que perpassa todo nosso estudo, enquanto marco histórico.

ciclo da mercadoria que em períodos de crise tende a ser suprimidos pela sua própria contradição. Diante desse cenário, o desenvolvimento tecnológico passa a subsidiar a produção-circulação e consumo da mercadoria, que se expande de modo imaterial.

O avanço da revolução tecnologia e informacional a serviço do capital subsumiu a compressão espaço-tempo que permite a generalização da sociedade da mercadoria e modifica hábitos, cultura, política e economia, agindo através da captura dos aspectos subjetivos e individuais, intensificando o processo de coisificação do homem e personificação das coisas.

A aceleração do tempo de giro na produção envolve aceleração paralela na troca e no consumo. Sistemas aperfeiçoados de comunicação e de fluxo de informações, associados com a racionalização nas técnicas de distribuição [...] possibilitaram a circulação de mercadorias no mercado a uma velocidade maior. Os bancos eletrônicos e o dinheiro de plástico foram algumas das inovações que aumentaram a rapidez do fluxo de dinheiro inverso. Serviços e mercados financeiros (auxiliados pelo comércio computadorizado) também foram acelerados, de modo a fazer, como diz o ditado, “vinte e quatro horas ser um tempo bem longo” nos mercados globais de ações. (HARVEY, 2009, p. 258).

O chamado pensamento pós-moderno, enquanto um conjunto de ideias, representa a concepção superficial de alguns intelectuais sobre essa dada realidade, enfraquecendo, quando essa análise atinge a essência dos fatos e mostra que na verdade, esse é o movimento eminente da acumulação flexível que se alicerça no intuito de elevar a taxa de lucro por meio da: instituição do trabalho flexível, rotatividade do trabalho e da mercadoria, semiologização e obsolescência programada das mercadorias e do processo de trabalho, aprofundamento da alienação e formulações das ideias de que o trabalhador é uma espécie de colaborador, destituindo o coletivo em prol do indivíduo, em uma lógica de espetacularização da vida social. No campo prático, que se materializa pelo modo cultural e político, apresenta como a atual ideologia da sociedade capitalista, agindo por meio de uma falsa consciência no intuito de legitimar a nova lógica de acumulação capitalista.

Santos (2007a) aponta para a expansão de campos de mercados inexistentes que ganham corpo a partir da acumulação flexível, a qual estimula a indústria de

valores subjetivos, além de criar novas necessidades diante do processo de barbarização, ocasionados pela própria contradição capitalista.

A expansão do trabalho imaterial e, concomitantemente, das mercadorias imateriais só foi/é possível com a instituição de uma lógica subsidiária, garantindo a reprodução do capitalismo financeiro por meio da amplificação do fetiche da mercadoria. O ciclo da mercadoria é hoje volátil e efêmero, subsumido em muitas das ocasiões no seu próprio processo de produção, permitindo maior rotatividade e realização “A primeira consequência importante foi acentuar a volatilidade e efemeridade de modas, técnicas de produção, processo de trabalho, ideias e ideologias, valores e práticas estabelecidas”. (HARVEY, 2009, p. 258).

É perceptível o desenvolvimento do mercado simbólico, repleto de significados, materializados, atualmente, na maioria das mercadorias, que utilizam desses artifícios para enaltecer seus produtos, em um processo de merchandising, trabalhando com a imagem, contextualizando um cenário de espetáculo para o produto.

A redução do trabalho vivo pelo trabalho morto, forjada pelo desenvolvimento tecnológico da atual fase capitalista, cria a concepção de que o sujeito social saiu de cena, criando a ilusão de que a própria máquina é a criadora da mercadoria. O setor de serviços, como o vendedor de mercadorias imateriais é um ótimo exemplo, ao analisar o serviço de telemarketing, veremos que os/as trabalhadores são anulados, em um processo de anonimato, em que camufla o trabalhador/a por trás de um telefone, como se não existissem trabalhadores desempenhando funções responsáveis pela produção da mercadoria, seja ela material ou imaterial.

O pensamento pós-moderno expressa-se como a nova cultura capitalista que não traz nada de novo, reedita as velhas concepções de mundo, apregoados pela ideologia burguesa. Espraia-se do campo econômico e cultural para as dimensões sociais e políticas, com reflexos sobre as produções teóricas.

A necessidade de expandir o caráter mercadológico da sociedade de classes por todo mundo e por todos os povos faz com que determinados grupos – até então “excluídos” do mercado de consumo – sejam incorporados, expandindo a criação de mercadorias subjetivas e culturais. Desse modo, a atual fase capitalista, não pela sua benevolência, mas pela sua necessidade de reprodução, engloba negros, gays,

lésbicas, indígenas, entre outros segmentos, os mais variados povos e grupos sociais e passa a produzir mercadorias específicas, de modo gourmetizado.

O trabalho com grupos específicos reverbera na organização dos movimentos sociais, que passa a ser cada vez mais segmentado e fragmentado, cumprindo o planejamento estratégico do capitalismo que é de destituir a unidade entre a classe trabalhadora. É comum visualizar a organização dos movimentos sociais na defesa pela mulher negra²⁵, na defesa pelos direitos da mulher negra indígena, por exemplo, dentre outras “minorias”.

A fragmentação dos grupos políticos organizativos instituiu a disputa pelo “lugar de fala” e pela “apropriação cultural”, em outras palavras, o primeiro utilizado para repudiar a intervenção de qualquer sujeito que no entendimento do movimento não pertença ao grupo e por isso não tem “vivência” para questionar e analisar a realidade. E o segundo que trata da “apropriação cultural” revela o significado presente nos objetos “pertencentes” a um determinado grupo, que não deve ser utilizado por sujeitos não oriundos aos grupos.

As concepções que chegam aos movimentos sociais partem da defesa, sobretudo de Boaventura de Sousa Santos (1996) das minorialidades através das “redes de sujeitos”, do “coletivismo da subjetividade” e pelo “multiculturalismos”. Castelss (1996) segue também essa lógica interpretativa ao conclamar a “sociedade das redes”.

Além de subsidiar a formação dos movimentos sociais, o pensamento pós-moderno tem influenciado a formação ideológica de projetos políticos e movimentos que não se colocam na práxis, mas que têm poder de influência. A exemplo, cita-se o movimento “Escola Sem Partido”²⁶, o qual preza pela destituição do pensamento crítico em nome da neutralidade política.

O movimento “Escola Sem Partido” condensa algumas das características da expressividade do pensamento pós-moderno, que se expressa na atual formação societária, advinda com a fase madura do capitalismo. Como afirma Netto (2010b, p. 266):

²⁵ Quer-se registrar que a crítica desta pesquisadora não desconsidera a necessidade de organização política do movimento negro, nem tão pouco do movimento das mulheres, materializado através do feminismo. O presente objetivo é chamar atenção para a destituição do conceito de **Classe**, pelo de grupos específicos, distanciando a apreensão dos movimentos sociais via o reconhecimento enquanto classe trabalhadora.

²⁶ Não foi aprovado.

Ele é como que um espelho em que refletem os dados mais imediatos da sociabilidade própria ao tardo-capitalismo e à sociedade tardo-burguesa: a atomização da vida social, o fragmentário e o efêmero das relações humanas nas metrópoles, o intimismo e o particularismo a que são compelidos os indivíduos na sua vida cotidiana manipulada, a inépcia das instituições sociopolíticas universalizadoras que acaba por compelir a ação política a intervenções moleculares, a descontextualização das experiências pessoais no marco das infovias, a espetacularização dos acontecimentos, a avalanche simbólica que satura os espaços sociais, a obsolescência programada do mundo das mercadorias e a compreensão espaço-temporal experimentada por centenas de milhões de homens e mulheres.

Ao passo que a sociedade capitalista desenvolve a sua forma acumulativa, cria-se a necessidade cultural, política e ideológica de renovar seu arsenal, substanciado pelo aparato científico. O pensamento pós-moderno tem contribuído para as correntes filosóficas e políticas que legitimam o capitalismo, por isso é compreendido como uma vertente (neo) conservadora.

O conservadorismo é compreendido como uma ideologia maior, não igualado ao liberalismo, mas que caminha ao seu lado, dando sustentabilidade à sociedade burguesa. A ordem em que se coloca o pensamento pós-moderno, assemelha-se à fase em que Escorsim Netto (2011) trata do conservadorismo contemporâneo, no qual o pensamento conservador camufla suas reais intenções, sendo assim com os intelectuais que advogam pela pós-modernidade, questionando o modelo vigente, sem propor a transformação social.

Ademais, compreendem-se as expressões do pós-moderno como (neo) conservadoras, por guardar traços, mesmo que não se assemelhe de modo direto aos seus autores clássicos, mas se vinculam ao individualismo liberal e à naturalização das relações sociais, típicas do pensamento conservador.

O pensamento pós-moderno não se vincula a uma teoria, especificamente, mas a um emaranhado de teorias e correntes filosóficas, uma vez que preza pelo ecletismo teórico, no qual apenas o marxismo não é aceito.

Decerto, grandes são os traços das correntes pós-estruturalistas e do neoirracionalismo, principalmente pela destituição da razão capitaneada por aqueles que defendem a pós-modernidade, todavia, não se pode desconhecer que daí emerge o pensamento pós-moderno, sendo este fruto da contradição que a ora se expressa no desenvolvimento da sociedade madura.

O pós-moderno, como expressão cultural, guarda algumas características, as quais já foram amplamente estudadas por Cantalice (2013). O seu caráter ante-método e ante-totalidade, chamam atenção, especialmente, porque têm implicações diretas para o Serviço Social, repudiando as categorias antológicas de análise compreendidas pela tradição marxista, da qual o Serviço Social se apropriou para a construção do seu Projeto Ético Político.

2.1.1 Os influxos do pensamento pós-moderno no Serviço Social: ameaças à dimensão teórico-metodológico

A capilarização dessas inflexões se massificada pode expor e vulnerabilizar a hegemonia do atual projeto profissional e a direção social imediatamente ligada a ele [...] (CANTALICE, 2013)

A posição social e política que o Serviço Social se propõe e vem, a duras penas, assumindo, desde o processo de Renovação, implica em grandes desafios. Ora, a tarefa dada à categoria, de intervir criticamente junto às refrações da “questão social”, intervindo nas problemáticas, que resultam da sociedade capitalista, de modo que ultrapassem o ordenamento moral e individualizante, colocam essa categoria profissional em um campo de oposição ao aparelho ideológico que a lhe legitima dentro da divisão sócio técnica do trabalho. Além do processo de recusa ao projeto exógeno, o Serviço Social se colocado contrário as suas próprias raízes, as quais revelam seus fundamentos conservadores, baseados na Doutrina Social da Igreja Católica, as quais são reanimados nesses momentos de crise.

As determinações exógenas e endógenas justificam as interferências do que vem sendo chamado de pensamento pós-moderno na profissão do Serviço Social, colocando à prova o projeto construído coletivamente pela profissão.

O cenário que apresenta a consolidação jurídica, política e social de legitimidade do Serviço Social, é o mesmo que emerge o projeto econômico de ordem neoliberal, que representa a ofensiva de reorganização do capitalismo em nível mundial.

A reorganização do capitalismo proporcionou uma desregulamentação no mundo do trabalho com os processos de terceirização e flexibilização do campo

jurídico proporcionando uma guinada cultural populacional, que informatizou ainda mais as relações sociais, acabou por aprofundar as contradições existentes. (NETTO, 2012).

Para o Serviço Social restou problematizar um cenário dinamizado pela crise, que lhe impõe novas demandas profissionais – advindas de um mercado de trabalho cada vez mais polivalente e ressignificado – aliado à fragilização das políticas sociais, trazendo ônus não apenas para o exercício prático-operativo, como também para o processo de formação. Enquanto categoria que atua, diretamente, nas expressões da “questão social” coube-lhe a tarefa de enfrentar a desregulamentação da sua prática-operativa e as inflexões no seu arcabouço teórico-metodológico, diante das exigências por um profissional que atenda de modo imediato às demandas institucionais, diminuindo as competências críticas da profissão em favor das competências burocráticas, bem como não realizando a análise crítica da totalidade o que acarreta na chamada redução do projeto profissional à sua dimensão prático-operativa. (MOTA, 2012; IAMAMOTO, 2009).

O contexto de crise fez com que fossem questionadas as condições para a materialização do arcabouço crítico construído pelo Serviço Social, uma vez que a legitimidade social da profissão já nasce ameaçada diante das transformações societárias. Passa-se a questionar a materialidade do Projeto Ético Político, em face da sua inviabilidade histórica.

Os influxos da crise inflexionam o Serviço Social, mesmo tendo este uma direção política representativa organizada que continua a ditar o caminho, pela via do seu Projeto Ético Político. No entanto, são inegáveis os rescaldos das transformações que dinamizaram todas as dimensões da sociedade brasileira, mesmo depois do advento da política neodesenvolvimentista, comandada pelo Partido dos Trabalhadores no período de 2003 a 2016.

Em 1996, a realidade possibilita a Netto a elaboração de tendências para o Serviço Social. Essas tendências apresentam a dificuldade da profissão em materializar o direcionamento dado pelas entidades organizativas já nos anos de 1990. Apontam-se: a nitidez nas linhas de clivagem no interior da profissão, a necessidade de elaborar respostas mais qualificadas para responder as demandas da realidade de modo mais qualificado, a atenção sobre o tensionamento entre o

Serviço Social e as demais profissões e o processo de fragmentação entre os profissionais.

A presente conjuntura possibilita afirmar o desenvolvimento dessas tendências de forma ainda mais árdua. O Brasil vivencia, junto com a América Latina, um contexto que se assemelha ao período ditatorial, transvestido sobre uma falsa democracia, com o avanço significativo dos partidos de direita, de cunho fascista. Inacreditavelmente, a direita brasileira conseguiu aprovar em menos de dois anos, a Reforma Trabalhista, a Reforma na Educação, a destituição da Saúde e da Assistência Social, além do arrocho salarial e fiscal, governando sobre uma das maiores taxas de desemprego dos últimos tempos e sobre a pauta da votação da Reforma Trabalhista.

O golpe institucional vivenciado no Brasil agravou a situação da classe trabalhadora em uma vitória nítida da classe burguesa. O Serviço Social pertencente a classe explorada, tem seu significado histórico posto à prova, evidenciando todas as problemáticas presentes na sua legitimidade diante do método crítico marxista. O método propicia ao Serviço Social as condições para compreender a realidade a partir da perspectiva da totalidade social, da história e do Trabalho, o seu caráter interventivo, a práxis é o único caminho capaz de transformar a coisa em si, diante das dadas condições históricas, mediante a luta organizada.

A crise econômica e política que vive o mundo capitalista revela o Projeto Ético Político do Serviço como um complexo menor, necessário, mas inválido sem o projeto societário. Revela o hiato entre a dimensão teórica e a prática operativa, que diante da resignificação econômica, política, cultural e social exógena à profissão realimentou as questões endógenas, evidenciando a natureza sincrética do Serviço Social, enquanto porta de entrada para os substratos do conservadorismo de ordem pós-moderna.

Os reflexos da crise demonstram a fragilidade da profissão, dada pela sua natureza organizativa e de atuação, que se apresenta imbricada em um emaranhado teórico, que constitui em estrutura científica sincrética, o qual se mostra na prática por meio do ecletismo. As recentes formas de aproximação com o marxismo, também revelam as inclinações do Serviço Social, especialmente na presente conjuntura com a crise na educação e os respaldos neoconservadores para a

formação, sobretudo conformada pelo Ensino a Distância²⁷, tendência aprontada por Netto e desenvolvida na contemporaneidade trazendo rescaldos negativos para a profissão, especialmente, com a mais recente modalidade, inferida pelos cursos de extensão.

Como assevera Santos (2007a, p. 86):

[...] o que particulariza o recurso à simplificação do marxismo submetido à crítica pós-moderna no Serviço Social são os caracteres próprios da nossa apropriação de ambos os referenciais no interior dos históricos conservadorismo e sincretismo profissionais. Os desdobramentos disso são as críticas à totalidade como totalitarismo, à ortodoxia como dogmatismo, à universalidade como estruturalismo (e consequente negação do sujeito).

Mediante a atual conjuntura, que passa a reanimar os substratos conservadores e sincréticos do Serviço Social e diante da fragilidade, ainda existente, na apropriação do método crítico, reverberado na falta de compreensão do Projeto Ético Político, pode-se afirmar que as inflexões pós-modernas no Serviço Social ocorrem por dois segmentos: aqueles que rejeitam o marxismo e reiteram a postura conservadora, presente nos fundamentos da profissão, firmando-se no campo de oposição ao construto profissional crítico; e o grupo que compartilha de preceitos marxistas, mas que por desconhecimento do método, advoga em favor da existência e superação das lacunas do método, encontrando no campo da pós-modernidade essa possibilidade. (SANTOS, 2007a).

As pesquisas recentes em torno da produção do conhecimento do Serviço Social buscam analisar essas inflexões. Nesse campo, citam-se as pesquisas realizadas por Cantalice (2013), Santos (2007a) e Almeida (2011)²⁸, que

²⁷ Como apresentado na Dissertação de Cunha (2018) intitulada: **Tendências Teórico-Metodológicas da Formação Profissional em Serviço Social no Ensino à Distância na Paraíba**.

²⁸ A Pesquisa desenvolvida por Cantalice (2013) refere-se a sua Tese defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, intitulada “**As inflexões do Pós-Moderno na Produção do Conhecimento em Serviço Social**”; Santos (2007a) na publicação de sua Dissertação, defendida em 2000 pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulada “**Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**”. As pesquisas desenvolvidas por Almeida (2011) podem ser acompanhadas pelos seus últimos artigos, com destaque para o último publicado no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), intitulado “**As transformações em curso e as inflexões para produção do conhecimento no Serviço Social: uma análise a partir do legado da modernidade às inflexões da pós-modernidade**”.

demonstram em seus estudos a abertura da pós-modernidade no campo da produção do conhecimento da categoria profissional.

A pesquisa realizada por Cantalice (2013), revela um modesto, mas preocupante, abandono da utilização do método materialista histórico dialético, seja pela sua recusa, seja pelo desconhecimento de sua utilização. Além disso, há uma incorporação do Serviço Social por intelectuais que vêm dialogando e reforçando o pós-moderno em detrimento das linhas teóricas que contribuem com o campo crítico, resultando em análises que não conseguem desmitificar a realidade.

Segundo Santos (2007a) essa é a primeira vez, após o processo de Renovação da profissão, que os extratos do conservadorismo passam a disputar no terreno teórico o direcionamento político da profissão.

A análise de Almeida (2011) não difere do pressuposto histórico conjuntural da crise de 1970, como apontado por Cantalice e Santos. Na visão da autora os reflexos da crise podem ocasionar o exaurimento do Projeto Ético Político da profissão, possibilitando a abertura ao pensamento pós-moderno.

A totalidade proposta pelo Serviço Social, tanto na sua compreensão teórica, quanto no seu exercício profissional, compreendendo-a como unidades que a fundamenta é reificada pelo projeto pós-moderno, que trata de instituir a análise do “aqui e do agora”, destituindo o fazer profissional do Serviço Social com as mediações que compõem a totalidade, reforçando o discurso existente na profissão de que na teoria à prática é outra.

O pensamento pós-moderno recusa o método assumido coletivamente pelo Serviço Social: o materialismo histórico dialético, fazendo com que os substratos conservadores da profissão reanimem e passe a disputar de modo mais ostensivo o campo ideo-político da categoria. Além do que reforça o ecletismo já existente na profissão, sobre a discussão do “pluralismo”, direcionando a utilização de qualquer método, sem qualquer compromisso com o real, sobre o discurso de que o marxismo está ultrapassado e não dá conta das transformações alcançadas pelo atual desenvolvimento do capitalismo.

Decerto, o ideário pós-moderno subsidia uma atuação profissional desconectada da realidade e frágil na prospecção de disputa de espaços e na viabilização de direitos. Além de fragilizar, a participação do Serviço Social junto aos

movimentos sociais, no direcionamento que permitirá as formulações em direção a transformação social.

Com o avanço mais explícito do conservadorismo, incorporado por novos elementos, que o fazem neoconservador, na conjuntura brasileira, em que se vivencia um golpe constitucional, processa-se a radicalização da barbárie social, com a institucionalização do Estado Penal através da destituição dos Direitos Sociais, por meio da amplificação do projeto neoliberal. O presente contexto agrava ainda mais as estratégias e mecanismos do Serviço Social brasileiro frente a organização política e social, exigindo ainda mais a afirmação do Projeto Ético Político.

Diante das transformações do mundo do trabalho que, cada vez mais intensifica as relações de exploração, o que não é diferente com o trabalho dos assistentes sociais, traçar estratégias não é tarefa fácil, pesquisar, compreender e contrapor-se – reafirmando o direcionamento crítico da profissão – aliado à luta da classe trabalhadora pela desmitificação da realidade, enaltecendo a centralidade do Trabalho, elevando a consciência de classe. Decerto, constitui-se uma necessidade que se coloca na contemporaneidade do Serviço Social.

2.2 Os Programas de Pós-Graduação do Serviço Social brasileiro e a lógica mecanicista da Produção do Conhecimento

Obedecendo a uma lógica mercantilista, pragmática e instrumental, a pós-graduação é instrumentalizada para responder diretamente às necessidades do capital e dos serviços oferecidos no mercado. (GUERRA, 2011)

Os Programas de Pós-Graduação brasileiros formam, atualmente, um dos maiores campos de sistematização da Produção do Conhecimento. Concentram-se pesquisas, programas e projetos nas mais diversas áreas que contribuem para o desenvolvimento social, político e econômico do país.

É parte constitutiva do Ensino Superior brasileiro, como campo de formação continuada, qualificando pesquisadores em diversas áreas do saber, aptos a produzir conhecimento. Atualmente, o país tem 4.177 Programas de Pós-Graduação, distribuídos nas modalidades de Mestrado (profissional e acadêmico) e Doutorado.

A atual conjuntura histórica em que se firma a Pós-Graduação brasileira traduz o resultado de uma ofensiva maior que permeia a sociedade, a qual adentra ao sistema educacional, atingindo, sobretudo, a educação não mecanicista, voltada para a formação de sujeitos sociais críticos, alinhados com a perspectiva do conhecimento como caminho para a emancipação política e humana. A ofensiva a que se refere é urdida, pelo “novo” modelo de gestão do capitalismo, estruturado pela lógica neoliberal, travestida pelo discurso de evolução tecnológica, subsidiária do pensamento pós-moderno.

As discussões formuladas no final do século XX e início do século XXI de transformação da ciência, cria a necessidade de uma ciência pós-moderna, como se aludiu anteriormente. Adentra à educação a lógica financeira do capital, na tentativa de deslegitimar o caráter dual presente na educação, formado pelo campo crítico, o qual se coloca como resistência ao modelo de educação pragmático e mecanicista, voltado, exclusivamente, para o atendimento das demandas do mercado.

A Pós-Graduação, entendida como campo de disputa, por ser representante da lógica da ciência e, assim, do conhecimento, sentiu os reflexos mais tardiamente, no sentido das perdas política e orçamentária. Todavia, não se pode esquecer que o caráter industrial mecanicista da Pós-Graduação brasileira já estava dado em seu nascimento, em meio ao período autocrático burguês²⁹, impulsionado pelo direcionamento mundial, que exigia a qualificação técnica dos profissionais para contribuir no desenvolvimento econômico do país.

Contemporaneamente, a lógica de uma nova ciência tem traçado discussões dentro do pensamento social e encontrado subsídios nas ciências sociais e humanas, proporcionando inflexões diretas aos Programas de Pós-Graduação. Não há dúvida de que na educação – e não seria diferente na Pós-Graduação – há a existência de uma dualidade que permeia a produção do conhecimento por meio dos interesses das duas classes antagônicas, formativas da sociedade capitalista: trabalhadores e burguesia.

No entanto, os discursos na atual conjuntura, compartilham de um caráter particular, ao versar sobre o aprofundamento da mistificação da realidade, exibindo-

²⁹ A Pós-Graduação é institucionalizada durante o Regime Ditatorial (1964-1985). O parecer dado pela Câmara de Ensino Superior, conhecido como Parecer Sucupira de nº 977/1965 tinha como objetivo a formação para além do nível profissional, dedicado ao desenvolvimento tecnológico, baseado nos parâmetros norte americano.

se como prospectivas, socialmente humanizados e necessariamente novo, indicados como a única saída para os problemas contemporâneos.

Decerto, o atual Plano Nacional de Pós-Graduação, formulado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), publicado em 2010, materializa os efeitos da ofensiva capitalista à Educação brasileira, apresentando o direcionamento dado pelo Estado ao conhecimento, subscritos por ora, nos Programa de Pós-graduação em todo país.

Em sua essência, o referido plano traça um perfil para a Pós-Graduação, ainda mais flexível para o atendimento das demandas do mercado, passando este a ser, um financiador direto, em uma perspectiva triangular entre Universidade – setor empresarial (mercado) – sociedade civil.

A perspectiva da Pós-Graduação como um sistema público é apontada pelo V Plano como sendo insustentável diante da nova lógica de desenvolvimento econômico do país, na qual se situa a Pós-Graduação, por isso a necessidade de instituir cobrança pela oferta dos cursos. Com efeito, o modelo apontado pelo Plano, inclusive como direcionamento a ser cumprido até 2020, trata de aprofundar a lógica na qual a Pós-Graduação emerge, por meio de uma mercadologização – que se dá em nível nacional em todo complexo educacional³⁰ –, correspondendo a uma tendência global, dos organismos multilaterais, concretizado pelo projeto neoliberal de sucateamento do setor público, preconizando a privatização do conhecimento.

O Plano propõe uma verdadeira destituição do processo formativo público, crítico e de qualidade. Institui a necessidade da expansão dos mestrados profissional, em um projeto aberto que direciona a formação para, unicamente, atuar junto ao mercado de trabalho, reduzindo o conhecimento à prática tecnicizada.

É surpreendente a presença do projeto neoliberal, com ordenamento ideológico pós-moderno, direcionando os rumos da Pós-graduação. O Plano preza por uma formação pragmática, instrumental, baseada na livre escolha, “plural”, sem

³⁰ O Estado vem investindo fortemente nas Instituições de Ensino Superior Privado, como exemplo podemos citar o Prouni (Programa Universidade para Todos) e o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), ambos são programas federais, que injetam dinheiro público no sistema de ensino superior privado. Para mais informações ver: CHAVES, V. L. J. Expansão da Privatização/Mercantilização do Ensino Superior brasileiro: a formação dos oligopólios, 2010. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/6188/1/Artigo_ExpansaoPrivatizacaoMercantilizacao.pdf

história, sem criticidade, apta para executar o que for e estiver como demanda do mercado. Afirma Amaral (2012, p. 233):

Há que se pensar que, a despeito das possibilidades de importantes articulações, o caldo cultural que envolve tal estratégia inscreve-se no ideário de fragmentar a realidade social, de estudar aquilo que é pontual, factual, temático, sem direcionalidade, perdendo de vista as determinações teórico-metodológicas e históricas dos processos sociais.

Em meio a essa conjuntura, com o recrudescimento do conservadorismo, que o Serviço Social tem seu Projeto Ético Político ameaçado. Atualmente, a área do Serviço Social conta com 34 Programas³¹, segundo dados disponibilizados pela Capes (2017), dos quais 23 são em Serviço Social, o que corresponde a 67, 6%; 06 em Política Social, equivalendo a 17,6%; 03 em Políticas Públicas, relativos a 8,8%; e 02 em Economia Doméstica, referentes a 5,9%. (CAPES, 2017).

Os Programas de Pós-graduação têm gerado os principais debates nos eventos e nos meios de circulação. Além dos trabalhos produzidos na Pós-Graduação, os Periódicos e os artigos publicados em anais de eventos, configuram-se como componentes de grande importância para a produção do conhecimento do Serviço Social, como indicam Prates (2013), Almeida e Mendes (2014).

A emergência da Pós-Graduação em Serviço Social no período militar, correspondeu a necessidade do governo ditatorial em alinhar o desenvolvimento econômico do país ao desenvolvimento internacional, que estava em voga. Contraditoriamente esse direcionamento ocorreu durante o período de Renovação, no quadro em que a profissão se aproxima da Teoria Social Crítica marxista que mais tarde substanciaria o arcabouço jurídico, político e social da profissão.

Com base nessa direção o conhecimento para o Serviço Social ocupa uma função social, que é a de contribuir com a desmitificação da realidade social por meio de aproximações sucessivas com a totalidade. Formar sujeitos pensantes, capazes de refletir criticamente e dar respostas às expressões da “questão social” tornou-se tarefa da profissão.

³¹ O último documento elaborado pela CAPES rebaixou um dos programas vinculados ao Serviço Social, devido a recorrente nota de avaliação. No entanto, devido o desenvolvimento das atividades, esse programa ainda se encontra em funcionamento.

O projeto defendido pelo Serviço Social insere-se em um projeto societal e é completamente oposto ao projeto instituído pela sociedade capitalista, caminha na contra-mão da corrente, ao lado da classe trabalhadora. Contudo, esse projeto vem sofrendo inflexões próprias da atual fase capitalista, à medida que aprofunda seus mecanismos de legitimação, em uma reedição da decadência ideológica, por meio da destituição da razão e do conhecimento em seu sentido ontológico.

O questionamento que resta fazer é: como garantir e assegurar uma produção do conhecimento crítica, propositiva e real nas atuais condições em que se encontra a Pós-Graduação brasileira, determinada por um aligeiramento, incentivo ao âmbito privado e à formação de mestrados profissionais, formativos para a lógica do mercado?

A Pós-Graduação brasileira vem pautando-se, atualmente, como bem afirmam Silva e Sacardo (2017, p. 01-02):

Na base do produtivismo, repercute na formação acadêmica e na produção do conhecimento, referenciais pragmáticos, funcionalistas e pós-modernos que privilegiam a eficiência e o consenso político liberalizante que embasado pela experiência imediata, celebram o “fim da teoria”. Esta proliferação na produção do conhecimento, assenta-se no fim da história, na negação das classes sociais e do trabalho, na prática como critério de verdade, na impossibilidade da ciência. A verdade nesse contexto é reduzida à eficiência e ao desempenho no interesse dos negócios e da acumulação do lucro.

A expansão da Pós-Graduação em Serviço Social, tendo como base os últimos vinte anos, no crescimento quantitativo de 12 programas para 34, sendo predominantemente, cursos ofertados pelo sistema público de educação superior, seguido por instituições comunitárias e privadas. Todos os Programas de Pós vinculados ao Serviço Social são acadêmicos, sendo que dos 34 Programas, 18 desenvolve a modalidade do Doutorado.

O Serviço Social vincula-se à grande área das Ciências Sociais que compõe os cursos de “humanas” que não produzem diretamente para a materialização e funcionalidade da ordem capitalista. De modo mais claro: o Serviço Social enquadra-se entre os cursos que não contribuem de modo direto para o desenvolvimento tecnológico a serviço do capitalismo, no máximo produz subsídios para implementação de Políticas Públicas Sociais, mediante o levantamento de dados da

realidade, realizadas por pesquisas, geralmente, ligadas às Políticas formativas da Seguridade Social, em um processo demarcado por contradições e limites instituídos pelo poder do Estado.

Destarte, isso não indica que o conhecimento produzido pelas Ciências Sociais, nem tampouco pelo Serviço Social é de menor importância. Ao contrário, historicamente, a profissão tem contribuído para a formulação de Políticas, Programas e Projetos Sociais, junto as instâncias Federais, Estaduais e Municipais. Além disso, destaca-se o caráter político da produção do Serviço Social que tem construído conhecimento a partir das relações sociais, reconhecendo a contradição em que se funda a sociedade capitalista, propondo resposta e formulando estratégias para o enfrentamento dos problemas sociais.

O caráter político e social da direção política do Serviço Social tem sido divergente das atuais exigências institucionais da lógica da Pós-Graduação no Brasil, o que é reverberado sobretudo pela lógica de avaliação da Capes, que exige uma produção desenfreada e incompatível com os princípios defendidos pela categoria, expressos pelas suas instituições representativas: CRESS, CFESS, ABEPSS e ENESSO.

No entanto, mesmo sendo a direção institucional da profissão contrária aos preceitos preconizados pela CAPES, aos Programas resta a difícil tarefa de se manter na disputa pela Produção do Conhecimento de modo não mecanicista, prezando pelo desvelamento do real, pela compreensão do objeto em sua essencial, superando a visão formativa com vista à inserção, puramente, no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a ABEPSS vem demonstrando preocupação diante de algumas tendências que chegam aos Programas de Pós-Graduação e impactam o Serviço Social. A proposta da ABEPSS é que as inflexões de um modelo econômico e político capitaneado pelo neoliberalismo e pelo avanço (neo) conservador, seja enfrentado de modo coletivo, a fim de evitar ainda mais a fragmentação dentro da profissão, reascendendo os substratos conservadores existentes, podendo ocasionar perda na edificação histórica, firmada pelo Projeto Ético Político da categoria.

Dentre as tendências que se colocam na atual conjuntura, destaca-se a perda da centralidade da área básica em matéria do Serviço Social, ou seja, das

discussões relacionadas aos fundamentos da profissão que envolvem o percurso histórico, teórico e metodológico a partir da compreensão das relações sociais. Há claramente, uma tendência em torno da predominância pelo estudo das Políticas Sociais/Públicas que tomam corpo na formação de Programas, ocupando áreas, linhas e eixos temáticos.

A crescente ligação do Serviço Social com as Políticas Sociais/Públicas justifica-se, pelas possibilidades que esse campo do conhecimento traz, especialmente, quando se trata de financiamento por parte do governo, afora, que as Políticas Sociais/Públicas constituem como maior campo de atuação para a profissão, estando o Serviço Social, constantemente, em contato com esse objeto.

A interdisciplinaridade e multidisciplinariedade colocam-se como fundamentais à lógica da Capes e é também em certa medida para o Serviço Social. Segundo Documento da Área da Capes (2017), 49,4% do quando docente é formado por professores do Serviço Social, sendo o restante formando em áreas afins.

A abertura para outras áreas do conhecimento contribui para o fortalecimento da profissão na defesa pelas relações teóricas e práticas plurais. No entanto, é preciso estar atento para as células vivas dentro da categoria que persistem em confundir pluralismo com ecletismo, utilizando da liberdade teórica e metodológica prevista no Código de Ética, para revitalizar o conservadorismo intrínseco na profissão.

Além do que, é necessário observar as tendências na fragmentação dos objetos de pesquisa do Serviço Social. Há novas temáticas na contemporaneidade, as quais correspondem ao dinamismo da história, todavia, não se pode esquecer que são temáticas desenvolvidas na sociedade capitalista, e que por isso, possui seus fundamentos na contradição.

A nova conformação da sociedade burguesa, o estágio contemporâneo do capitalismo, apresenta um aprofundamento dilacerador do movimento exploratório do capital. As formas de exploração são ainda mais tonificadas, através da forma financeira, flexível e mistificadora, colocando os/as trabalhadores/as em situações cada vez mais degradantes, o que na realidade brasileira não tem sido diferente.

Vivencia-se hoje, no Brasil, um verdadeiro sucateamento dos Direitos Sociais. A Educação, particularmente, a Educação Superior que perpassa este objeto de

estudo, tem sofrido fortes rebatimentos. Várias Universidades estão decretando falência, paralisando suas atividades por falta de verbas. As condições presentes são mínimas para garantir uma formação pública e de qualidade, havendo uma nítida desreponsabilização do Estado em detrimento do setor privado.

Mais uma vez o capitalismo utiliza do seu poder, através do Estado, para legitimar a sua ordem e destituir os mecanismos de organização e resistência da classe trabalhadora. O conhecimento se coloca nesse campo de disputa e os Programas de Pós-Graduação, sem dúvida, são campos férteis para o desenvolvimento de um conhecimento crítico, prospectivo e capaz de construir leituras da realidade com poder de transformação social.

Desse modo, fica evidente a necessidade em compreender os Programas de Pós-Graduação em Serviço Social como resistência histórica, como espaços de disputadas, sobretudo, dentro de uma perspectiva Moderna de direcionamento crítico, firmado na tradição marxista, na qual o Trabalho continua ocupando a centralidade ontológica dos sujeitos sociais e da vida em sociedade.

Nessa direção, apresenta-se o atual perfil dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, traçando as áreas de concentração e linhas de pesquisa, esmiuçando o arcabouço desta pesquisa, que tem como recorte os Programas que têm por linha de pesquisa a Categoria Trabalho.

QUADRO 1: *Programas de Pós-Graduação em Serviço Social segundo áreas e linhas de pesquisa. Brasil, 2010-2015.*

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL			
Programa	Área base	Área de concentração	Linha de pesquisa
PUC-SP	SERVIÇO SOCIAL	Serviço social, Fundamentos e práticas profissionais	Serviço Social: identidade, formação e prática
		Políticas Sociais e Movimento sociais	Política Social: movimentos sociais e associativismo civil; assistência social e Seguridade Social
UECE	SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL	Serviço Social	Estado, Questão Social e Serviço Social Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais
UFRN	SERVIÇO SOCIAL	Sociabilidade, Serviço Social e Política Social	Estado, Sociedade, Política Social e Direitos
			Ética, Gênero, Cultura e Diversidade Serviço Social, Trabalho e Questão Social
UFRJ	SERVIÇO SOCIAL	Questão Social, Políticas	Políticas Sociais

		Sociais e Serviço Social	Processo de Trabalho e Classes Sociais
		Cultura, Cidadania e Serviço social	História e Concepções Contemporâneas do Serviço Social
			Teoria Social e Serviço Social
			Temas Urbanos
			Cultura e Movimentos sociais
			Estado, Sociedade e Direitos humanos
			Democracia e Globalização
UFPA	SERVIÇO SOCIAL	Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais	Serviço Social e Políticas Sociais na Amazônia
			Serviço Social, Trabalho na Amazônia
UFSC	SERVIÇO SOCIAL	Serviço Social, Direitos Sociais e Questão Social	Direitos Sociais, Sociedade Civil e Política Social na América Latina
			Questão Social, Trabalho e emancipação humana
UFPE	SERVIÇO SOCIAL	Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais	Estado, Políticas Sociais e Ação do Serviço Social
			Serviço Social, Trabalho e Questão Social
			Serviço Social, Ação Política e Sujeitos Coletivos
			Relações Sociais de gênero, Geração, Raça, Etnia e a Família
			Serviço Social, Ética e Direitos humanos
			Capitalismo contemporâneo, Questão Ambiental e Serviço Social
UFJF	SERVIÇO SOCIAL	Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social	Política Social e Gestão Pública
			Serviço Social e Sujeitos Sociais
UFAL	SERVIÇO SOCIAL	Serviço Social, Trabalho e Direitos Sociais	Questão Social, Direitos Sociais e Serviço Social
			Trabalho, Política e Sociedade
UFPB	SERVIÇO SOCIAL	Serviço Social e Política Social	Serviço Social, Trabalho e Política Social
			Estado, Direitos Sociais e proteção Social
UNESP	SERVIÇO SOCIAL	Serviço Social: trabalho e sociedade	Mundo do Trabalho e Serviço Social
			Serviço Social, formação e prática profissional
			Estado, Política Social e Serviço Social
UNIOESTE	SERVIÇO SOCIAL	Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos	Fundamento do Serviço Social e Trabalho do Assistente social
			Políticas Sociais, Desenvolvimento e Direitos Sociais
UEPB	SERVIÇO SOCIAL	Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais	Serviço Social, Estado, Trabalho e Políticas Sociais
			Gênero, Diversidade e Relações de Poder
UERJ	SERVIÇO SOCIAL	Trabalho e Política social	Trabalho, Relações Sociais e Serviço Social
			Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social
			Identidades, Cultura, Políticas Públicas e Serviço

			Social
PUC-RS	SERVIÇO SOCIAL	Serviço Social, Política Social e Processos Sociais	Serviço Social, Direitos Humanos e Sujeitos de Direito
			Serviço Social, ensino e formação
			Serviço Social, Seguridade Social e Políticas Sociais
			Serviço Social, Trabalho e Processos Sociais
PUC-RIO	SERVIÇO SOCIAL	Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais	Trabalho, Políticas Sociais e Sujeitos Coletivos
			Violência, Direitos Sociais e Políticas Intersetoriais
			Questão Sócio ambientais, urbanas e formas de resistência social
PUC-GOÍAS	SERVIÇO SOCIAL	Serviço Social, Política Social e Movimentos Sociais	Teoria Social, Serviço Social e Política Social
			Movimento sociais e Cidadania
FUFSE	SERVIÇO SOCIAL	Serviço Social e Política Social	Trabalho, formação profissional e Serviço Social
			Política Social, Movimentos Sociais e Serviço Social
UCPEL	POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL	Questão Social, Direitos Humanos e Políticas Sociais	Estado, Direitos Sociais e Política Social
			Cidadania, Proteção Social e acesso à Justiça
UFRGS	POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL	Política Social e Serviço Social	Estado, Sociedade e Política Social
			Formação, Trabalho e Direitos de Cidadania
UFF	SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	Serviço Social, Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas	Desenvolvimento capitalista e formação social brasileira
			Serviço Social, Políticas Públicas e Formação profissional
UFAM	SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA	Serviço Social, Políticas Sociais e Sustentabilidade na Amazônia	Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia
			Serviço Social, Diversidade e Sustentabilidade na Amazônia
UERN	SERVIÇO SOCIAL E DIREITOS SOCIAIS	Serviço Social e Direitos Sociais	Serviço Social, Direitos Sociais e Movimentos Sociais
			Serviço Social, Questão Social e Políticas Públicas
EMESCAM	POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL	Políticas Públicas e Determinantes Sociais	Políticas Públicas e Cidadania
			Política de Saúde e Práticas Sociais
UFMA	POLÍTICAS PÚBLICAS	Políticas Públicas e Movimento Sociais	Estado, Cultura e Políticas Públicas
			Desenvolvimento, Questão Agrícola e Agrária e Meio Ambiente
		Políticas Sociais e Programas Sociais	Estado, Questão Urbana e Políticas Públicas
			Estado, Trabalho e Políticas Públicas
			Avaliação de Políticas e Programas Sociais
			Seguridade Social: Política de Saúde, Política de Assistência Social e Previdência Social

			Política Social e Serviço Social
			Violência, Família, Criança, Idoso e Gênero
FUFPI	POLÍTICAS PÚBLICAS	Estado, Sociedade e Políticas Públicas	Cultura, Identidade e Processos Sociais
			Estado, Políticas Públicas e Movimento Sociais
UFF	POLÍTICA SOCIAL	Avaliação de Política Social	Avaliação de Política de Seguridade Social
		Sujeitos Sociais e Proteção Social	Avaliação de Política e programa de Projeto governamental e não governamental
			Geração e Política Social
			Gênero, orientação sexual, raça e Política Social
UFES	POLÍTICA SOCIAL	Política Social, Estado e Sociedade	Política Social, Subjetividade e Movimentos sociais
			Reprodução e Estrutura do Capitalismo contemporâneo
UFMT	POLÍTICA SOCIAL	Política Social, Estado e Direitos Sociais	Política Social e Direitos Sociais
			Trabalho, Questão Social e Serviço Social
UNB	POLÍTICA SOCIAL	-	Política Social, Estado e Sociedade
			Movimento Social e Cidadania
			Questão Social, instituições e Serviço Social
			Trabalho e Relações Sociais
UEL	POLÍTICA SOCIAL	Política Social	Gestão de Política Social
			Serviço Social e Processo de Trabalho
UNIFESP	POLÍTICA SOCIAL	Trabalho, Políticas Sociais e Serviço Social	Fundamentos do Serviço social, Formação e Trabalho profissional
			Trabalho, Movimentos Sociais e Serviço Social
UFRPE	ECONOMIA DOMÉSTICA	Economia doméstica	Cultura do Consumo
			Cotidiano, Bem estar e Desenvolvimento Social
UFV	ECONOMIA DOMÉSTICA	Família e Sociabilidade	Trabalho, Consumo e Cultura, Família, Políticas Públicas
			Desenvolvimento Humano e Social

Fonte: Elaboração Própria, 2017.

Os dados permitem identificar o atual perfil dos Programas de Pós-Graduação do Serviço Social brasileiro, a partir das áreas e linhas de pesquisa na compreensão de que são as áreas de concentração e linhas de pesquisa que indicam a direção da produção do conhecimento do Serviço Social.

Na pesquisa realizada por Silva e Silva e Carvalho (2007), onde se analisou 18 Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, observou-se que a Política Social/Pública/Avaliação/Gestão de Políticas Sociais como áreas de concentração e linhas de pesquisa, ocupando a centralidade das discussões, seguido pelas áreas e linhas compostas pela área do Serviço Social.

Indica-se ainda, na pesquisa de Silva e Silva (2004), a identificação das seguintes áreas e linhas: Trabalho; Movimentos Sociais; Direitos Sociais/Cidadania/Direitos Humanos; Sociedade/Processos Sociais; Cultura; Questão Social; etc. Com pouca expressividade, Silva e Silva (2004) destaca: Exclusão Social e Pobreza, Assistência Social, Seguridade Social, Gênero, Família, Criança e Adolescente e Envelhecimento.

As áreas de concentração e linhas de pesquisas presentes nos Programas de Pós-Graduação do Serviço Social correspondem aos campos temáticos que a profissão considera como necessários para o desdobramento da Produção do Conhecimento. São, inclusive, parte constitutiva dos objetos de intervenção dessa categoria profissional, de forma que não são temáticas de análises extraídas do abstrato, mas temáticas de análises extraídas do movimento contraditório do real, dadas em determinado tempo histórico, presentes na realidade concreta.

Logo após o processo de Renovação – aliado à efervescência política nacional – o Serviço Social centrou suas discussões na construção da sua própria história, em um esforço necessário para a compreensão dessa nova fase da categoria, indispensável à construção do aporte político, social e jurídico atual. A compreensão da gênese do Serviço Social estava determinada pela análise da “Questão Social” e pelo Trabalho, Categorias essenciais para o entendimento próprio do Serviço Social e do seu objeto de atuação, do seu espaço sócio-ocupacional.

Com a afirmação da profissão, inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, o Serviço Social passa a aglomerar outras temáticas, relacionadas ao seu objeto de trabalho e a própria conjuntura mundial e nacional, dentre as tendências em desenvolvimento, que estavam dadas aos demais campos do conhecimento, sobretudo ao que compete às Ciências Sociais e Humanas, como apresentado por Silva e Silva e Carvalho (2007).

Em pesquisa mais recente, apresentada por Prates *et al* (2016) a Política Social/Pública ocupa a centralidade das áreas de concentração e linhas de pesquisa, seguida pelos fundamentos do Serviço Social. A pesquisa que foi realizada em vinte (20) Programas, mostra o panorama mais contemporâneo, o que reafirma o atual quadro demonstrado a seguir, a partir da pesquisa com os trinta e quatro (34) Programas vinculados a área do Serviço Social pela CAPES.

QUADRO 2- *Frequência de Ocorrências das Áreas de concentração dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. Brasil, 2010-2015. N=34*³²

Áreas	N	%
Política Social/Política Pública	23	64,7%
Serviço Social/ Fundamentos e Práticas profissionais	22	61,7%
Direitos Sociais/Humanos	07	20,5%
Questão Social	06	14,7%
Trabalho	05	11,7%
Movimentos Sociais	04	11,7%

Fonte: Elaboração Própria, 2017.

As áreas de concentração são formuladas por variadas temáticas, as quais dão margem para o desenvolvimento das linhas de pesquisas. Nesta análise tratam-se de áreas que equiparam-se às linhas, sendo estas mais desenvolvidas e fragmentadas.

Enquanto tendência em curso, a área de Política Social/Pública/ Avaliação de Políticas continua ocupando a centralidade das áreas de concentração dos 34 Programas de Pós-Graduação em Serviço Social analisados, estando presente em 23 dos 34 programas analisados.

Destaca-se que a área Serviço Social/Fundamentos e Práticas Profissionais está presente em 22 dos 34 programas, ressaltando que dois dos programas pertencem, mesmo vinculados ao Serviço Social, a Economia Doméstica, além de a UNB não apresentar área de concentração. Em expressividade, cita-se ainda: Direitos Sociais/Humanos; Questão Social; Trabalho e Movimentos Sociais, como disposto em Quadro a seguir:

Em menor expressividade, evidenciam-se as seguintes áreas: Estado, Desenvolvimento/ desenvolvimento regional, Sociabilidade, Sustentabilidade, Economia Doméstica, Família, Proteção Social, Determinantes Sociais, Território, Processos Sociais, Programas Sociais e Sujeitos Sociais, Cultura e Cidadania.

³² Corresponde aos 34 Programas de Pós-Graduação em Serviço Social analisados na pesquisa.

Ao exposto, constata-se o seguimento da tendência apontada nas pesquisas realizadas anteriormente ao revelar a predominância como área de concentração de maior abrangência: Política Social/Política Pública. Além disso, assinala-se a emergência de temáticas “novas”, como Sustentabilidade, Família, Território e Cultura como áreas de concentração.

Como se aludiu anteriormente, há uma tendência no direcionamento da pesquisa em Serviço Social pelas Políticas Sociais/Públicas. Este fato justifica, inclusive, a criação de Programas próprios da Política. Além disso, a pesquisa revela que 11 programas não têm área de concentração sobre o Serviço Social, mesmo sendo da área base, e 10 Programas têm por área as Políticas Sociais/Políticas Públicas.

É evidente o recorte dado nos Programas vinculados às Políticas Sociais/Políticas Públicas, o que pode ser verificado a partir da análise das linhas de pesquisas, que seguem uma tendência já mencionada, com um grau maior de fragmentação das temáticas de análise.

Assim, o que se refere às linhas de pesquisa, detecta-se uma diversidade de temáticas que revelam discussões históricas para o Serviço Social, bem como discussões mais contemporâneas que necessitam de atenção no trato metodológico de análise.

As temáticas que mais se destacam são os estudos referentes à Política Social/Política Pública, o qual consta como linha em 32 dos 34 Programas investigados, acompanhando a tendência expressa nas áreas de concentração. Em seguida, assinalou-se as linhas vinculadas ao Serviço Social/Fundamentos/Práticas do Serviço Social, em 24 Programas e o Trabalho/Mundo do Trabalho/Processo de Trabalho em 23 linhas.

Deparam-se ainda, em menor expressividade, as temáticas referentes: Direitos/Direitos Humanos, Estado; Gênero/Diversidade/Orientação Sexual, Questão Social, Cultura/Cultura do Consumo, Movimentos Sociais, Sociedade/Sociabilidade, Desenvolvimento/Desenvolvimento Social, Classes Sociais/Sujeitos Sociais, Teoria Social/Globalização/Democracia/Formação Social do Brasil, Associativismo Político, Geração/Idoso/Criança, Subjetividade/Bem Estar/Cotidiano, Relações de Poder/Relações Sociais, Identidade, Seguridade Social/Proteção Social, Gestão Política, Temas Urbanos/Questão Urbana/Sustentabilidade, Questão

Agrícola/Questão Agrária, Violência/Formas de Resistência/Acesso à Justiça, conforme quadro:

QUADRO 3 - Frequência de Ocorrências das Temáticas das Linhas de Pesquisa nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, Brasil, 2017, N=34.

Linhas	N	%
Política Social/Políticas Públicas/Avaliação de Política	32	94,1%
Serviço Social/Fundamentos/Práticas do Serviço Social	24	70,5%
Trabalho/Processo de Trabalho/Mundo do Trabalho	23	67,6%
Direitos/Direitos Humanos	14	41,1%
Estado	13	38,2%
Gênero/Diversidade/Orientação Sexual	12	35,2%
Questão Social	09	26,4%
Cultura/Cultura do Consumo	08	23,5%
Desenvolvimento/Desenvolvimento Social	07	20,5%
Seguridade Social/Proteção Social	07	20,5%
Movimentos Sociais	06	17,6%
Sociedade	05	14,7%
Teoria Social/Globalização/Democracia	05	14,7%
Relações Sociais/Relações de Poder	04	11,7%
Violência/Formas de Resistência/Acesso à Justiça	04	11,7%
Geração/Idoso/Criança	04	11,7%
Temas Urbanos/Questão Urbana/Sustentabilidade	03	8,8%
Identidade	03	8,8%
Gestão Pública	02	5,8%
Subjetividade/Bem Estar/Cotidiano	02	5,8%
Classes Sociais/Sujeitos Sociais	02	5,8%
Questão agrícola/Questão Agrária	01	2,9%
Associativismo Civil	01	2,9%

Fonte: Elaboração Própria, 2017.

A identificação das áreas e linhas de pesquisas permite compreender o desenvolvimento da produção do conhecimento da profissão, por se elas o indicativo e a orientação das temáticas que estão sendo abordadas, seja por se tratar do

objeto direto de atuação do Serviço Social, seja por serem temáticas necessárias para a compreensão da realidade e, assim, qualificação da dimensão teórico-operativa.

Em uma análise comparativa com a pesquisa realizada por Silva e Silva e Carvalho (2005) é possível observar temáticas novas e temáticas que mudaram a nomenclatura epistemológica, mas que permanecem em seu sentido essencial. Há ainda as temáticas que perduram no Serviço Social, por ser parte do processo histórico, necessárias e legítimas.

Na citada pesquisa, indicava-se linhas que não se apresentam ou apresentam-se como modificações na contemporaneidade dos Programas: Mobilização Popular, Alternativas de Trabalho Comunitário no Nordeste, Processo Participativo e Organizativo, Associativismo Civil; Representações Sociais, Poder Local, Políticas Empresariais e Gerontologia Social. Duas dessas linhas chamam atenção, por se tratarem de Representações Sociais. Esse enfoque é apontado na atualidade dos Programas através da linha com ênfase em Identidade e Gerontologia Social, fecundada na linha de discussão sobre o Idoso.

É possível notar, ainda, a presença de novas temáticas, as quais correspondem as atuais transformações societárias, advindas do processo de reorganização do capitalismo, pós-crise de 1970. A exemplo sinalizam-se as temáticas que constituem as linhas sobre: democracia, desenvolvimento, cultura do consumo, etc. Além disso, atenta-se para o crescimento significativo das discussões de gênero/diversidade/orientação sexual, quase inexistente na análise realizada por Silva e Silva (2004), a partir dos dados da Capes.

Da análise geral do perfil dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, com relação à categoria Trabalho, comprova-se que: quanto área de concentração, a Categoria Trabalho não possui muita expressividade nos Programas analisados, o que se difere das linhas de pesquisa que, como desdobramentos das áreas, apresentam-se significativamente, ocupando a terceira linha de maior incidência no Serviço Social.

Não diferente do contexto geral, as linhas sobre trabalho, relacionam-se às temáticas de Política Social/Política Pública, Serviço Social, Estado, Classes Sociais/Sujeitos Coletivos, Questão Social, Sociedade, Relações Sociais, Processos

Sociais, Direitos/Cidadania, Emancipação humana, Movimentos Sociais, Consumo, Cultura e Família, conforme quadro seguinte:

QUADRO 4 – Descrição das Linhas de Pesquisa sobre a Categoria Trabalho. Brasil, 2010-2015.

Programa	Linha	Objetivo da linha
UECE	Serviço Social, Trabalho e Política Social	Estuda a constituição do serviço social a partir das transformações no sistema capitalista de produção, abrangendo uma discussão atual das metamorfoses do processo do trabalho e seus efeitos para a sociedade na atualidade. Analisa, ainda, os fundamentos da reforma do Estado e as matrizes que delineiam as políticas sociais na sociedade brasileira, considerando nesse processo as implicações das transformações no mundo do trabalho.
UFRJ	Processo de Trabalho e Classes Sociais	Estudo das alterações que ocorrem no processo de trabalho nos diferentes setores da economia e seus impactos no mundo do trabalho. [...]
UFPA	Serviço Social e Trabalho na Amazônia	Reflete o trabalho como fundamento da constituição do ser social. O modo de produção capitalista; a crise do capital e sua particularidade na Amazônia; as diferentes formas de organização e gestão do trabalho, bem como os seus impactos na vida social; expressões da questão social na Amazônia e o trabalho do Assistente Social.
UFPE	Serviço Social, Trabalho e Questão Social	Aborda as determinações sócio-históricas da questão social no Brasil, particularizando a ação do Serviço Social frente às mudanças no mundo do trabalho, nas práticas das classes e na ação do Estado.
UFAL	Trabalho, Política e Sociedade	Comporta conteúdos sobre os fundamentos do trabalho e da sociabilidade, sobre métodos do conhecimento social e sobre marcos das bases histórico-sociais e econômicas da política, do Estado e da sociedade atual, suas peculiaridades e formas de ação junto a indivíduos e grupos sociais.
UFPB	Serviço Social, Trabalho e Política Social	Não encontrado
UNESP	Mundo do Trabalho e Serviço Social	Analisa o trabalho no contexto das transformações societárias contemporâneas e das políticas sociais. A abordagem do “trabalho” tendo em vista sua trajetória histórica abrange os processos de organização e gestão recorrentes à evolução das relações estabelecidas na sociedade. A articulação entre trabalho e sociedade permite maior aproveitamento de experiências de pesquisa e produção científica dos professores do departamento de Serviço Social e de outros

		departamentos que participam do programa.
UNIOESTE	Fundamentos do Serviço Social e Trabalho do Assistente Social	Aproximar e aprofundar o arcabouço teórico-metodológico que fundamenta o Projeto Ético-político Profissional do Serviço Social, a categoria trabalho e as manifestações da questão social na perspectiva da teoria social crítica. [...]
UEPB	Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais	Enfoca as transformações societárias e os rebatimentos para o serviço social no enfrentamento das expressões da questão social. Estuda as dimensões ontológicas do Estado capitalista, analisando as políticas sociais como produto contraditório da relação capital x trabalho. Considera a reforma do Estado na perspectiva neoliberal e seus rebatimentos para as políticas sociais, destacando as tendências de focalização, seletividade e privatização como produto das transformações societárias. Compreende o trabalho no processo de produção e reprodução na sociedade capitalista, enfocando as mudanças contemporâneas no mundo do trabalho e na prática político-organizativa dos trabalhadores.
UERJ	Trabalho, relações sociais e Serviço Social	Engloba discussões referentes ao Serviço Social e formação profissional; fundamentos do Serviço Social, com ênfase para o contexto internacional da profissão; Reconstrução histórica em Trabalho e educação; Trabalho, Política e território e Trabalho, direitos, política e Serviço Social.
PUC-RS	Serviço Social, Trabalho e Processos sociais	Estudos e pesquisas sobre trabalho como categoria ontológica, os processos de trabalho, relações e condições de trabalho no modo de produção capitalista, estado, economia política reestruturação produtiva e as metamorfoses no mundo do trabalho, emprego e desemprego, espaços sociocupacionais e a inserção do assistente social, o trabalho na escola, o trabalho na saúde, o trabalho na assistência social, trabalho e poder local, trabalho no setor público, trabalho no terceiro setor e na iniciativa privada, trabalho interdisciplinar, saúde do trabalhador, trabalho concreto e abstrato e os processos de alienação, políticas de trabalho e renda, trabalho cooperativo e economia popular solidária, entre outras estratégias de produção, relações e modos de produção. Essa linha abarca também o estudo de processos sociais tais como a participação, os processos de gestão social e planejamento, o trabalho em rede, as práticas conselhistas, os movimentos sociais, as organizações populares, os movimentos sindicais e como contraponto, processos como a pobreza, a discriminação, o racismo, a violência, entre outros. Contempla ainda os estudos que versam sobre o trabalho interdisciplinar e do assistente social para o fortalecimento e ou enfrentamento desses processos e as contribuições do Serviço Social em termos de produção do conhecimento sobre essas temáticas.
PUC-RIO	Trabalho, Políticas Sociais e Sujeitos Coletivos	Funda-se nas categorias trabalho, políticas sociais e sujeitos coletivos, considerando a importância das mesmas para o Serviço Social, tendo em vista os processos sociais que, atualmente, redefinem a questão social. A presença e a articulação de tais dimensões é considerada fundamental, tanto para o entendimento dos

		processos constitutivos de cada uma delas, como para a compreensão das respostas sociais que, histórica e atualmente, são dadas à questão social e suas manifestações. Nesse sentido, a linha propõe-se a ser um espaço de formação de pesquisadores que tenham como objeto de estudo tanto questões histórico-conceituais como análises empírico-teóricas relativas aos temas que constituem a linha. Em um contexto de mundialização do capitalismo, novas formas e significados do trabalho foram colocados no centro do debate acadêmico. Nesse processo, são levadas em consideração as circunstâncias históricas locais e a inserção de cada país na estrutura global de desenvolvimento socioeconômico, uma vez que o desenvolvimento capitalista é contraditório e desigual. Dessa forma, os problemas que envolvem o mundo do trabalho apresentam aspectos complexos que merecem uma reflexão cuidadosa, no sentido de ser possível compreender as configurações atuais do trabalho, seu significado e sua articulação com os processos produtivos, com as políticas de gestão, e com a organização e ação política dos trabalhadores. Além disso, busca-se examinar, igualmente, as condições de precarização do trabalho, condições de trabalho, mercado de trabalho e o processo de segmentação da classe trabalhadora. [...]
FUFSE	Trabalho, formação profissional e Serviço Social	Não encontrado
UFRGS	Formação, Trabalho e Direitos de Cidadania	Apropriação do debate sobre formação, trabalho e cidadania e seu impacto nas políticas sociais brasileiras: tendências e desafios. Estudo das concepções e vivências que integram a educação permanente no âmbito da formação e dos processos de trabalho no campo das políticas sociais públicas. Análise e investigação de caráter teórico-prático sobre temas relacionados à formação, ao trabalho e aos direitos de cidadania a partir de parâmetros histórico-críticos e interdisciplinares. Identificação das estratégias desenvolvidas no contexto social para a educação da cidadania emancipatória dos sujeitos sociais.
UFRN	Serviço Social, trabalho e Questão Social	Não encontrado
UFSC	Questão Social, Trabalho e emancipação humana	A linha de pesquisa tem como objetivo principal desenvolver investigações a partir da compreensão da “questão social” e suas expressões na sociedade capitalista. Considera a “questão social” como resultante das contradições existentes na relação capital/trabalho, prioritariamente no que condiz ao conflito de classes. Abrange estudos que compreendem a degradação, a precarização e a exploração no mundo do trabalho, mantendo como horizonte as possibilidades de resistência (ou não) da classe trabalhadora. Essa direção teórica e política se fortalece com a postura contra-hegemônica presente no Serviço Social contemporâneo que, mesmo em condições

		absolutamente adversas, tem participado de inúmeras lutas sociais, muitas das quais como protagonista, em prol da consolidação e ampliação dos direitos sociais junto à classe trabalhadora.
UFMA	Estado, Trabalho e Políticas públicas	Não encontrado
UFMT	Trabalho, Questão Social e Serviço Social	Desenvolvimento de estudos sócio-históricos e ontológicos das categorias trabalho e questão social, da sociabilidade produzida pela relação capital-trabalho, das transformações no mundo do trabalho, portanto, da sua configuração na dinâmica da sociedade burguesa. Das determinações sociais da questão social no processo de formação social brasileiro e os desafios históricos e implicações nos espaços sócio - ocupacionais e no exercício profissional dos/as assistentes sociais e nas respostas produzidas ante as demandas contemporâneas.
UNB	Trabalho e relações sociais	Abrange estudos sobre o significado do trabalho na constituição das relações econômicas e sociais e sua centralidade para a sociabilidade humana. Abrange debates sobre as transformações no mundo do trabalho, as polêmicas em torno da crise da sociedade do trabalho, da identidade dos trabalhadores, dos conflitos nas relações capital/trabalho, nas lutas pelos direitos dos trabalhadores em suas diferentes formas de inserção.
UEL	Serviço Social e processo de trabalho	Refletir sobre as transformações da sociedade e do Estado, o mundo do trabalho e as novas demandas postas ao Serviço Social.
UNIFESP	Trabalho, Movimentos Sociais e Serviço Social	O trabalho em suas dimensões ontológicas e históricas na sociedade capitalista; formas de organização e sentidos do trabalho na produção capitalista contemporânea; trabalho e gênero; saúde do trabalhador.
UFAM	Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia	Não encontrado
UFV	Trabalho, consumo, cultura, família e Políticas públicas	Não encontrado.

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Como pode ser verificada no quadro, cada linha de pesquisa possui um objetivo claro, que serve para direcionar as pesquisas e formular a produção do conhecimento. As linhas descritas no Quadro 04 possuem objetivos contemporâneos, que praticamente fundam-se a análise atual advinda do pós-crise de 1970 e os rebatimentos para o mundo do trabalho.

Nota-se a preocupação em compreender o Trabalho, enquanto alicerce da contradição, que funda as expressões da “questão social” e, assim, as implicações para as formulações de Políticas Sociais/Políticas Públicas. Essa é uma

preocupação histórica para o Serviço Social desde o processo de Renovação, como se explicitou anteriormente.

Além da discussão que relaciona Trabalho, “Questão Social” e Política Social é possível verificar nas linhas presentes a existência de outras discussões que são também históricas e necessárias até hoje para a profissão, diante do seu caráter fundante e ineliminável sobre a ordem capitalista. Essas discussões referem-se à preocupação em torno do Trabalho e Sociedade e o Trabalho como fundante do ser social.

Todavia, na análise das linhas, verifica-se também a presença de discussões advindas da crise de 1970 que retratam as formulações presentes no debate que infere sobre uma possível “crise do trabalho” ou “Fim do Trabalho”. Trata-se de discussões que se embasam no questionamento das novas formas de significação do trabalho, crise da sociedade do trabalho e identidade do trabalhador e estudos que relacionam trabalho com cultura, em uma perspectiva culturalista, trabalho com gênero e território³³.

O processo de renovação capitalista ditou uma reestruturação do modelo acumulativo do capital, sem precedentes, com transformações profundas para o mundo do trabalho. A atual forma exploratória do capitalismo nada tem de nova. Na verdade, aprofunda ainda mais a contradição capitalista, de modo cada vez mais severo para a classe trabalhadora.

O atual estágio capitalista alicerça-se no capitalismo financeiro, como explicitado anteriormente, trazendo inovações tecnológicas, que passam a ditar as configurações do mundo do trabalho. É nesse contexto de redução do trabalho vivo pelo trabalho morto, de substituição do contingente de trabalhadores por maquinários que surgem as errôneas teses de “Fim do Trabalho”, de sociedade “pós-industrial”, “sociedade da comunicação”, dentre outros.

O debate em torno do “fim do trabalho” soma-se à contestação direta das formulações marxianas e marxistas, sobre a teoria da Lei do Valor-Trabalho, a qual compreende a sociedade a partir de relações sociais que determinam o ciclo de produção-circulação e consumo da mercadoria, subsumido a aparência que revela

³³ Não há dúvida que estas são temáticas necessárias e nem tampouco se pode afirmar, que apenas as construções das linhas indicaram o percurso metodológico, seja ele crítico ou conservador pela vertente pós-moderna. Apontam-se, tendências, que materializaram ou não na análise direta do produto dessas linhas, que se encontram formulada por meio das Dissertações e Teses.

apenas o caráter mercadológico de compra e troca da mercadoria, enaltecendo a emersão da essência que demonstra a capacidade teleológica humana de transformar e ser transformado pela natureza. (MARX, 2016).

O Serviço Social como profissão que se direciona pela Teoria Social Crítica, constituída pela traição marxista, tem sofrido os rebatimentos, proveniente destas discussões, que se tornam ainda mais latentes diante da atual conjuntura política e econômica mundial e nacional. A Produção do Conhecimento enquanto reflexão do real, como concreto pensado tem refletido a contemporaneidade dessa conjuntura. Desse modo, a produção que vem sendo realizada pelo Serviço Social, materializada por primazia pelos Programas de Pós-Graduação, podem não ser a ponta de lança, pelo seu caráter privilegiado, mas sem dúvidas é dimensão perceptível no processo de transformação social, que vem sofrendo os rebatimentos da nova configuração burguesa.

O estudo das linhas e áreas permite apontar, de modo sucinto, três pontos centrais: 1) a preocupação da profissão frente à nova configuração capitalista e às transformações no Mundo do Trabalho; 2) a persistência em assegurar a análise crítica do Serviço Social, sobretudo sobre a Categoria Trabalho, em seu sentido ontológico, que pode ser justificado pela presença da vanguarda da profissão, na composição dos Programas de Pós-Graduação, determinando os rumos das pesquisas desenvolvidas; 3) uma tênue tendência de apropriação dos substratos conservadores, que ora se apresentam em sua vertente clássica, ora se apresentam pelo ideário pós-moderno, exigindo a reflexão sobre as influências dos intelectuais considerados (neo)liberais e pós-modernos no Serviço Social.

Decerto, a análise da Categoria Trabalho permitirá uma análise mais detalhada sobre as reais condições em que se encontra a produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro, tendo como premissa a indispensável compreensão da profissão sobre a Categoria Trabalho no desvelamento da realidade social. Possibilitará apontar tendências necessárias à criação de estratégias de resistência e fortalecimento do campo crítico em defesa do Projeto Ético Político que determina a direção social crítica dessa profissão, ao lado da luta maior, que advém da classe trabalhadora.

2.3 A Categoria Trabalho nas Dissertações de Mestrado: análises dos eixos e áreas

O trabalho parece ser uma categoria tão simples. [...] No entanto, concebido do ponto de vista econômico nesta forma simples, o “trabalho” é uma categoria tão moderna como as relações que esta abstração simples engendra (MARX, 2016)

A Categoria Trabalho é pilar indispensável à compreensão da realidade social, econômica e cultural, pois se trata de uma Categoria ontológica, de formação do ser social. Ela dá sustentabilidade à contradição que rege essa sociedade, na medida em que o capitalismo produz e se reproduz pela e na exploração extraída pelo trabalho não pago à classe trabalhadora.

Decerto, ao passo que o Serviço Social passa a compreender os problemas sociais como sendo expressões de um processo contraditório, oriundo da discrepante relação entre burgueses e trabalhadores, o estudo da Categoria Trabalho se faz necessário.

O Serviço Social passou a examinar a Categoria Trabalho no contexto de Renovação, onde foi postulado pelas instâncias organizativas da profissão, como sendo relevante na composição de disciplinas nos Projetos Pedagógicos, em nível de graduação e, na formulação de áreas de concentração e linhas de pesquisa nos Programas de Pós-Graduação. Prova da importância dada à análise da Categoria Trabalho foi a inserção nos pilares constitutivos do Projeto Ético Político e a sua vinculação, recente, na formulação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), vinculados à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS), criados em 2010, durante o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.

Dentre os GTPs, a Categoria Trabalho apresenta-se, especificamente, no grupo “Trabalho, Questão Social e Serviço Social”, a qual objetiva monitorar a Produção do Conhecimento do Serviço Social sobre esse eixo temático, observando projetos de pesquisa, teses e dissertações.

Entre os anos de 2010-2012, o grupo temático investigou 29 Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. Sobre as Dissertações e Teses relacionadas à temática do Trabalho, constatou a presença da análise formulada a partir do Serviço Social, observando-se o espaço sócio ocupacional, enquanto expressões da contradição capitalista. Comprovou também a presença das discussões sobre

Econômica Solidária, Geração de Renda, os Fundamentos Ontológicos e Sócio-Históricos do Trabalho, Saúde do Trabalhador e Políticas Sociais, a relação entre Trabalho e Educação, Trabalho e Gênero, Trabalho e Sindicalismo, Trabalho e Questões Urbanas, Trabalho, Questão Social e Representações, dentre outras.

O Grupo ainda apontou algumas tendências importantes para a compreensão da produção do conhecimento. A pesquisa revelou inclinações existentes na profissão, as quais expõem as alterações societárias no pós-crise de 1970 e os impactos que enaltecem a herança conservadora no Serviço Social.

Como disposto pela referida pesquisa, as tendências apresentam:

- Expressivo número de pesquisas sobre os espaços sócio ocupacionais do assistente social em suas diferentes áreas de atuação, com ênfase na intervenção profissional;
- Aprofundamento de estudos sobre o trabalho e questão social nos marcos da tradição marxista;
- Significativa incidência do debate sobre a pobreza relacionando à inclusão social a partir de estudos sobre programas de geração de renda, empreendedorismo e qualificação para o mercado de trabalho;
- Grande preocupação das pesquisas para enfrentar as expressões fenomênicas da questão social por meio de políticas sociais, com concentração nas análises sobre a política de assistência social;
- Considerável número de produção teórica de apreciação acrítica dos temas cooperativismo, economia solidária, empreendedorismo e qualificação para o mercado de trabalho;
- Insuficientes mediações sobre o trabalho e questão social no marco das particularidades sócio-histórica brasileira;
- Tratamento teórico-metodológico das categorias trabalho e questão social como argumentação geral e pressuposto de pesquisa e fragilidade nas análises;
- Influência de heterogêneas ideologias pós-modernas na produção teórica, perpassando desde tendências da gestão empresarial ao debate da nova questão social e as “novas capacidades e capital humano”. (ABEPSS, 2015, p. 525-526).

Nesta pesquisa, no que tange a análise das áreas temáticas, atestam-se algumas das tendências apresentadas na pesquisa da ABEPSS. Uma delas, especificamente, nos chama atenção, a qual trata das inflexões do pensamento pós-moderno, que também é apresentada nas análises do Lara (2008) e Cantalice (2013).

Para a realização da análise das áreas temáticas foram avaliados 142 Dissertações, entre os anos de 2010 a 2015, que tratam da produção do conhecimento de 13 Programas de Pós-Graduação vinculados à área base do Serviço Social, com linhas vinculadas à Categoria Trabalho. Os Programas são

vinculados às seguintes Universidades: UECE; URFN; UNESP; UFPB; PUC-RS; UERJ; PUC-RIO; UFPA; UFSC; UFPE; UFAL; FUFSE e UFRJ.

O estudo teve como parâmetros: a análise do objeto de estudo, identificação do eixo analítico e área de atuação, o que permitiu proceder levantamento dos eixos temáticos referentes à Categoria Trabalho.

Diante do que foi analisado nas 142 Dissertações, de modo organizativo, elencamos os seguintes eixos analíticos: Serviço Social e Trabalho, Processo de Trabalho, Política Social/Política Pública e Trabalho, Trabalho Feminino, Processo de Reestruturação Produtiva e as Transformações no Mundo do Trabalho, Organização da Classe Trabalhadora, Legislação Trabalhista, Centralidade do Trabalho, Trabalho e Subjetividade, Trabalho e Território, Trabalho infantil, Trabalho e Terceiro Setor, Trabalho e Direitos Humanos.

De modo sistematizado, apresenta-se a seguinte tabela:

Tabela 01- *Eixos Temáticos Sobre a Categoria Trabalho nas Dissertações do Serviço Social, Brasil, 2010-2015.*

EIXO DE ANÁLISE	N	%
Serviço Social e Trabalho	45	31,6%
Processo de Trabalho	35	24,6%
Política Social/Política Pública e Trabalho	26	18,3%
Trabalho Feminino	10	7,04%
Processo de reestruturação produtiva e as transformações no mundo do trabalho	08	5,6%
Organização da Classe Trabalhadora	06	4,2%
Legislação Trabalhista	04	2,8%
Centralidade do Trabalho	02	1,4%
Trabalho e Subjetividade	02	1,4%
Trabalho e território	01	0,7%
Trabalho infantil	01	0,7%
Trabalho e Terceiro Setor	01	0,7%
Trabalho e Direitos humanos	01	0,7%
Total	142	100%

Fonte: Elaboração Própria, 2017.

A análise que segue permite apontar os eixos analíticos sobre a Categoria Trabalho. Contou-se, ainda, com a análise dos resumos e palavras-chave das 142 Dissertações. Especificamente, foram identificados cinco principais eixos temáticos, quais sejam: Serviço Social e Trabalho, Processo de Trabalho; Política Social/Política Pública e Trabalho, Trabalho Feminino e o eixo Processo de Reestruturação Produtiva e as Transformações no Mundo do Trabalho.

Encontrados em menor expressividade os seguintes eixos: Organização da Classe Trabalhadora, Legislação Trabalhista, Centralidade do Trabalho, Trabalho e Subjetividade, Trabalho e Território, Trabalho Infantil, Trabalho e Terceiro Setor, Trabalho e Direitos Humanos, apresentam uma discussão pontual e sucinta, com fragilidade temática.

O **eixo Organização da Classe Trabalhadora** demonstrou a preocupação do Serviço Social sobre a análise da organização dos trabalhadores a partir de entidades políticas e sociais em sua formação e atuação por meio de um percurso histórico determinado. Apresenta uma frágil relação entre os Movimentos Sociais e a Economia Solidária.

Esse eixo apresenta-se pouco discutido pelo Serviço Social. Além disso, não há discussão na direção do Serviço Social enquanto classe trabalhadora, evitando-se a antiga polêmica sobre a profissão ser ou não considerada trabalho. Caberia o debate sobre a própria organização da categoria e sua forma participativa junto aos movimentos organizados da sociedade.

No **eixo Legislação Trabalhista** constata-se discussões jurídicas referentes à proteção social do trabalhador, bem como a legislação reguladora do mundo do trabalho em nível macro. Discute ainda o reconhecimento jurídico através da legislação de categorias profissionais e os estudos relacionados a alterações na legislação trabalhista como um todo. É ausente a discussão que perpassa a profissão, diante da destituição dos direitos trabalhista, que não passa imune ao Serviço Social e que se agrava com aprovação da reforma trabalhista.

O **eixo Centralidade do Trabalho**, por sua vez, observou as discussões sobre a centralidade do trabalho desde as discussões clássicas até as discussões mais contemporâneas. As análises envolvem a compreensão da ontologia social com predominância para os estudos de Lukács. Trata-se de um eixo temático com mínima expressividade, o que preocupa diante da importância dessa temática,

sobretudo para o entendimento e defesa do debate sobre a Categoria Trabalho, que na contemporaneidade está ameaçada pela tese da “perda da centralidade do trabalho”.

Discutir a centralidade do Trabalho é primordial para o Serviço Social, ao passo que essa discussão permite a compreensão do Trabalho enquanto Categoria fundante do Ser Social, se diferenciando das demais Categorias de análise pelo seu caráter transformador.

O **eixo Trabalho e Subjetividade** analisa os aspectos subjetivos dos trabalhadores, com preocupação frente à recuperação da memória, condições de trabalho e acesso ao lazer.

As discussões em torno da subjetividade do Trabalho estão cada dia mais em voga. Linhart (2014) aborda a “precariedade subjetiva”, ocasionada pelas novas configurações do mundo do trabalho que geram instabilidade e insegurança à classe trabalhadora. Para esse tipo de discussão há duas formas de análise, aquela ancorada na tradição marxista, que se preocupa em compreender os rebatimentos da precarização do trabalho para o subjetivo do trabalhador e, os intelectuais que invertem a suposição, colocando os elementos subjetivos para explicar as relações de trabalho, enraizados em um debate conservador, que ganha fôlego pela via pós-moderna.

No **eixo Trabalho e Território** os estudos compreendem as formas de ocupação e apropriação do território pelos trabalhadores. Referem-se às análises que trazem uma discussão contemporânea, a qual engloba o conceito de território e territorialidade nas Políticas Sociais. É preciso atentar para a expansão da discussão sobre território no Serviço Social, de modo que esta seja realizada na perspectiva da totalidade social, por meio da crítica à Economia Política. Nesse entendimento, é preciso atenção com a análise antropológica que destitui a Categoria macro societária do Trabalho e enaltece o território como um campo micro, compreendido por significados e símbolos, deslocado da contradição fundante da sociedade capitalista.

O **eixo Trabalho Infantil** versa sobre uma temática pouco discutida, o que pode ser justificado pela expansão das formas de enfrentamento ao trabalho infantil ao longo da história política do Brasil. As discussões existentes centram-se na inserção da força de trabalho infantil no capitalismo, como um subsídio necessário,

que tende a se agravar diante do aprofundamento do caráter exploratório do capitalismo em sua atual fase.

Os **eixos Trabalho e Terceiro Setor** e **Trabalho e Direitos Humanos** apontam para discussões tênues sobre o trabalho voluntário e escravo; e a ação dos Direitos Humanos junto às problemáticas advindas do mundo do trabalho.

A fragilidade de algumas discussões chama atenção e permite definir algumas tendências no trato da abordagem do Serviço Social frente à Categoria Trabalho. Verifica-se uma abordagem clássica, centrada, sobretudo, na averiguação do trabalho dos assistentes sociais nos mais variados espaços sócio-ocupacionais, o que já havia sido analisado por Lara em sua pesquisa, no ano de 2008.

Os estudos do Serviço Social sobre a forma organizativa da classe trabalhadora expressa, nesta pesquisa, o que já estava presente nas investigações realizadas por Duriguetto (2014), a qual destaca a pouca aproximação, após os anos de 1990, da categoria junto aos movimentos sociais, além do próprio processo organizativo dos profissionais.

O distanciamento da categoria com os movimentos sociais justifica-se pelo período de suposta serenidade diante das conquistas alcançadas no processo de reabertura democrática, com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao Governo.

Duriguetto (2014) assinala a necessidade de o Serviço Social compreender os movimentos sociais como espaços de ocupação profissional não apenas possíveis, mas necessários para sua dimensão ideopolítico.

Nessa direção, discutir a inserção do Serviço Social nos processos de organização e mobilização popular significa analisar como o assistente social, *como trabalhador assalariado e considerando a própria natureza contraditória de sua intervenção profissional*, pode atuar no sentido da promoção e do fortalecimento das organizações e lutas coletivas dos trabalhadores que são alvo de suas intervenções. (DURIGUETTO, 2014, p. 183 *grifos da autora*).

A necessidade de o Serviço Social aproximar-se dos Movimentos Sociais, não apenas como profissional apto a prestar assessoria, mas como profissionais que necessitam de organização política para barganhar e assegurar conquistas faz-se cada vez mais presente, especialmente, diante do atual cenário.

Nas análises seguintes, será exposto, especificamente, os cinco eixos que sinalizam maior incidência na análise investigativa realizada por esta pesquisa.

2.3.1 Serviço Social e Trabalho

Analisa o exercício profissional, as condições de trabalho, as relações de contrato, a materialização dos princípios éticos da categoria profissional, a divisão sexual do trabalho, dentre outras dimensões.

Verificou-se a preocupação investigativa em torno da compreensão do trabalho dos assistentes sociais nos mais diversos campos de atuação das Políticas Sociais, com destaques para a análise da atuação profissional na Política de Assistência Social e na Política de Saúde. Ademais, citam-se: Trabalho do Assistente Social no Programa de Medida Sócio-Educativa e na Política de Educação.

Averiguou-se, também, a preocupação em analisar as novas demandas impostas ao Serviço Social pelo processo de reestruturação produtiva do capital. Destacam-se: Trabalho do Assistente Social em empresas, o Trabalho do Assistente Social no Terceiro Setor, o enfrentamento da categoria com relação ao Assédio Moral, Trabalho dos Assistente Social na Educação Ambiental e o Trabalho do Assistente Social junto a Gestão de pessoas.

O pós-crise de 1970 é até hoje regido por uma reestruturação produtiva do modelo acumulativo do capital que culminou em profundas transformações no mundo do trabalho, as quais são contemporaneamente consolidadas no seio do capitalismo financeiro, de desenvolvimento tecnológico.

A “era tecnológica” trouxe novos campos de atuação para as mais diversas profissões, o que não foi diferente para o Serviço Social, que teve sua prática expandida diante das novas exigências societárias.

Nas palavras de Antunes e Druck (2014, p. 14) sobre o processo de reestruturação e implementação da forma acumulativa flexível:

Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional inspirado na experiência japonesa do pós-guerra e associa-se ao avanço tecnológico, resultado da introdução de técnica de gestão da força de trabalho própria da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se numa estrutura produtiva mais flexível, através da desconcentração produtiva, das redes de subcontratação (empresas terceirizadas), do trabalho em equipe, do salário flexível, das “células de produção”, dos “times de trabalho” e dos grupos “semiautônomos”, além de exercitar, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores. O “trabalho polivalente”,

“multifuncional”, “qualificado”, combinado como uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho. Mais recentemente, as práticas das “metas”, das “competências” dos “colaboradores”, tornaram-se a regra no ideário empresarial.

As transformações no mundo do trabalho inflexionaram duramente o Serviço Social, que teve seu objeto de trabalho intensificado na contradição do capitalismo globalizado, em meio a um processo de legitimidade dos aspectos social e política do Serviço Social junto as demais profissões. As modificações no mundo do trabalho refletem na articulação teórico-metodológica e prática-operativa, trazendo empecilhos para a materialização dos preceitos instituídos coletivamente.

O espaço ocupacional do Serviço Social é completamente dinamizado pelo cenário da reestruturação produtiva, inclusive com a expansão do trabalho por serviço, materializado pelo capitalismo financeiro. Como bem esclarece Netto (1996, p. 111) no alto da chegada do processo de reestruturação no Brasil.

De outra, e em função do anterior, as novas demandas (potenciais e/ou reais, postas seja pelas transformações societárias, seja pelas alterações político-institucionais) são enfrentadas pelos profissionais em condições frequentemente desfavoráveis: inseguros pela fragilidade de sua formação (ou por causa de sua formação que não responde à realidade em que se inserem), desmotivados pelas baixas remunerações, pressionados pela concorrência de outros profissionais (aparentemente mais “seguros”, mas “legitimados”), condicionados ainda por um lastro conservador em relação aos seus papéis e atribuições – por isso e muito mais, é frequente uma atitude defensiva e pouco ousada dos assistentes sociais em face das novas demandas, o que acarreta a perda de possibilidades de ampliação do espaço profissional.

Apesar dos impasses conjunturais, o Serviço Social consolida seu instrumental político, técnico e operativo, baseado na defesa dos Direitos Sociais. A partir dos anos 2000, a sociedade brasileira ganha uma sobrevida no trato a expansão das Políticas Sociais, o que foi positivo para estabilizar o arcabouço político do Serviço Social, no que tange o nível organizacional, pois, a política do consenso coordenada pelo Partido dos Trabalhadores propiciava o avanço de pautas progressistas apontas pela dita esquerda brasileira e pelo Serviço Social.

A chegada do Governo do Partido dos Trabalhadores a presidência do Brasil, subsidiado por uma política neodesenvolvimentista, proporcionou uma explosão nos serviços sociais, ligados a materialização das Políticas que compõe a Seguridade

Social. Isto fez com que ocorresse uma ampliação nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, que passam a atuar não apenas como técnicos das políticas, mas como gestores e formuladores.

Por outro lado, a chegada do PT a governança do Brasil revelou problemas estruturais da nossa formação histórica dependente e periférica, principalmente, no que tange a organização da classe trabalhadora. O avanço nas pautas progressistas, somados por ações de transferência de renda, ocasionou um período de estabilidade nas organizações sociais, que ilusoriamente se alimentava do equilíbrio política e econômica vivido pelo Brasil.

O contexto histórico justifica a perceptível timidez no trato dos estudos que envolvem o trabalho do assistente social junto aos movimentos sociais, bem como estudos sobre a efetivação do Projeto Ético Político da profissão. O apanhado geral realizado nos estudos, que se materializam pelas dissertações investigadas, na verdade, apresentam análises particularizadas sobre os mais variados objetos de estudos da profissão.

Isto reverbera, também, em modestos estudos que relacionam o exercício profissional e a teoria crítica do marxismo, ou seja, a compreensão dos espaços sócio-ocupacionais nos processos contraditórios, advindos da relação desigual capitalista. À longo prazo, o distanciamento e a despreocupação pela teoria social crítica pode nos custar a perda de direção política, fazendo com que o profissional do Serviço Social se torne um mero executor de políticas, puramente tecnicista, sem realizar as mediações essenciais, que ligam o singular ao universal.

2.3.2 Processo de trabalho

Compreende os estudos que envolvem análises em torno do processo de trabalho, ou seja, as análises relacionadas ao campo de atuação da classe trabalhadora, com enfoque para as condições de produção e reprodução do trabalhador.

Distingue-se do Eixo relacionado ao Trabalho e Serviço Social, por apresentar discussões relacionadas a outras categorias profissionais, atentando para as

condições de trabalho e adoecimento da classe trabalhadora, com ênfase ao adoecimento mental.

Atenta para os estudos sobre a precarização do trabalho, a informalidade e o desemprego que assola os trabalhadores, envolvendo as discussões sobre o trabalho produtivo e improdutivo.

Compreende, minimamente, estudos sobre o processo de trabalho na cooperativa, na agricultura familiar, com análises voltadas para o trabalho social.

Esse eixo reflete as atuais condições em que se encontra o/a trabalhador/a, em um cenário dinamizado pela crise estrutural do capitalismo. As reflexões representam o real cenário do processo de trabalho na contemporaneidade, mediada por um Estado a serviço, eminentemente, da burguesia, em uma liberação explícita da precarização do trabalho, que – na realidade brasileira – tende a ser agravada, com a (contra) reforma trabalhista e com o retorno das discussões sobre o “custo trabalho”.

O interesse do Serviço Social pelo processo de Trabalho está eminente na compressão da profissão após o processo de renovação, diante da tese de Iamamoto e Carvalho (2013) de que o Serviço Social é fruto das relações sociais. É a partir dessa tese que a profissão busca na tradição marxista, pelo trabalho, o entendimento investigativo para a construção da realidade na sua prática profissional.

2.3.3 Política Social e Trabalho

Investiga os estudos desenvolvidos entre a relação da Política Social/Política Pública e a Categoria Trabalho. Centra-se em estudos que buscam o entendimento da efetivação de determinadas Políticas Sociais/Públicas por meio do trabalho de diversos setores/categorias de trabalhadores.

A Política Social é historicamente o principal campo de atuação do Serviço Social, por ser o mecanismo de enfrentamento das expressões da “questão social”, nas sociedades capitalistas democráticas.

As discussões que envolvem a Política Social ganham maior expressão no Brasil a partir do processo de redemocratização política em 1990, após o esgotamento formal do golpe de 1964.

Deste modo, os eixos compreendem a análise da Política de inserção no mercado de trabalho e a política de cotas, bem como o acesso dos trabalhadores às diversas políticas, com enfoque para a política de Assistência Social, devido ao acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a Política previdenciária, pelo acesso aos benefícios e aos direitos trabalhistas.

Há análises em torno da Política de Saúde e as inflexões para o acesso dos trabalhadores, voltado para a formação das equipes multiprofissionais na Política de Saúde do Trabalhador e em programas/políticas educacionais para efetivação e inserção no mercado de trabalho, relacionando com a economia solidária e com as medidas sócio-educativa.

Os estudos aproximam-se das Políticas de Previdência, Assistência Social e Saúde, os quais são campos de inserção dos/as assistentes sociais, que participam da formulação e implementação dessas políticas.

Isso justifica a modéstia no trato do trabalho desenvolvido junto à política de habitação e o incentivo às políticas de microcréditos para os trabalhadores, por serem campos de atuação profissional ainda restritos ao Serviço Social.

É nesse eixo temático que se apresenta a maior incidência das inflexões pós-modernas nas Dissertações investigadas, pela ligação com a Política de Saúde do Trabalhador.

2.3.4 Trabalho Feminino

Este eixo temático focaliza seus estudos sobre a compreensão das condições de trabalho feminino. A utilização do termo feminino ao invés de gênero se dá pelo fato das temáticas presentes nas dissertações centrar suas análises apenas na questão da mulher trabalhadora.

Observou-se que os estudos abordam o processo de trabalho feminino, no qual se averigua as condições de trabalho, processo de produção e reprodução feminina pelo trabalho.

Apresenta preocupação sobre a compreensão da divisão sexual do trabalho e a inserção da mulher no mercado de trabalho. Encontra-se, ainda, estudos relacionados a prostituição feminina, apontando esta atividade como campo de trabalho.

Na pesquisa realizada por Cantalice (2013) as análises referentes a gênero – que engloba também o trabalho feminino – constituía-se entre as temáticas de maior expressão nas análises realizadas pelo Serviço Social. A intelectual atentava para as inflexões do pensamento pós-moderno, pelo fato de expressar um campo permeado por um movimento feminista de base pós-estruturalista, ancorando os estudos nas discussões sobre representação social, desarticulado do caráter de classe.

2.3.5 Reestruturação produtiva e as transformações no mundo do trabalho

Este eixo é emblemático, pela sua particularidade em estar presente, de modo indireto, nos demais eixos temáticos dessa pesquisa. Todavia, especificamente, condensa discussões que foram inauguradas a partir do processo de reestruturação produtiva e as transformações societárias. A reestruturação produtiva e as transformações no mundo do trabalho, são tratadas enquanto objeto de estudo e não como marco temporal, como encontrado nos demais eixos.

É importante frisar que os dados encontrados seguem a tendência apontada nos estudos realizados por Lara (2008), no qual a abordagem se deu a partir das mudanças ocasionadas no mundo do trabalho no pós-crise estrutural do capitalismo.

Trata-se de análises que abordam elementos próprios do processo de reestruturação produtiva, que resultou em transformações no mundo do trabalho, como se observa nas seguintes temáticas: Racionalidade produtiva, política e econômica estabelecida por esse processo; as novas atribuições profissionais e a constante necessidade de qualificação, para a operacionalização do novo modelo acumulativo flexível, que tem na sua centralidade a tecnologia.

Além disso, encontra-se ainda discussões referente as formas de controle nos padrões contemporâneos de organização do trabalhador, a automação e o resultado para a saúde do trabalhador. A polivalência é temática presente, nos estudos sobre a flexibilização do trabalho, junto as formas de incentivo ao empreendedorismo e a

qualificação profissional, que reverbera nas discussões sobre a gestão empresarial e as novas formas de organização do trabalho.

A análise dos eixos, associado com as linhas e áreas nos permite construir uma síntese analítica ainda preliminar sobre a atual configuração da produção do conhecimento do Serviço Social. Apresenta o panorama da direção teórico-metodológico da profissão, especificando o trato das inflexões do pensamento pós-moderno sobre a Produção do Conhecimento do Serviço Social, que só será realizada, em sua plenitude, a partir da análise que relacionará o direcionamento dado no eixo de análise que verificará a utilização do método, os aspectos da pesquisa e as incidências bibliográficas presente nas vinte e duas dissertações.

3 A DIMENSÃO TEÓRICA-METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL: uma análise da Produção do Conhecimento em torno da Categoria Trabalho

Diante de todo percurso metodológico de análise, este capítulo apresentará uma síntese de aproximação com a realidade da Produção do Conhecimento do Serviço Social sobre a Categoria Trabalho.

A sociedade capitalista passa por mudanças, as quais inflexionam a humanidade como um todo. Dita-se, atualmente, um novo estilo de vida, com novos hábitos culturais e sociais, movido pela incessante descoberta da tecnológica. Entretanto, essas mudanças não indicam a emergência de uma nova sociedade, de um novo modelo acumulativo, ao contrário, o atual estágio do capitalismo apresenta a sua face mais árdua da ofensiva ideológica contra a classe trabalhadora.

O Serviço Social forjado nessa contradição, atuando expressivamente nas expressões da “questão social”, com uma direção crítica, vinculada à luta geral da classe trabalhadora, sofre as inspirações de um projeto internacional de globalização do capitalismo com a destituição dos mínimos sociais.

A construção do arsenal teórico-metodológico da profissão nos anos de 1990 passou pelos projetos que disputam à direção do Serviço Social, naquele momento a direção social crítica consegue ocupar os campos representativos e firmar o horizonte prático-operativo e teórico-metodológico, construindo a feição da profissão para o mundo.

Nesse capítulo será apresentado os dados da última parte da pesquisa, a qual deteve-se a análise do caráter teórico-metodológico da Produção do Conhecimento do Serviço Social, na tentativa de responder o caminho que vem sendo realizado pela profissão, diante do atual cenário capitalista.

3.1 Os caminhos teórico-metodológicos da atual Produção do Conhecimento do Serviço Social brasileiro

A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra ad hominem, e demonstra ad hominem tão logo se torna radical. Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem. (MARX, 2010).

A natureza endógena do Serviço Social e a posição que a profissão passou a ocupar historicamente na sociedade capitalista instituiu o convívio de variadas teorias em seu interior, direcionando o seu aspecto político e prático.

O Positivismo, o Existencialismo, a Fenomenologia já foram correntes centrais na direção teórica e metodológica do Serviço Social. Atualmente, com a instituição do Projeto Ético Político, a Teoria Social Crítica Marxista passou a ser o referencial. No entanto, isso não indica a inexistência das demais correntes filosóficas no interior da profissão, pois isso seria contrário ao pluralismo preconizado pelo seu Código de Ética e as demais formulações que dão corpo ao seu projeto.

Em se tratando de pluralismo é importante trazer para o debate a discussão que se instala no Serviço Social, provocando armadilhas para a direção política da profissão, reanimando por vezes os estratos conservadores, com a utilização eclética que fortalece a vertente pós-moderna, na qual tudo é permitido.

Segundo Coutinho (1991) há duas dimensões para o Pluralismo, o de caráter social e político e aquele vinculado à Produção do Conhecimento, ao aspecto metodológico. Evidentemente, são dimensões que se relacionam e se expressam uma na outra, mas ocupam espaços diferentes.

Diante do objeto de estudo dessa pesquisa o pluralismo metodológico interessa em maior grau devido a sua forma de expressão, essencial para o entendimento da atual direção metodológica do Serviço Social.

O Pluralismo metodológico ganhou força mediante a crise das Ciências Sociais, expresso na repulsa ao marxismo. Para Tonet (2004) a defesa pela convivência plena das ideias envolve a “[...] problemática do conhecimento fundada na perspectiva da subjetividade e uma outra fundada na objetividade, de caráter histórico-ontológico”. (TONET, 2004, p. 01).

O atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, colocou em teste as categorias centrais de análise marxiana, como já supracitada anteriormente. A “destituição” da Categoria da totalidade tem justificado a fragmentação do conhecimento, como se a fragmentação excluísse a Totalidade, como sinaliza Tonet (2004).

A discussão que se forja a partir do pluralismo metodológico é de que: até que ponto essa aceitação entre métodos, não abre espaço para o ecletismo, ou relativismo?

Para Tonet (2004) trata-se de uma questão que envolve a construção do conhecimento a partir da análise do objetivo (perspectiva ontológica) ou a análise por meio do sujeito (perspectiva gnosiológica). Isto é: dá-se ênfase na subjetividade ao invés da objetividade, esquecendo de realizar a relação que advém do Trabalho para a construção do Ser Social.

O debate sobre o pluralismo dá abertura para as mais diversas concepções metodológicas em um contexto social e político de fragmentação da realidade, que passam a utilizar dos variados métodos para “complementar” a produção do conhecimento.

Claramente, Coutinho (1991) esclarece que o Pluralismo seria a abertura ao diferente, necessário para a construção do conhecimento e desvelamento da realidade, a partir de dimensões contrárias capazes de aflorar o debate. E é bem verdade, mas até que ponto o ecletismo não está transvestido como pluralismo para salvaguardar o repúdio a direção crítica, camuflando a disputa de projetos societários? Uma vez que a defesa pelo pluralismo é realizada, inclusive, por aqueles que teoricamente teriam argumentos para se colocarem ao contrário, no campo do método.

Tonet (2004) atenta para um consenso entre marxistas e não marxistas sobre a diversidade metodológica, explicita no período de crise global, na qual a teoria social Marxista foi ameaçada pelos argumentos de que não seria mais capaz ou suficiente para contribuir com o desvelamento da realidade.

É importante atentar para a interferência da Produção do Conhecimento na construção social, pois ela representa as mais variadas interpretações da realidade social e, por isso, tem caráter político, distante da neutralidade, representando interesses que nem sempre são coletivos, mais individuais. Daí a justificativa pelo Pluralismo metodológico seria essencial para aqueles que pertencem a uma determinada corrente filosófica contrária ao seu “grupo”, pois serviria como um respaldo legal para justificar a sua escolha e mesmo assim se manter pertencente naquele espaço do conhecimento.

No Serviço Social, o Pluralismo tem sido uma discussão firmada com a construção do seu Projeto Ético Político, mesmo com a instituição de um método como direção teórico-prática da profissão, que é o marxismo. Ora, estaria a defesa do Serviço Social pelo Pluralismo apenas sobre o caráter político, de convívio das

ideias, para o enriquecimento do debate? Ou estaria o Serviço Social convencido de que o marxismo por si só não daria conta de compreender a realidade e por isso, seria necessário a intervenção dos mais variados métodos?

Para Netto (2011) o ecletismo encontra-se na medula óssea do Serviço Social. Seria o ecletismo sinônimo de pluralismo metodológico? Para Tonet (2004) sim, pois a discussão do debate de ideias plurais estaria na dimensão política do pluralismo e o ecletismo na dimensão metodológica.

É cabível e necessário a formulação de pensamentos contrários para que haja o enriquecimento do debate e a negação da realidade, mas é repudiável o retalho metodológico utilizado para a compreensão das problemáticas sociais que se colocam no movimento do real. Uma coisa é a defesa pelo confronto de ideias, a garantia e o respeito pela diversificação das correntes filosóficas existentes na profissão, outra coisa, é a mistura de métodos divergentes que diante de um mesmo objeto utilizam Marx, Habermas, Dejours, Foucault, dentre outros.

Diante da própria natureza do Serviço Social, pelo sistema de saber que se vincula e pela sua função social nesta sociedade, o ecletismo é presente em suas formulações, de modo que, atualmente, o pluralismo metodológico tem justificado a escolha contrária ao marxismo e/ou a sua fusão indiscriminada, ficando secundária a direção política e metodológica instituída pelas entidades representativas da profissão em determinados segmentos profissionais.

É preciso esclarecer que não se trata de defender o marxismo como um dogma, mas de afirmar que o método em Marx continua contribuindo para a compreensão da realidade social, afastando a concepção de que o método estaria ultrapassado e incapaz de dar respostas as problemáticas sociais. Trata-se de comungar com a tese de que as expressões da “questão social” continuam sendo o objeto de trabalho do Serviço Social, compreensível pelas categorias do Trabalho, História, Totalidade e Mediação, fundamentadas na velha, mas atual contradição capitalista.

O caráter teórico-metodológico da produção do Conhecimento do Serviço Social foi analisado por essa pesquisa, sendo examinadas vinte e duas dissertações, vinculadas treze Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, com eixo na Categoria Trabalho. Foram analisados o tipo de pesquisa, o método utilizado, as categorias de análise e o referencial autoral.

O caráter metodológico pressupõe a forma de fazer pesquisa, desde tipo e a abordagem da pesquisa até o método, constitui-se como o caminho para se chegar ao objeto. O objeto extraído da realidade é levado ao nível da consciência para em seguida retornar à realidade enquanto concreto pensando. A investigação não basta explicar o objeto, mas construir mediações capazes de proporcionar a transformação da realidade.

Para se aproximar da realidade é necessário traçar um caminho. A metodologia é a forma como se dará o caminho, o método, por sua vez, é o direcionamento do caminho.

Ao Serviço Social resta à dura tarefa de desvelar a realidade por meio da direção do materialismo histórico dialético. Trato como uma dura tarefa devido à própria natureza da profissão, a qual se coloca, historicamente, no enfrentamento da “questão social”, em uma contradição própria que é a de manter sua atuação prático-metodológica em consonância com o método em Marx, sendo administrada pelo Estado.

O resultado da pesquisa, que será exposto, apresentará um demonstrativo da produção metodológica do Serviço Social. No que tange ao Tipo de Pesquisa, avaliou que a maioria se constitui como pesquisa de campo. Entre as pesquisas há um único trabalho que é realizado por meio do estudo de caso.

Como podemos observar na tabela que segui:

Tabela 02 - Tipos de Pesquisa presente nas Dissertações do Serviço Social, Brasil, 2015.

Tipo	N	%
Pesquisa de campo	19	86,5%
Pesquisa documental	01	4,5%
Pesquisa Bibliográfica	01	4,5%
Estudo de caso	01	4,5%
Total	22	100%

Fonte: Elaboração Própria, 2018.

A análise dos dados acima permite afirmar que a investigação sobre a Categoria Trabalho tem buscado ir a lócus para aproximar-se da realidade social. A

Pesquisa de campo permite o diálogo direto com as múltiplas frações da realidade, envolvendo objeto e sujeito em uma mesma dinâmica.

Para o marxismo, enquanto aporte metodológico do Serviço Social, a Pesquisa de Campo é de fundamental importância, por permitir que o sujeito esteja em contato direto com o objeto. Do mesmo modo importa a pesquisa bibliográfica, que mesmo não indo a campo, consegue extrair do construto teórico já existente os subsídios necessários para contribuir com a análise do real, possibilitando, inclusive, o cruzamento de ideias para a construção do novo.

A sociedade capitalista está ainda mais complexa, o seu atual estágio exige o teor teleológico capaz de capturar as entrelinhas do que se apresenta como realidade, no campo da aparência. Envolve a análise dos elementos que se apresentam como novos, mas que estão vinculados à velha contradição, uma vez que a história se repete devido à natureza da sociedade de classes.

É necessário um adendo: a pesquisa bibliográfica se faz presente em todas as Dissertações, enquanto fundamento teórico. No entanto, há estudos que trabalham especificamente por meio da Revisão Literária, com a pesquisa bibliográfica. Percebe-se também a existência da co-relação entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, na qual a segunda objetiva a análise de documentos, que se constitui por meio de Leis, Normas, Diretrizes, entre outros.

Dentre os Tipos de Pesquisa chamou atenção a pesquisa realizada por meio de um estudo de caso. O estudo de caso ocorre quando o pesquisador se situa sobre um determinado fenômeno de modo isolado e utiliza o singular para explicar o todo. Pela perspectiva marxista o singular é a realidade como se apresenta, ou seja, são frações do todo, submisso ao véu da aparência, necessitando da análise da particularidade, por meio da categoria da mediação, para se chegar ao todo. De modo, que o particular não explica o todo, sendo apenas uma fração para se atingir a essência.

A partir desse pressuposto, estaria o estudo de caso fora da perspectiva metodológica marxista, mas não da análise do Serviço Social, garantida através do Pluralismo. O que não pode haver é a utilização do Estudo de Caso, enquanto percurso metodológico do materialismo histórico dialético, como encontrado na dissertação, pois se configura como ecletismo.

Para Sposati (2007) a forma como o Serviço Social apropria-se da pesquisa e do método em Marx, faz como que a profissão cai em duas armadilhas centrais: 1º O predomínio da centralidade do método, deixando a metodologia como secundária e, 2º a forma banalizada dos atributos necessários para o desempenho qualitativo.

O caráter do materialismo histórico dialético ocasiona os mais variados debates sobre a utilização do percurso metodológico. Associa-se a utilização dos elementos metodológicos como sendo próprio do Positivismo, repudiando a utilização de dados quantitativos, a utilização das hipóteses e de algumas formas de analisar os dados.

Decerto, a utilização de alguns métodos é inviável na perspectiva do marxismo, porém, isso não indica a não utilização da metodologia, basta lembrar que o próprio Marx seguiu um percurso metodológico, partilhava de um pressuposto, o qual foi afirmado através dos dados qualitativos e quantitativos em sua pesquisa.

No tocante a abordagem presente nas Dissertações, 36,6% correspondem à pesquisa com recurso qualitativo, seguida pela utilização mista quanti-quali, que corresponde a 22,7% das Dissertações. Para melhor compreensão segue abaixo:

Tabela 03 - Abordagem das Pesquisas nas Dissertações do Serviço Social, Brasil, 2015.

<i>Tipo</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
<i>Abordagem Qualitativa</i>	08	36,3%
<i>Não especifica a abordagem</i>	07	31,8%
<i>Abordagem mista Qualit-Quali</i>	05	22, 7%
<i>Abordagem Quantitativa</i>	02	9,09%
<i>Total</i>	22	100%

Fonte: Elaboração Própria, 2018.

Comprovando a tese de Sposati (2007) sobre a secundarização do caráter metodológico da pesquisa no Serviço Social, constatou-se que 31,8% das pesquisas não descrevem o tipo de abordagem que utilizou para a apresentação da pesquisa,

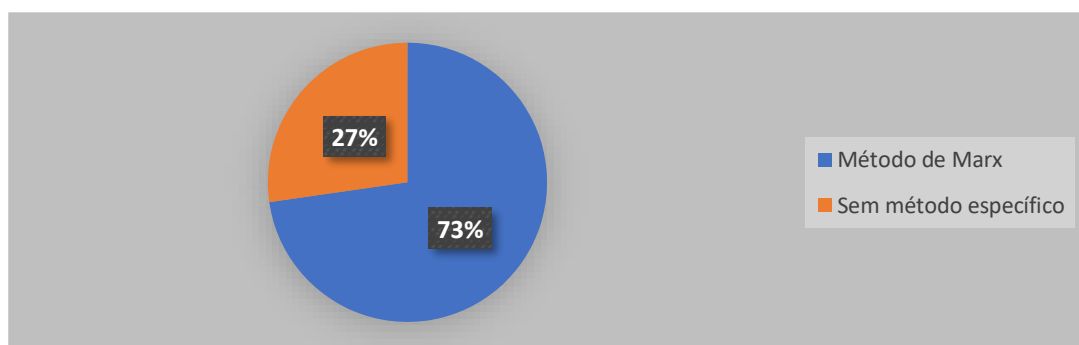
o que deve ser desenvolvido no resumo, na introdução e/ou no capítulo específico sobre a metodologia, caso haja.

Em relação ao caráter substancial na utilização da abordagem quantitativa e qualitativa comunga-se com Prates, (2012, p. 117): “A expressão do real se manifesta e se constitui por elementos quantitativos e qualitativos [...]”. Ainda mais:

Se, por um lado, nos preocupamos como a transformação do real e, destaque-se, esta é uma questão central na proposta de Marx, a visibilidade ao movimento, sua apreensão integral e propostas para incidir no real precisam ser viáveis, contemplar processos e resultados, argumentos que se pautem em dados quantitativos e qualitativos. (PRATES, 2012, p. 117-118).

A compressão metodológica perpassa a escolha do método. O método diz o caminho que deve ser traçado, levando as escolhas que serão realizadas para se chegar ao objeto. Quanto ao método de análise, diante da direção metodológica do Serviço Social, 72, 72 % das Dissertações afirmam utilizar o método em Marx e 27,27% não especificam a escolha do método, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 01: *Incidência do Método utilizado nas Dissertações, Brasil, 2015.*



Fonte: Elaboração Própria, 2018.

É importante destacar que a afirmativa da utilização do método não indica o seu cumprimento, a sua fidelidade, a sua utilização de modo real. Retornamos para a discussão do ecletismo ou pluralismo metodológico. Dizer que se utiliza do método em Marx exige um rigor metodológico, que recusa a baralhada de métodos.

A escolha do método a partir da perspectiva marxista requer a utilização de categorias centrais, o Totalidade, a Mediação e a Contradição. Demanda uma

análise que compreenda a totalidade para se chegar às múltiplas frações do objeto de estudo.

O caminho metodológico deixado por Marx revolucionou a sua época. Os seus estudos, materializados, especificamente, na sua principal obra “O Capital”, apresenta uma visão sobre a sociedade inédita e opositora ao que já havia sido escrito. Marx parte do trabalho, enquanto categoria central, para explicar a contradição que se funda com a sociedade capitalista. Para isso, ele buscou a compreensão da produção material, na qual os sujeitos sociais são os únicos produtores, “Toda e qualquer produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no quadro e por intermédio de uma forma de sociedade determinada”. (MARX, 2016, p. 231).

A compreensão do objeto é realizada como processo, em constante mudança. O caráter histórico permite o entendimento desse processo como questionável pelo homem, que não realiza a modificação do objeto e a sua por meio de um plano conceitual, cognitivo, mas por meio do concreto, da realidade dada, ultrapassando a aparência, aproximando-se da essência.

Emblematicamente, Marx não discutiu sobre seu método em nenhum dos seus escritos, mas a lógica em que construiu sua tese sobre a sociedade capitalista, constitui-se como ponto de partida para o desvelamento da realidade até os dias de hoje.

Nas teses escritas a Feuerbach, Marx (1999, p. 03) argumenta:

O defeito fundamental de todo materialismo anterior – inclusive o de Feuerbach – está em que só concebe o objeto, a realidade, o ato sensorial, sob a forma do objeto ou da percepção, mas não como atividade sensorial humana, como prática, não de modo subjetivo.

O objeto é extraído do concreto, elevado ao abstrato, devolvido na forma de concreto pensado, envolvendo a práxis humana. O método em Marx não exige apenas a compreensão do objeto, mas a sua transformação, dentro do exercício da atividade humana, que é a capacidade de desvelar a realidade e transforma-la.

Após a sua morte seu legado foi seguido por diversos intelectuais que não transformaram a sua análise, mas contribuíram com as formulações sobre as relações sociais capitalistas, dando seguimento ao entendimento dos novos

elementos que se apresentaram ao longo da história e do desenvolvimento da sociedade burguesa.

O seguimento dado ao legado marxiano, nomeada como corrente filosófica marxista, pode justificar a utilização das mais variadas nomenclaturas para fazer jus a utilização do materialismo histórico dialético. Nessa pesquisa foram encontrados 07 tipos de nomenclatura que leva a crer a utilização do método em Marx.

Apesar de ser utilizando como sinônimos para explicar a escolha metodológica em Marx, a forma conceitual guarda alguns detalhes que são imprescindíveis para análise.

Para melhor apreensão, segue quadro abaixo:

QUADRO 5: *Nomenclatura da utilização do Método em Marx nas Dissertações, Brasil, 2015.*

❖ **Materialismo Histórico Dialético.**

❖ **Método Crítico Dialético.**

❖ **Método Marxista.**

❖ **Teoria Social de Marx**

❖ **Teoria Social Crítica, marxista.**

❖ **Teoria Marxista.**

❖ **Perspectiva Dialética**

Fonte: Elaboração Própria, 2018.

É importante salientar que a dialética antecede às elaborações teóricas elaboradas por Marx, foi utilizada como método do diálogo na Grécia Antiga. Marx se apropria da dialética Hegeliana e se contrapõe, reorientando a dialética, colocando-a de “cabeça para baixo”. Dessa forma, a utilização do método como “Perspectiva Dialética” dá margem para as elaborações metodológicas de Aristóteles, Hegel e todos aqueles teóricos que partilham do método dialético, sem a análise do material e da história. Como afirma o próprio Marx (1983, p. 27):

[...] meu método dialético não só se diferencia do hegeliano, mas também é seu oposto direto (direktes Gegenteil). Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito

autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem.

Do mesmo modo, é a utilização dos termos “Método Crítico Dialético” e “Teoria Social Crítica Marxista”. Crítico pode ser qualquer método que se contraponha a uma verdade dada. A criticidade não pertence, exclusivamente, ao método em Marx, há vertentes do pensamento pós-moderno, por exemplo, que realizam a crítica ao sistema capitalista, “os pós-modernos de contestação”, mas nem por isso coagulam com o método em Marx. Além disso, mesmo a teoria pertencendo, indissociavelmente ao método, ela não é o método em si. A teoria é o composto das elaborações, que no materialismo histórico dialético é o conjunto das obras marxiana e marxista, o método é a lógica, a forma de apreensão da realidade a partir de categorias centrais. É a própria forma de exposição e os instrumentos utilizados no decorrer do caminho.

O materialismo histórico dialético seria, então, a utilização mais fiel do método em Marx, pois envolvem elementos fundamentais expressos na lógica metodológica deixada nas concepções marxianas. São elementos que se pertencem um ao outro, apresentando o rompimento da análise do real pelo mundo das ideias, para o mundo material, histórico e dialético.

A apropriação do método em Marx pelo Serviço Social ocorrida no processo de “intenção de ruptura”, como já descrito no primeiro capítulo, se deu de forma enviesada, o que justifica as atuais problemáticas envolvendo a utilização do método pela profissão.

Os esclarecimentos de algumas particularidades na nomenclatura do método utilizado pela categoria dos assistentes sociais podem parecer desnecessários, mas faz levantar questionamentos essenciais, que não serão respondidos por essa pesquisa, mas que são importantes de serem realizados, uma vez que indicam ou podem indicar os caminhos ou descaminhos realizados pela profissão. Esses questionamentos envolvem a seguinte indagação: a afirmação pela utilização do método em Marx seria uma escolha ancorada na interpretação da sua capacidade interpretativa da realidade? Ou estaria ligada a pura e simples vinculação dos organismos representativos dessa categoria ao marxismo? Os assistentes sociais que estão distantes do ciclo acadêmico conseguem compreender o método e

realizar a sua materialização por meio da práxis? Qual é a compreensão dos assistentes sociais sobre o materialismo histórico dialético?

Esses questionamentos levantam um ponto crucial para a pesquisa: a pós-graduação seria um local privilegiado de acesso aos profissionais do Serviço Social e por isso se apresentaria fiel ao direcionamento político, teórico e metodológico da profissão, fazendo jus a utilização do método em Marx? Se essa é uma afirmação verdadeira, podemos julgar que os rescaldos do avanço conservador da profissão ultrapassaram a dimensão prático-operativa, chegando a dimensão teórico-metodológica, pelo número de Dissertações que não identificou a escolha metodológica ou o fez de modo enviesada?

Certamente, a pós-graduação é um espaço privilegiado, não só para o Serviço Social, mas para as demais profissões como um todo. O que não é aceitável é a separação das dimensões que compõem o Serviço Social. Para ser fiel ao método, a dimensão teórico-metodológica reflete a materialização prático-operativa, que sem dúvida, pelo atual contexto capitalista, vem sofrendo inflexões que coloca o projeto profissional à prova.

A incidência da recusa ao método em Marx no Serviço Social está presente nas correntes filosóficas que convivem no interior da profissão e que ganham mais forças nos períodos de acessão da dominação burguesa. Além das próprias Dissertações que não fizeram referência a nenhum método, é preciso ter atenção para aquelas que afirmaram a sua utilização, mas não seguiram a lógica do materialismo histórico dialético, caindo no ecletismo metodológico, o que pode ser justificado pela interpretação de que o método em Marx não daria mais conta de compreender a realidade e/ou seria insuficiente ou pelo simples desconhecimento do método, que tende a se ampliar diante do sucateamento do Ensino Superior e a expansão das Universidade privadas, na modalidade à distância.

As categorias de análises das respectivas Dissertações permitem a expansão da análise e interpretação da atual Produção do Conhecimento do Serviço Social, estando a Categoria Trabalho no foco da discussão. Elas representam o nível de abstração do conhecimento produzido e revelam a compreensão sobre o objeto de estudo, que no caso das específicas Dissertações, tratam do Trabalho.

É preciso enfatizar que Categorias de análise se distinguem de conceitos. Os conceitos são as aspirações cotidianas, subjetivas, pertencentes ao pensamento dos

indivíduos. As Categorias são abstrações extraídas da realidade e elevada à consciência, como afirma Cantalice (2013, p. 195):

Por serem essencialmente históricas, as categorias possuem uma estrutura objetiva e constituem na articulação interna dos fenômenos. Essa característica as torna entidades não fixas, eternas e imutáveis, são transitórias e encontram sentido e inteligibilidade no marco da sociedade da qual são a expressão. São objetivas e reais, porém abstraídas pelo pensamento para serem reproduzidas teoricamente, assim, demonstrando também a sua flexibilidade.

É perceptível a confusão realizada entre o que é Conceito e o que é Categoria de análise, nas Dissertações analisadas. A Categoria Trabalho, na sua maioria, apresenta-se como objeto e como Categoria, mas, além do trabalho, foram destacadas como Categorias de análise: **Emancipação, Estado, Ética, Precarização, Exploração, Gênero, Questão Social, Educação e Crise.**

Apresentam-se como Categorias, mas que na verdade são Conceitos: **Conformismo, Resistência, Território, Identidade, Saúde do Trabalhador, Sofrimento Mental, Vulnerabilidade Social, Trabalho em Rede, Ergonomia do Trabalho, Envelhecimento, Gestão em Saúde, Campo e Núcleo de Saberes e Práticas, Utopia da Eficiência, Modos de Vida e Família.**

As categorias de análise são utilizadas para desvelar o objeto de estudo. Não devem ser confundidas com as Categorias pertencentes ao método, que são: a Totalidade, Mediação e Contradição.

A presença de alguns conceitos utilizados como Categorias de análises diante do estudo da Categoria Trabalho, preocupa pela vinculação contrária ao método em Marx, o qual apresentou grande incidência nas Dissertações investigadas. Há, claramente, um viés conservador pós-moderno nas “Categorias” de análise evidenciadas nas Dissertações pesquisadas. Alguns conceitos que são utilizados como Categorias representam de modo direto a utilização de correntes filosóficas que ganharam espaço na apreensão sobre a Categoria Trabalho a partir da crise de 1970.

Representam a análise do objeto pelo meio subjetivo, centrado na pessoa, na identidade do sujeito, desconsiderando a Categoria da Totalidade, prescrita no

materialismo histórico dialético. Revela a análise do Trabalho a partir de concepções de mundo que destituem o caráter ontológico.

Para uma compreensão melhor do debate que envolve a incidência do Pensamento Pós-Moderno na Produção do Conhecimento do Serviço Social sobre a Categoria Trabalho, segue quadro abaixo, contextualizando as categorias de análises e o método utilizando:

QUADRO 6: *Distribuição das Dissertações por Categorias/Conceitos, Brasil, 2015.*

DISSERTAÇÕES	CATEGORIAS DE ANÁLISES	MÉTODO
Dissertação 01	Políticas Sociais, Trabalho do Assistente Social, Relações de Trabalho e Serviço Social.	Não especifica
Dissertação 02	Trabalho Social, Emancipação, Conformismo, Resistência, Território e Identidade.	Dialético-Crítico
Dissertação 03	Trabalho, Seguridade Social, Saúde do Trabalhador,	Materialismo Histórico Dialético
Dissertação 04	Ética, Trabalho e Serviço Social.	Não especifica
Dissertação 05	Trabalho e Política Social.	Não especifica
Dissertação 06	Trabalho, Educação.	Histórico dialética
Dissertação 07	Trabalho, Educação e Saúde mental.	Materialismo Histórico Dialético
Dissertação 08	Cotidiano, Vulnerabilidade e riscos sociais, Controle Social, Trabalho em rede e Assistência social.	Teoria Social crítica, marxismo.
Dissertação 09	Trabalho, Precarização, Estado e Exploração.	Método marxista
Dissertação 10	Trabalho, Estado e Envelhecimento.	Crítico dialético
Dissertação 11	Trabalho e Precarização.	Crítico dialético
Dissertação 12	Trabalho, Precarização e Gênero.	Não especificado
Dissertação 13	Ergonomia do Trabalho, Meio Ambiente e Trabalho.	Teoria marxista
Dissertação 14	Política de Saúde, Gestão em Saúde, Campo e Núcleo de Saberes e Práticas, Identidade profissional, Cotidiano e Processo de Trabalho.	Não especifica
Dissertação 15	Assédio, Trabalho, Serviço Social e Questão Social.	Materialismo Histórico Dialético
Dissertação 16	Utopia da eficiência, Privatização e Precarização	Perspectiva dialética
Dissertação 17	Trabalho, Precarização e Exploração.	Materialismo Histórico Dialético
Dissertação 18	Proteção Social e Trabalho.	Método Dialético
Dissertação 19	Velhice, Proteção Social e Política de	Método Dialético

	Assistência Social.	
Dissertação 20	Modos de vida, Trabalho e Família.	Não específica
Dissertação 21	Trabalho e Serviço Social.	Teoria Social de Marx
Dissertação 22	Crise, Trabalho e Serviço Social.	Marxista histórico Dialético

Fonte: Elaboração própria, 2018.

As Dissertações **02, 07, 08, 13, 14, 15 e 20** chamam atenção pelas “Categorias de análises” que discutem a Categoria Trabalho. Das 07 Dissertações que apresentam inflexões a partir das “Categorias de análises”, três pertencem ao Eixo de “Política Social e Trabalho”, duas ao Eixo de “Processo de Trabalho” e duas ao Eixo “Trabalho e Serviço Social”. Apenas duas não mencionam o método utilizado, sendo as outras cinco vinculadas ao método em Marx.

Diante do exposto, se pode afirmar que a presença dessas “Categorias de análises” aponta para uma análise do Trabalho que desclassifica os sujeitos – enquanto sujeitos históricos – dando lugar ao protagonismo de vida, baseado nas representações sociais. É possível perceber a forte presença das correntes ancoradas na Psicologia, por meio da Psicodinâmica do Trabalho, a Psicopatologia do Trabalho e Ergonomia, trabalhando os conceitos de adoecimento, pertencimento de grupo, entre outros.

A análise que se ancora nos “modos de vida”, se aproximam apenas da aparência dos problemas sociais e estão relacionadas às concepções que propagam o “Fim do Trabalho”, partindo da existência de uma nova dinâmica societária, na qual a realidade é dada como se apresenta.

Como pode ser visualizado nas citações extraídas das Dissertações investigadas:

A participação pressupõe a autonomia como condições necessária para que um sujeito possa participar de algo em que acredite e seja protagonismo em suas ações. A autonomia é obtida quando se adquire a capacidade de ser um sujeito histórico, que sabe ler e reinterpretar o mundo; quando se possibilita ao sujeito participar de fato, compreender e se expressar por conta própria”. (**Dissertação 02** p. 82).

Considerando que a identidade está relacionada à história de vida dos sujeitos e à forma como os mesmos fazem uso do território onde vivem e situando que, neste estudo, o debate sobre o caráter emancipatório do trabalho social [...] (**Dissertação 02**, p. 91).

A identidade marca as dimensões da individualidade, bem como da coletividade, visto que remete a uma noção de “identidade pessoal” e “identidade social”. É dentro desta “identidade social”, que a categoria estabelece mediações sobre a profissão, um agrupamento de pessoas que mantém uma multiplicidade de fazeres identificados e específicos. (**Dissertação 14**, p. 29).

Identidade, Protagonismo, Modo de vida, Pertencimento de grupo, dentre outros, são todos conceitos apropriados pelo pensamento pós-moderno e utilizados na destituição da totalidade social, propiciando a desrazão material, dialética e histórica. Para a pós-modernidade vivencia-se a compressão espaço-tempo, sobre o olhar subjetivo da superficialidade, considerando os elementos que se apresentam no âmbito particular da coisa, ou seja, a coisa é a coisa em si, e não a determinação fracional de uma totalidade. Vejam:

As ideias não podem ser explicadas somente a partir da economia, das atuais relações de produções, etc.; é necessário levar em consideração “maneiras de pensar” e costumes transmitidos e criados em cada sujeito pelo poder da educação, pelas ideologias e por toda a superestrutura social. As contradições entre estas – elaboradas por indivíduos integrantes de outras classes sociais ou usufruído de outras condições e oriundos de outras épocas – e o meio presente estão, precisamente, na origem da consciência ludibriada e “infeliz”. (**Dissertação 07**, p. 68).

Barreto (2013), nas suas análises e pesquisas, consta que a biologia humana se altera quando somos submetidos ao medo, à vergonha, à humilhação, à culpa, à tristeza, à raiva, dentre outras emoções e tristes sentimentos. Assim, o contexto social excludente, dominador e explorador o qual aflige a classe trabalhadora intensificam e prolongam as dores, físicas e mentais. (**Dissertação 15**, p. 117).

Como referencial teórico para a incidência do pensamento pós-moderno é perceptível a presença de autores como Christophe Dejours, Henri Lefebvre, Le Gillant, Seligmann-Silva, Yves Clot, Gorz, Bauman, Michel Certeau, Claus Off, entre outros. Ao exposto, pode-se afirmar a forte presença da Psicologia do Trabalho e os intelectuais que advogam pelo “Fim do Trabalho”.

Será exposto, a seguir, uma análise que dialoga com o referencial teórico utilizado nas Dissertações, apresentando as inflexões do pensamento pós-moderno, contextualizando a atual configuração da Produção do Conhecimento, diante do cenário que constitui a sociedade capitalista madura.

3.2 Marxismo, (neo)liberalismo e a pós-modernidade no Serviço Social: a Categoria Trabalho em questão

[...] tornou histórica e socialmente relevante para os assistentes sociais construir uma auto-imagem que cortasse o seu exercício sócio-profissional com as suas protoformas, intervenções assistencialistas, assistemáticas e filantrópicas. (NETTO, 2011)

Várias correntes perpassaram o Serviço Social ao longo da história, como visto anteriormente. Diversas interpretações de mundo influenciaram a atuação política e prática dos assistentes sociais no decorrer do desenvolvimento da profissão. É possível afirmar que apenas uma corrente filosófica dita o percurso metodológico da profissão contemporaneamente?

A dialética ensina que para algo existir não precisa que algo deixe de existir. O método em Marx, ensina ainda, que a sociedade é formada por processos sociais e históricos, determinados pelas ações humanas, dentro de uma lógica societária.

Assim, é possível e notória a convivência de correntes filosóficas no interior do Serviço Social, as quais dependeram dos processos sociais e históricos para florescer. São correntes filosóficas que se materializam a partir das dimensões do Serviço Social e disputam a direção política da profissão.

A inserção do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho aproximou a profissão das correntes filosóficas de cunho liberal, que caminharam junto ao conservadorismo inerente à categoria. O período de luta política, de reabertura democrática brasileira possibilitou a aproximação com o marxismo e a formação do Projeto Ético Político profissional. Não é de se estranhar que o atual contexto de reestruturação capitalista, que aprofunda o caráter ideológico, traga à tona os projetos em disputa no Serviço Social, ancorados nos velhos dilemas, sobre a atual forma ideológica do capitalismo, pela via da pós-modernidade.

São inúmeros intelectuais que dão base metodologicamente e teoricamente ao Serviço Social contemporâneo. O marxismo vem resistindo, por continuar sendo o método direcionado pelos órgãos políticos representativos da profissão e por ter ganhado novos intelectuais que vem interpretando as expressões da “questão social”, por meio de Categorias marxianas de análise. No entanto, é perceptível a

presença das correntes contrária ao marxismo, que têm se fortalecido diante do atual contexto ideológico e político.

O (neo)liberalismo vem ganhando força, com as concepções dentro da profissão que defendem “Mais Mises, menos Marx”, capitaneado pelo grupo “Serviço Social Libertário”. É importante que se diga que não se trata de uma inserção abstrata, mas uma expressão da realidade, que vivencia uma guinada à direita, louvando o (neo)liberalismo econômico.

Na particularidade brasileira, temos uma intensificação pela direção do (neo) liberalismo, a partir do golpe de governo, que retirou o Partido dos Trabalhadores do pleito, deixando a privatização, a terceirização e a desregulamentação do trabalho como pauta central.

A pós-modernidade por sua vez é algo que flutua no Serviço Social, divergindo opiniões e camuflando concepções de mundo, sendo utilizado, na maioria das vezes, para amenizar a escolha pela posição teórica. Acontece que a maioria dos autores que advogam a favor da pós-modernidade se dizem marxistas ou advém do marxismo e utilizam do argumento de que os escritos marxianos estão ultrapassados, para difundir a sua compreensão de mundo, que ideologicamente contribui com o lado burguês na luta de classe, como exposto no segundo capítulo desse estudo.

A partir da compreensão explícita nessa pesquisa, de que a Categoria Trabalho continua sendo a centralidade da vida humana e imprescindível para a compreensão das expressões da “Questão Social”, será abordado, por meio, de dois eixos analíticos: a utilização do pensamento marxiano e marxista, bem como as interferências do (neo)liberalismo e da pós-modernidade, na Produção do Conhecimento do Serviço Social brasileiro sobre a Categoria Trabalho.

Os eixos de análise referem-se à incidência autoral encontrada nas elaborações teóricas das Dissertações, que compõem a última parte da pesquisa, e sobre uma análise sucinta do referencial que sustenta as concepções do “Serviço Social Libertário”, compreendendo os elementos internos e externos, a partir dos processos sociais e históricos que possam futuramente transcender ao Serviço Social.

A análise autoral foi realizada de acordo com os autores mais citados nas Dissertações investigadas, lembrando que o estudo analisou, especialmente, o referencial que aborda a discussão sobre a Categoria Trabalho.

Como pode ser visualizado:

Quadro 7: *Frequência de Ocorrências dos principais autores referenciados nas bibliografias das Dissertações de Mestrado sobre a Categoria Trabalho. Brasil, 2015.*

Corrente marxiana/marxista N=22 ³⁴			Incidência Pós-moderna ³⁵ N=22		
Autores	N	%	Autores	N	%
Marx	20	90,9%	Dejours	04	18,18%
		62,5			
Antunes	17	77,27%	Seligman-Silva	04	18,18%
Giovane	12	54,54%	Gorz	02	9, 09%
Lessa	09	40,90%	Bauman	02	9,09%
Braga	05	22, 72%	Le Guillant	01	4,5%

Fonte: Elaboração Própria, 2018.

Como se pode ver, os estudos sobre a Categoria Trabalho no Serviço Social apresentam – diante da abordagem realizada por esse estudo – autores que interpretam as questões ligadas ao Trabalho por meio do método em Marx, sendo os seus próprios escritos o referencial de destaque e, aqueles que apresentam uma outra concepção sobre a Categoria Trabalho e os problemas que lhe envolve, os quais respaldam o pensamento pós-moderno, por destituir a Teoria do Valor-Trabalho deixada por Marx, realizando uma análise superficial e imediatista.

Todo construto teórico marxiano e marxista parte da Categoria Trabalho, como fundamento ontológico do ser social. É pela sua capacidade de transformação da natureza que o Trabalho é capturado na sociedade capitalista, sendo a sua exploração o meio lucrativo para produzir e reproduzir a lógica necessária para a manutenção da ordem vigente.

³⁴ Corresponde as 22 Dissertações investigadas na segunda parte da pesquisa.

³⁵ Trata-se de incidência por não considerar o pensamento pós-moderno como corrente teórica.

O Trabalho passa a ser, então, uma mercadoria, com um sentido peculiar: a mercadoria força de trabalho é a única mercadoria que durante o processo de trabalho – e, valorização desse trabalho – gera mais valor, melhor seja, ela cria um valor superior ao que é necessário para determinar o valor que lhe é pago. Esse valor, criado pela especificidade da mercadoria força de trabalho, refere-se ao excedente econômico, trabalho não pago; chamado de mais-valor ou mais-valia. Nas palavras de Marx (2013, p. 293).

O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador trabalha além dos limites do trabalho necessário, custa-lhe, de certo, trabalho, dispêndio de força de trabalho, porém não cria valor algum para o próprio trabalhador. Ele gera mais-valor, que para o capitalista, tem todo o charme de uma criação a partir do nada. A essa parte da jornada de trabalho denomino tempo de trabalho excedente, e ao trabalho nela despendido denomino mais-trabalho.

O desenvolvimento das forças produtivas, do ato teleológico dos sujeitos sociais fez com que a sociedade se expande como um todo, em todas as suas dimensões, chegando ao estágio mais avançado no âmbito societário, que é a sociedade capitalista.

A sociedade capitalista passa a determinar a Categoria Trabalho. Ideologicamente apropria-se do Trabalho e extrai seu lucro para continuar se reproduzindo enquanto sociedade dominante. Como sinaliza Marx, nos “Manuscritos Econômicos Filosóficos”:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder de extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta uma proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalhador não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (MARX, 2008 p. 80).

O Trabalho na sociedade capitalista tem seu caráter alienado, estranhado aos sujeitos sociais que não se reconhecem no produto que produzem. Desse modo, a difícil tarefa da tradição marxista é desvelar a essência da sociedade burguesa e recuperar o caráter ontológico do trabalho, o qual é capaz de transformar a sociedade e pôr fim a contradição que se funda de modo inerente na produção de riquezas sociais.

Ao passo que o capitalismo avança em seus estágios de desenvolvimento aprofunda-se seu caráter alienante, reproduzido pela sua ideologia que se materializa por meio das correntes filosóficas de dominação, que podem ser visualizadas através dos sistemas de comunicações, pela produção do conhecimento, pela cultura, entre outros.

A atual fase do desenvolvimento do capitalismo, pós-crise estrutural de 1970, a qual capitaneou um processo de reestruturação política, econômica, social e ideológica, notou-se um aprofundamento da ofensiva burguesa, que dê longe significa o seu fim, como postula a Tese do Mészáros (2009).

Vivencia-se uma fase de desenvolvimento tecnológico avançado, em um grau acentuado da mercadologização, que adentra as relações sociais, como nunca antes visto. Alguns conceitos e Categorias centrais na análise marxiana parecem desaparecer da totalidade. O coletivo é cada vez mais individual e a realidade parece estar dada no imediato. O conhecimento, a comunicação, parecem ser centrais, ocupando o lugar da Categoria Trabalho na produção capitalista. Estaria o Trabalho morto, tanto em seu sentido alienado, quanto em seu caráter ontológico?

Ricardo Antunes, Giovane Alves³⁶, Sérgio Lessa e Ruy Braga são todos autores contemporâneos marxistas que interpretam a realidade a partir do materialismo histórico-dialético, dando contribuições as atuais interpretações do estágio burguês. Evidentemente, não são autores homônimos, mas têm em comum as contribuições deixadas à tradição marxista, com as sucessivas aproximações com a realidade, na defesa pelo caráter ontológico da Categoria Trabalho.

O Serviço Social se aproxima desses autores por meio do marxismo. Apesar de todos terem aproximação direta com os Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, apenas um deles, Sérgio Lessa, tem formação em Serviço Social, ministrando aulas na Pós-Graduação da Federal de Alagoas.

No outro lado da moeda, tem-se os intelectuais que interpretaram as transformações societárias iniciada em 1970 de modo contrário a análise marxista, alimentando por vezes a concepção de que as transformações societárias decretaram o fim do Trabalho.

³⁶ Em minha concepção Giovane Alves é o que mais se difere entre os autores, sobretudo, sobre suas últimas análises que enveredadas sobre as “narrativas pessoais de vida e trabalho”, em seu estudo mais recente sobre os impactos da precariedade do trabalho para os Idosos.

Segundo Braga (1996) os autores que advogam pelo fim do trabalho, como o faz Gorz, associam a crise do capital à crise do trabalho, pelas alterações técnicas de produção, que levariam ao desnecessário estudo da Categoria Trabalho. No caso específico de Dejours, o qual está na incidência dos autores mais utilizados nas Dissertações investigadas, o trabalho não teria chegado ao seu fim, não em seu sentido alienante, mas sim em seu sentido ontológico.

Compreender esse processo é de suma importância para o entendimento das matrizes filosóficas que vêm discutindo a Categoria Trabalho contemporaneamente, pela via não marxista. As transformações societárias fizeram emergir duas discussões centrais, que deságuam no mesmo curso, que sustentam o Pós-moderno. Referem-se aos pensadores que analisam o atual contexto e decretam a morte alienante e ontológica do Trabalho, em uma discussão que envolve a relação entre Trabalho vivo e Trabalho morte realizada de modo sucinto no capítulo 02 e, aqueles que analisam a realidade a partir do aprofundamento da contradição capitalista e decretam o fim do trabalho ontológico e assumem um nexos entre o Trabalho e o Sofrimento, como faz a Psicopatologia do Trabalho.

A Psicopatologia do Trabalho se detém ao estudo do desenvolvimento de doenças psíquicas no trabalho, por meio de várias abordagens científicas. Uma das abordagens científicas da Psicopatologia do Trabalho é a Psicodinâmica que tem como precursor Cristophe Dejours, com a sua principal obra “A loucura do Trabalho”, escrita em 1987. Soma-se a esta discussão, Le Guilland, o qual apoiou-se em correntes de inspiração marxista, elaborando sua teoria sobre os impactos do trabalho no psiquismo humano, baseado na “Psicologia Concreta”, formulada por Georges Politzer. (LIMA, 1998).

Não é a primeira vez que a Psicologia adentra a profissão e direciona as formulações teóricas e metodológicas da Produção do Conhecimento. A Psicologia chega, novamente, ao Serviço Social, no processo de renovação, por meio do Funcionalismo e da Fenomenologia, com as concepções de “ajustamento social”, da “ajuda psicossocial” que analisam a realidade a partir da perspectiva do indivíduo. (NETTO, 2011a). A forma interpretativa da realidade por meio da Psicologia determina, inclusive, as formas de enfrentamento das expressões da “questão social”, o que é apontado por Netto (2011b, p.40) como sendo característica própria da fase monopolista do capitalismo.

[...] a incidência deste, agora, com a recitação que sofre na idade do monopólio, surge sobre uma forma inédita: aparece não mais como a reiterada proclamação das possibilidades da vontade individual, tão adequada ao perfil de uma ordem econômica e social dinamizada por iniciativas de sujeitos empreendedores, mas especialmente com o privilégio das instâncias psicológicas na existência social.

A Psicologia, enquanto ciência, busca na irracionalidade a explicação da realidade, em uma perspectiva individualista do ser social, que trabalha com o subjetivo, em uma lógica de adequação do sujeito à sociedade. A pós-modernidade apropria-se do viés psicologizante para disseminar o individualismo como característica da sociedade atual.

Dejours (2004) analisou os reflexos da reestruturação produtiva do capitalismo e apontou a organização do trabalho como responsável pelo sofrimento. A forma como o trabalho estaria organizado não supria os desejos pessoais, causando a frustração e, assim, o sofrimento.

O Trabalho é analisado por meio do domínio individual, da relação de gênero, pelo meio político e por meio do conhecimento. O Trabalho é visto como central para o desenvolvimento da identidade, como capaz de superar a desigualdade existente na relação de gênero e na dimensão política da sociedade, permitindo o desenvolvimento do conhecimento.

A centralidade do trabalho estaria na visão de Dejours (2004) ligado a construção da identidade. Em entrevista concedida em 2001, Dejours afirma:

[...] o trabalho pode ser um poderoso mediador da construção da identidade. Em particular, quando a realização de si mesmo no campo erótico – no amor – é post em xeque. À medida em que a identidade constitui a base da saúde mental (toda crise psicopatológica é centrada por uma crise de identidade), podemos dar-nos conta de como o trabalho pode constituir uma segunda oportunidade de construirmos nosso equilíbrio psíquico e a nossa saúde mental. (Entrevista concedida a Cardoso, 2001³⁷).

Não há como afirmar que Dejour seria um escritor pós-moderno, até por que as inalações pós-modernas não gozam de teoria própria. Apesar de trabalhar com a Categoria Trabalho, o que é traço pertinente da Modernidade, Dejour minimiza categorias centrais para os paradigmas da modernidade e acaba por respaldar a

³⁷ Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982001000200007.

afirmativa de que as transformações societárias inauguraram um novo tipo de sociedade. A sua análise limita-se ao trabalho pelo trabalho, como se todo processo de exploração, precarização, reduzir-se a forma simbólica do sofrimento e da concorrência entre os sujeitos, que se digladiam em busca da realização pessoal.

Decerto, a sua compreensão tem sentido. Vivemos ou não em uma sociedade adoecida, com os números alarmantes de suicídio, em decorrência do fatigante emprego? Teria o trabalho implicações no processo de adoecimento? Evidentemente, a resposta é positiva. No entanto, não é a forma organizativa do trabalho que gera o sofrimento, o adoecimento, mas a forma lucrativa, que tem na alienação do trabalho à inerência da contradição capitalista. Se o seu pressuposto fosse verdadeiro, bastava mudar a forma de organização do trabalho, na sociedade capitalista, tornando-o mais “humano”, que as sequelas sociais seriam solucionadas. Todavia, a totalidade da sociedade capitalista não se finda na coisa em si. A centralidade que o Trabalho ocupa, o seu caráter alienado, é determinado por complexos menores que são elimináveis sem a eliminação da contradição central, que não se trata da forma organizativa, mas da forma acumulativa da riqueza social.

Na mesma direção se encontra as análises realizadas por Edith Seligmann-Silva, relacionando o Trabalho com a questão do adoecimento mental. A sua principal obra é “Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo”, bastante utilizada nas Dissertações investigadas.

A abordagem desses autores ocorre de modo sucinto, uma vez que a análise das suas obras não era o objetivo central do estudo. Percebe-se que a utilização dos escritos referência as Dissertações que têm por temática Serviço Social e Política Social, com uma certa atenção para o trato relacionado com a questão do Trabalho e o adoecimento mental. Houve um cuidado em analisar se a utilização desses autores se deu a partir de uma leitura crítica dos escritos ou se foi utilizado para justificar os argumentos e hipóteses predispostas nos estudos.

Constatou-se a análise marxiana da Categoria Trabalho em conjunto com as elaborações teóricas de Dejours, Seligmann Silva e Le Guilant, em um processo claro que demonstra o ecletismo dessas produções, que não abandonam o referencial marxista, mas que em determinadas temáticas recorrem a autores contrários ao método.

Como se pode visualizar, em extratos das Dissertações:

Outro importante pesquisador da questão do trabalho e saúde é o psicanalista francês Christophe Dejours, que propõe o estudo da Psicopatologia e psicodinâmica do trabalho considerando os processos psíquicos a partir do confronto do sujeito com a realidade do trabalho: a subjetividade, anteriormente constituída, dentro do mundo /do trabalho. (Dissertação 07, p. 69).

Dejours trouxe esta discussão em uma interessante perspectiva, que aborda a taylorização do processo de trabalho, que se caracteriza como um processo rígido, que se apropria do saber específico do trabalhador e unifica em uma massa mecanizada, mas os divide e os isola, criando um “paradoxo do sistema que dilui as diferenças, cria o anonimato e o intercâmbio enquanto individualiza os homens frente ao sofrimento” (DEJOURS, 1992, p. 39) (Dissertação 03, p. 82).

Seligmann Silva (2011, p. 18), pesquisadora da Saúde Mental relacionada ao trabalho (SRMT), afirma que as novas formas de articulação entre capital e Trabalho aumentam o sofrimento social dos trabalhadores [...]. Dessa forma, juntamos nossos esforços em desvendar a trama social que engendra o adoecimento mental, fruto da dinâmica da dominação pelo trabalho [...] (Dissertação 07, p. 60).

Para Dejours (1995), o assédio moral sempre existiu; no entanto, pondera que o que se modificaram foram os laços de solidariedade entre as pessoas diante da violência que, nos dias atuais, são difíceis de serem encontrados. As pessoas dissociam a sua percepção do sofrimento alheio, do sentimento de indignação para assumir uma postura de “resignação”, isto é, de paciência e tolerância com a dor e com as agressões vivenciadas pelo outro (Dejours, 2005). (Dissertação 15, p. 137).

Entre os autores contrários à tradição marxista, presente nas Dissertações, há que citar a presença de André Gorz e Zygmunt Bauman.

Tanto Gorz como Bauman foram vinculados à tradição marxista, tendo o Bauman participado do Partido Comunista na Polônia. No entanto, seus escritos contemporâneos mostram a desvinculação com a tradição, por meio de uma nítida “desilusão” com a direção crítica da esquerda.

Dentre os autores que se encontram no quadro de análise, presente nas Dissertações investigadas, Bauman e Gorz são os que discutem a existência de um novo tipo de sociedade de modo claro. Evidenciam que as transformações ocasionadas a partir de 1970 romperam com o Paradigma da Modernidade e que, assim, não se vivencia mais a contradição ancorada na exploração do trabalho alienado.

O objeto de análise do Bauman se difere do objeto de análise do Gorz. Bauman analisou as relações sociais, postulando a liquidez, a destituição da totalidade pela fragmentação da realidade. Gorz, por sua vez, tem por objeto o

Trabalho, para ser mais específica, o fim do trabalho. A diferença metodológica não exige do alicerce dado ao pensamento pós-moderno, por instituir veementemente uma nova sociedade, em uma leitura superficial da sociedade, que elimina o caráter ontológico existente para além do capital.

Gorz interessa de modo especial, por ter a Categoria Trabalho como objeto e por ser precursor da tese que advoga o fim do trabalho. Apesar da presença de sua análise ser incipiente nas Dissertações investigadas, é importante ter atenção para a discussão que ele realiza, por atingir, diretamente, o caráter ontológico do Trabalho, o que, concomitantemente, destitui o construto marxista. É por meio dessa discussão também que se alicerça as teorias que colocam a comunicação e a ciência como centrais na sociedade que chamam de Pós-Moderna.

Essa discussão foi iniciada no capítulo II e seu retorno se faz necessário para delinear os argumentos que envolvem a constituição de uma nova sociedade, na qual o trabalho não é central, nem mesmo existiria. Na sua principal obra “Adeus ao proletariado: para além do socialismo”, Gorz realiza a debate entre a liberdade do tempo e a abolição do trabalho. A sua concepção parte do pressuposto de que as mudanças societárias determinaram o fim do trabalho, pelo fato de que o avanço da tecnologia teria substituído o trabalho vivo, o tornando desnecessário, instituindo o seguinte dilema: ou a instituição da sociedade do desemprego ou a instauração da sociedade do tempo liberado.

Sua obra apresenta um visível desencantamento da luta da classe, o que pode ser justificada pelos acontecimentos que retratam a “Crise do Socialismo”. Ao destituir o Trabalho, Gorz (1982) acaba arruinando as categorias críticas secundárias, exposta a realidade social.

Na realidade, a tomada de consciência não se realizou como o previsto. À exceção de certas camadas proletárias e de período bem delimitados, o proletariado não se percebeu e não se percebe como agente soberano de livre criação de riquezas. A contradição entre sua submissão à esfera da necessidade e o fato de que essa esfera já esteja transcendida pela gratuidade (a não-necessidade, a não-utilidade) das riquezas produzidas, essa contradição não é percebida tão amplamente quanto o deveria ser teoricamente. (GORZ, 1982, p. 58).

A sua concepção de trabalho, trata tão somente de relacionar trabalho com emprego, como sinônimos, o que justifica a defesa de sua tese, pelo fim do trabalho,

uma vez que houve uma redução do trabalho concreto, a partir da ampliação tecnológica. Para ele, a resolutividade dos problemas que passam a assolar a sociedade está na construção da sociedade do tempo liberado, uma vez que, a luta de classe é impossível, como solução para os problemas em torno do mundo do trabalho.

Diante do processo de crise o capitalismo tem a necessidade de criar novas estratégias que deem conta de solucionar e retomar a normalidade do seu ciclo lucrativo. O modelo acumulativo fordista em sua plenitude é substituído pela acumulação flexível, o qual passa demandar um trabalhador cada vez mais submisso ideologicamente, uma vez que esta é uma das principais características deste período, o forte aparato ideológico do capital. A classe trabalhadora neste momento ficou ainda mais vetada sob o domínio do conhecimento sócio técnico, pois a partir daí o maquinário assumiu diversas funções, regulando não tão somente a forma de produzir, como ditando o ritmo da produção, expropriando ainda mais o trabalhador de seu contato com a mercadoria, amplificando, assim, o processo de fetichização da mercadoria.

É bem verdade que as transformações societárias trouxeram inflexões para o modelo acumulativo do capital, no entanto, ainda se vive sobre a lógica contraditória, na qual o trabalho é explorado, alienado. A riqueza continua sendo produzida socialmente pelos trabalhadores e sendo concentrada nas mãos de poucos burgueses.

A certeza é que os reflexos do processo de organização capitalista emergem em um aprofundamento do aparelho ideológico da burguesia, com um retorno do liberalismo, em sua forma neoliberal, conjunta com o conservadorismo de ordem pós-moderna.

A nova forma organizativa do capitalismo, especificamente, após o período de liderança da esquerda, nos países latino americano tem apresentado uma fase severa de liderança dos organismos políticos da dita direita. No Brasil, o atual período constitui-se como de total recessão democrática, com implicação direta para a classe trabalhadora, que precisa assegurar os direitos conquistados, em um contexto de retrocesso político, social e cultural.

Evidentemente, as Dissertações investigadas por esse estudo não pertencem ao atual momento político, mas sim a um período de transição, que já era indicado

nas análises de conjuntura. Todavia, a relação entre esses processos históricos é necessária para constituir um cenário de tendências para o Serviço Social, na qual a Produção do Conhecimento, enquanto dimensão teórico-metodológica, tem papel fundante.

O segundo eixo de análise trata das discussões relacionadas às concepções neo(liberais) no Serviço Social, as quais não se expressam de modo contundente nas Dissertações investigadas, mas que diante da atual ameaça global, serão explanadas nessa pesquisa, atentando para a relação entre as concepções neo(liberais) e a pós-modernidade, o lugar onde tudo pode, menos o marxismo.

A reoxigenação do conservadorismo e do (neo)liberalismo na sociedade, diante da atual fase capitalista, tornou latente a disputa de projetos antagônicos existentes na profissão. Não é algo inédito, mas, sem dúvida, é algo que ganha força por que o chão histórico é propício.

Chama atenção o grupo intitulado “Serviço Social libertário”, que nasce em 2016 e se apresenta como defensor e propagador das ideias liberais. Como fruto do grupo é publicado em 2017 o texto do Professor Edson Marques de Oliveira, intitulado “23 Teses pela reforma do Serviço Social Brasileiro”.

O objetivo central do texto é o questionamento do atual posicionamento teórico-metodológico do Serviço Social, que é visto como dogmático e não condicente com a realidade prática da profissão. O grupo tem como principal referencial os estudos de Mises e o retorno às bases filosóficas do Serviço Social, com Mary Richmond, com cunho funcionalista e fenomenológico, com as contribuições de Richard Sennett.

O entendimento do (neo)liberalismo pelo grupo, parte das concepções elaboradas por Mises (2010, 35), que diz que liberalismo:

[...] é uma doutrina inteiramente voltada para a conduta dos homens neste mundo. Em última análise, a nada visa se não o progresso do bem-estar material exterior do homem e não se refere as necessidades interiores, espiritual e metafísicas. Não promete felicidade e contentamento aos homens, mas, tão somente, a maior satisfação possível de todos os desejos suscitados pelas coisas e pelo mundo exterior.

O trabalho no liberalismo é visto como atividade que gera lucro, em seu sentido puramente dado. O mercado é o responsável por organizar a forma de

exploração do trabalho, a qual deve ser livre e prezar pelo desenvolvimento econômico da sociedade. O (neo)liberalismo, engloba os novos aspectos societário, próprios do desenvolvimento das forças produtivas, mas preserva as concepções presentes na raiz do liberalismo clássico, que trata de instituir a mínima participação do Estado, o qual deve intervir apenas para exercer o papel protecionista do mercado. A propriedade privada é a defesa central do liberalismo, com a concentração nas mãos daqueles que se “esforçam” para conquistar um lugar na sociedade.

Como afirma Lessa (2006, p. 10):

Para os pensadores liberais, portanto, a “natureza humana” impulsionaria a história. E, para eles, como esta natureza determina a história, ela não poderia ser construída pela história; pelo contrário, ela devia ser anterior à própria história. E, sendo anterior à história, não poderia ela ser modificada pelos homens – ela seria o limite máximo de desenvolvimento humano.

O liberalismo extermina, desse modo, a Teoria do Valor-Trabalho, na defesa do caráter subjetivo, voltando a questão da percepção do indivíduo como determinante do valor, o que acaba por desresponsabilizar o modo acumulativo pela exploração, uma vez que a prosperidade dependeria do desenvolvimento de cada um.

Não é de se estranhar que o liberalismo dê subsídios para o pensamento pós-moderno. Liberalismo e conservadorismo compõem a forma da ideologia burguesa. A pós-modernidade, como pertencente a essa ideologia, relaciona-se com o liberalismo e o conservadorismo, sobre novas determinações, próprias do atual momento burguês.

A materialização do (neo)liberalismo, do conservadorismo e conjuntamente, da pós-modernidade, no Serviço Social é prevista pelos escritos do professor Edson Marques. Seu principal texto tem como principal expoente, Richard Sennett, que é um dos sociólogos mais conhecidos na atualidade, pelos seus escritos urbanos, ancorados na história e na psicologia Social.

As “23 Teses pela Renovação do Serviço Social” têm subsidiado as discussões do Grupo “Serviço Social libertário”. Ambos questionam o direcionamento teórico e metodológico do Serviço Social, em um movimento global,

que prega “Mais Mises, menos Marx”. A teoria social marxista encontra-se no alvo das discussões, afirmando o seu sepultamento, diante da realidade conjuntural do avanço tecnológico.

As teses questionam a atuação do Serviço Social e afirmam a existência de um hiato entre Teoria e Prática, que seria firmado pelo direcionamento marxista. Para seus defensores a atual realidade institui novas demandas sociais, pelas quais os assistentes sociais não estão preparados para intervir devido a sua formação dogmática.

É claramente um projeto que pensa o Serviço Social sob as novas determinações societárias, de modo dado, sem realizar as mediações necessárias para a compreensão crítica da realidade. Diante do cariz conservador, realiza o regate das velhas práticas do Serviço Social, das bases históricas da profissão, que são repudiadas pela atual direção do Projeto Ético Político.

A direção crítica do Serviço Social não nega o fato de que as transformações sociais, oriundas da atual fase capitalista, têm inflexionado o campo profissional dos assistentes sociais, demandado um novo perfil profissional, com campo de atuação ainda mais dinâmico e contraditório, que exige a autenticidade da categoria para garantir a efetividade do seu Projeto, ao mesmo tempo em que atua sobre um cenário de avanço das ideias conservadoras e fascista, sobre a lógica (neo)liberal de minimização do aparelho de Estado e aniquilamento dos Direitos Sociais.

Destarte, são necessários alguns questionamentos: o tem feito o Serviço Social, enquanto profissão e área do conhecimento, para assegurar a manutenção do Projeto Ético Político profissional? Quais são as formas e estratégias de enfrentamento do atual cenário?

A Produção do Conhecimento reflete uma realidade, que ultrapassa o campo das ideias. Quando feita pelo materialismo histórico dialético, deve ancorar-se no real concreto, extrapolando a aparência, aproximando-se, sucessivamente, da realidade em sua essência. Não é o certo ou o errado, é o movimento do real que deve ser interpretado. É nesse direcionamento que precisamos pensar o Serviço Social, em todas as suas dimensões, teórico-metodológico, prático-operativo e ético-político.

3.3 As armadilhas da realidade e a necessária resistência do Serviço Social: a Categoria Trabalho como direção

A disputa sobre a realidade ou não realidade do pensamento isolado da práxis – é um questão puramente escolástica. (Marx & Engles, 1986, p.12).

A atualidade do Serviço Social revela o movimento histórico de luta da profissão, pelo seu reconhecimento prático-operativo, teórico-metodológico e ético-político em sociedade. Os órgãos que representam a profissão, nacionalmente e regionalmente vêm travando lutas importantes, trabalhando temáticas indispensáveis para o exercício do Serviço Social. No entanto, a profissão vivencia uma realidade que é inerente a sua formação e essa inerência é a mesma que aprisiona a sociedade como um todo.

Essa realidade advém do atual movimento político instituído mundialmente e nacionalmente, com o avanço dos partidos da direita, de ordem ideológica conservadora e econômica liberal.

No caso brasileiro, o projeto econômico e ideológico da burguesia agrava-se por meio de um golpe de Estado, orquestrado pela classe dominante do país, que necessita aprofundar a lógica (neo)liberal, pondo fim ao “pacto” de concessão entre as classes.

Existem diversas teorias e caminhos que leva a compreender, pelo menos no campo da aparência, as determinações dos fatos que são presenciados na contemporaneidade do Brasil, que vêm refletir no mundo do trabalho e, concomitantemente, no Serviço Social. Entretanto, compartilhamos da compreensão do Boito Júnior (2016, p. 32-33), quando afirma que: “O enfoque teórico que entendemos ser o mais elucidativo é o enfoque marxista. Ele não parte nem dos indivíduos nem das correntes de opinião, mas sim das classes sociais”.

Os elementos vivenciados pelo Brasil correspondem à arquitetada manobra do capital, de reedificar, a amplificação do mercado, em detrimento dos direitos da classe trabalhadora. Ou seja, a “aliança” instaurada entre os Governos do Partido dos Trabalhadores com a classe trabalhadora não se sustentou, diante do fortalecimento do projeto neoliberal à nível global, que expandiu e postulou sobre os discurso do fim das “regalias”.

Com todas as problemáticas que envolvem os Governos do PT, não há como negar que houve muitos avanços para a classe trabalhadora e que mesmo com o giro para a direita, houve o reconhecimento da classe subalterna, o que proporcionou a reeleição da Presidenta Dilma em 2014 no segundo turno, somando mais uma derrota para a burguesia.

O segundo mandato de Dilma, inconcluso, foi permeado por cobranças da burguesia pela instauração do ajuste fiscal, que tratava de medidas antipopulares, a exemplo da Reforma trabalhista que culminaria/culminou, diretamente, sobre uma desastrosa destituição dos direitos trabalhista.

Deste modo, tornou-se insustentável governar, fazendo a interseção entre as duas classes antagônicas, tentando conciliar o inconciliável, diante da insatisfação de ambas as partes. Assim, inicia-se um processo ilegítimo de petição de impeachment resguardado no discurso da corrupção, por “pedaladas fiscais”.

O processo de impeachment na sua aparência foi sustentado pelos escândalos de corrupção que envolvia o Partido dos Trabalhadores, aliado a problemas de governança apontados pelos partidos de direita. Na verdade, na essência do processo estava contida a urgência da direita pela tomada de poder, a fim de acionar a (contra) reforma fiscal e aprofundar o projeto neoliberal. Além disso, pela política populista dos Governos do PT, havia-se o temor de mais uma derrota democrática em 2018 da direita, que por mais de dez anos teve que conviver com o reconhecimento mínimo dos direitos da classe trabalhadora.

É preciso salientar que diante das particularidades brasileiras, historicamente, democracia é algo frágil e advém da formação de uma burguesia nacional dependente dos países desenvolvidos.

Com o Golpe instaura-se a farsa da limpeza da corrupção brasileira, sobre um forte discurso moralizador, materializado nas das ideias que defendem a volta dos militares, com o seu maior protagonista, o brasileiro Jair Bolsonaro. Além disso, vivencia-se hoje a intervenção militar no Rio de Janeiro, como expressão máxima do período sombrio, que se revela para a sociedade através do primeiro crime político da Renovada Ditadura brasileira, a execução, o assassinato da Vereadora do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Marielle Franco.

A atual conjuntura, de aprofundamento do projeto capitalista, de mundialização, por meio do capitalismo financeiro, que tem no projeto econômico

(neo)liberal a sua materialização, tem inflexionado sobre medida o Serviço Social. A previsão apontada por Netto na entrada dos anos 90 é concretizada com alguns pontos de elevação e tende a se agravar ainda mais.

Desse modo, é preciso pensar o Serviço Social a partir do atual contexto, apontando as inflexões para a profissão e quais são as estratégias. É preciso pensar o papel da pesquisa, no sentido da devolutiva do concreto pensado, que se expressa na práxis, na ação, no direcionamento que deve ser dado, enquanto caminho histórico construído pelo coletivo, que nesse sentido, trata-se do coletivo de assistentes sociais, se reconhecendo como pertencentes a classe trabalhadora.

A pretensão é apresentar uma análise geral que dará suporte para o entendimento do momento conclusivo que chega essa pesquisa, elencando tendências para o Serviço Social, que só o percurso histórico será capaz de responder.

A principal indagação, que foi fundamental para os questionamentos da pesquisa em si, é: Como se constitui o Serviço Social contemporaneamente? A partir disso pode-se perguntar: Como está a Produção do Conhecimento do Serviço Social? Há inflexões da pós-modernidade? A Categoria Trabalho é importante? Como ocorre a utilização do método direcionado pelo Projeto Ético Político da profissão?

São questionamentos realizados na pesquisa e que são esclarecidos no decorrer da apresentação do estudo. Por hora, resta a tarefa de realizar o caminho de volta e expor uma síntese propositiva, na qual se espera que a pesquisa tenha contribuído.

As inflexões da reestruturação produtiva do capitalismo trouxeram implicações direta para o Serviço Social, disso não resta dúvida. Vivencia-se hoje um novo cenário, mediado pela velha lógica do capitalismo.

Netto, na quadra dos anos 90 escrevia sobre tendências que estavam no percurso histórico do Serviço Social. Tratou sobretudo, das demandas institucionais do novo cenário que se desenhava, com implicações na legitimidade da profissão e na manutenção da sua direção crítica.

A profissão é posta à prova, justamente, no marco em que se expande seu arsenal teórico-metodológico e político. O processo formativo é colocado em xeque, pelas novas configurações que se coloca para a educação pública brasileira. De um

lado temos o direcionamento representativo da profissão, na figura da ABEPSS, formulando Diretrizes ancoradas no método, com uma composição formativa sócio-histórico, de viés político, não neutro, e, de outro as diretrizes preconizadas pelo Ministério da Educação que passam a valorizar ainda mais a formação para o mercado de trabalho, desprezando qualquer instrução política pertencente ao campo crítico. Alia-se, ainda, a ação de expansão do Ensino Superior, capitaneada pelos governos petistas, importante, mais repleta de complicações, direcionadas pelo REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais).

A expansão do Ensino Superior não foi acompanhada de uma qualificação do Ensino Básico, ocasionando um hiato entre as duas fases de ensino, o que provocou um rebaixamento, já previsto por Netto, do nível de conhecimento. A amplificação do projeto ideológico burguês, de esvaziamento do campo cultural e artístico, emerso na alienação, faz parte também desse processo, de ilusória concepção da realidade contemporânea.

Ao Serviço Social, acarretou o crescimento do Ensino Privado, que vem se destacando com o Ensino a Distância, as EADs. Recentemente houve efervescência em torno dos cursos de extensão, que vinham certificando assistentes sociais, sem a menor preocupação com a formação que direciona os organismos representativos da categoria.

Temos, assim, uma problemática que envolve dois elementos centrais, com respaldo em todas as dimensões que formam o Serviço Social. A formação em Serviço Social hoje enfrenta uma Educação Superior Pública sucateada e uma Educação Superior Privada, sem nenhuma preocupação com as normativas instituídas pelo conjunto CFESS, CRESS e ABEPSS, refletindo no Serviço Social como profissão e área do conhecimento.

O espaço sócio-ocupacional por sua vez, que é o campo de materialização do conhecimento do Serviço Social, espelha todo processo das lacunas da formação, que se unem a um panorama desafiador que vai além da própria contradição em que é instituída a profissão, sendo o Estado o seu empregador. Os espaços de trabalho do Serviço Social não estão imunes da precarização do trabalho, que tendem a se agravar com a Reforma Trabalhista.

As previsões feitas por Netto são hoje ainda mais devastadoras. Exige-se do profissional do Serviço Social ainda mais autenticidade nas respostas às

problemáticas que se agravam pelo o atual caráter da sociedade capitalista, especialmente, pelo atual momento histórico que vivencia o Brasil.

Mesmo que aparentemente, o país vivenciava a expansão de alguns Direitos Sociais que eram preconizados através das Políticas Públicas, até 2016. A proposta já aprovada da PEC 241/55 ataca diretamente a Seguridade Social do nosso país, de modo, que o Serviço Social e demais profissões passam a enfrentar uma compressão nos investimentos sociais, que por vezes, impossibilita o desenvolvimento de um trabalho condizente com a realidade.

O projeto em curso é claro e é preciso entendê-lo como um projeto de classe, como o projeto da classe burguesa, que trata de instituir o lugar da classe trabalhadora, que sem dúvida é cada vez mais de explorada. Não há mais concessão, estão estabelecendo o ponto final em qualquer possibilidade democrática pela via das Políticas Sociais, em uma abertura ao mercado privado, pelo liberalismo em sua versão mais clássica.

Hoje se fala abertamente no retorno da Ditadura Militar, cresceu a defesa pelas ideias fascistas. A história “passada” parece nunca ter existido. A sociedade parece estar dividida entre aqueles que disseminam o ódio à esquerda e propagam o militarismo, o patriotismo, o liberalismo, o que no caso brasileiro, atualmente, tem sua expressão máxima de fúria contra o Partido dos Trabalhadores. Temos aqueles que se seguram ao lado da esquerda, na defesa pelos ideais democráticos, em uma perspectiva por dentro do Estado. E há, ainda, os que defendem a liberdade e a emancipação política, por meio do amor, da paz, da união, que tem mais ações no campo da emoção do que no campo da realidade concreta.

Essa polarização tem interferência no Serviço Social, pois fragiliza a luta de classe, alimentando o projeto ideológico e material da burguesia. Nesse ponto, exige uma discussão que não é nova na profissão, mas que se faz pertinente até hoje. Trata-se da vinculação do Serviço Social junto aos movimentos sociais, que envolve as formas de resistência instituídas por esse conjunto profissional, respeitando os limites da profissão, partilhando da afirmativa de Netto, no CBAS de 2016 de que: “Não somos o sal da Terra³⁸”.

³⁸ Palestra proferida no 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), na mesa intitulada “Superexploração do trabalho, destruição dos direitos e a organização da classe trabalhadora”

A afirmativa polêmica de Netto é coerente diante do messianismo que paira no Serviço Social, mas não significa que a profissão nada tenha a fazer para enfrentar a atual ofensiva capitalista.

Atualmente, a frente organizada do Serviço Social se restringe aos organismos representativos da profissão. O CFESS e a ABEPSS enquanto instâncias nacionais têm travado lutas importantes contra a atual lógica societária, na defesa constante pela manutenção do Projeto Ético Político do Serviço Social.

A ABEPSS vem travando lutas no campo da formação, com o Projeto ABEPSS itinerante e as Oficinas Regionais e Nacionais, que pautam estratégias de enfrentamento ao sucateamento do ensino público em detrimento do ensino privado. O CFESS por sua vez, além de exercer o caráter fiscalizador da formação e atuação do Serviço Social, publica orientações, através do “CFESS Manifesta”.

Ambos produzem manifestos, organizam eventos provocativos e reflexivos, no interior da categoria profissional. No entanto, é preciso estar atento para as inflexões da nova lógica capitalista, da qual o Serviço Social não está protegido apenas pelo seu direcionamento crítico, ético e político. Deste modo é notório inclinações próprias dos atuais movimentos sociais, que tendem fragmentar a luta de classe, em nome de lutas específicas, singular às concepções do pensamento pós-moderno.

Percebe-se a utilização de pautas secundárias, que são importantes, mas que precisam estar articuladas com a luta geral da classe trabalhadora. Não há dúvida quanto ao objetivo dos organismos representativos, não há dúvida de que essas discussões estão sendo realizadas sem perder a centralidade da problemática capitalista. O que preocupa é o entendimento dos profissionais, que se encontram imerso em um emaranhado social fragilizado, precarizado, destituído dos aspectos políticos e éticos. Será que as campanhas realizadas pelo CFESS e ABEPSS são compreendidas pela massa populacional dos assistentes sociais? Ou se restringem as discussões academicistas que sequer transpassam o muro das universidades? Que impacto tem a forma crítica adotada pelos organismos representativos do Serviço Social para a luta de classe?

São reflexos que não têm intuito de reprovar o papel imprescindível dos órgãos representativos da categoria, mas que objetiva esclarecer lacunas existentes que precisam ser sanadas para que a profissão possa garantir a direção crítica,

condizente com a realidade social, diminuindo o hiato existente entre aqueles que pensam e os que executam dentro do Serviço Social.

No ensaio mais recente de Netto, “Para uma história nova do Serviço Social no Brasil”, publicado em 2016 em uma coletânea organizada por Maria Liduína de Oliveira e Silva, o autor traz a seguinte problemática:

[...] o crescimento quantitativo dos estudos localizados/particulares é exponencialmente maior que os ensaios de totalização histórica; se, apesar do crescimento dos estudos localizados/particulares nos anos mais recentes, muito haja a fazer no seu âmbito, *há ainda muitíssimo mais por fazer no âmbito da história inclusiva do Serviço Social no país*. [...] está se configurando entre nós *um preocupante quadro de hipertrofia de estudos localizados/particulares e de atrofia das abordagens históricas abrangentes e macroscópicas*. (NETTO, 2016, p. 55 grifos do autor).

Esta problemática é utilizada para tratar sobre a necessidade de pensar a história do Serviço Social diante do atual contexto de desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira e acaba chamando a atenção para as demais problemáticas que envolvem a profissão e suas mediações com a realidade social, questionando o entendimento da profissão sobre os problemas sociais, em uma perspectiva macrosocietária.

Questiona-se, diante das transformações societárias, se o Serviço Social ainda compreende a pobreza, a desigualdade social, e todas as expressões da “questão social”, pelo prisma da contradição existente entre a forma acumulativa do capitalismo, na qual o Trabalho é explorado. Ou, se seria o entendimento da profissão pela via particular, singular, que acaba por recuperar traços inerentes da formação conservadora do Serviço Social, que desvincula os problemas sociais da sociedade capitalista.

A própria dinâmica societária leva à compreensão da realidade de modo fragmentado, volátil. A rapidez cotidiana mediada pelo avanço tecnológico tem levado a destituição, na aparência, das relações entre os homens, que aprofunda a relação entre as coisas, desfazendo o ser pelo ter. As transformações societárias contemporâneas elevam a contradição capitalista para seu ápice, todas as características desmiuçadas por Marx em seu método, tratam de ser aprofundadas, em uma mistificação da realidade, em que torna a classe trabalhadora ainda mais heterogeneizada.

No que confere ao Serviço Social, é notória a sua resistência, mas é inegável as suas limitações em uma conjuntura que chama atenção pelo seu arsenal conservador, midiático de ordem (neo)liberal, que faz os assistentes sociais encontrar o seu limite como profissão.

Por isso, uma das formas de enfrentamento das atuais expressões capitalista, trata-se da relação com a luta geral da classe trabalhadora, na qual o Trabalho é Categoria central eliminável. A Categoria Trabalho precisa estar presente de forma mais assídua na profissão, guiando a compreensão de mundo e operacionalizando os instrumentais prático-operativos.

A interlocução com novas temáticas, no interior do Serviço Social, deve ser precedida do entendimento de que “O trabalho é, e será sempre, um elemento cujo papel mediador é ineliminável da sociedade e, portanto, da sociabilidade humana”. (RANIERI, 2016, p. 112)

Foi através da compreensão das expressões da “questão social”, como sendo fruto da contradição capitalista que o Serviço Social conseguiu avançar e construir a sua imagem, consolidando-se enquanto profissão inserida na divisão sócio histórica do Trabalho, com um peso social do seu reconhecimento na luta social como classe trabalhadora.

Deste modo, recuperar a história do Serviço Social é também recuperar a ligação da profissão com a Categoria Trabalho, a fim de elevar as discussões que vêm sendo realizadas pelos profissionais, qualificando ainda mais a atuação prática e política no desenvolvimento da práxis social, assegurando a manutenção do Projeto Ético Político no enfrentamento das transformações contemporâneas.

O Serviço Social precisa estar atento às armadilhas que se coloca na realidade, ainda no campo aparente, traçando estratégias contundentes, conhecendo os limites institucionais de uma profissão que tem como seu maior empregador, o Estado.

O aprofundamento da lógica da sociedade capitalista, que adentra todos os espaços da sociedade, no campo objetivo e subjetivo, exige da profissão, especialmente, dos organismos representativos – por direcionar o contingente populacional de assistentes sociais – ações rápidas e práticas, que requerem conhecimento jurídico e político da categoria.

Elencam-se, assim, apontamentos estratégicos que não representam apenas uma síntese indicativa desse estudo, mas uma análise acumulativa conjuntural, que envolve a totalidade social e permitirá chegar a síntese conclusiva realizada na parte final da pesquisa.

Porquanto, penso que ao Serviço Social necessita de intervenção estratégica de cunho interno e externo, melhor dizendo, a profissão precisa arquitetar atos que venham contribuir com a transformação da realidade, para que assim, seja possível a materialização do que se prega nos princípios éticos e políticos do seu projeto. Trata-se de um movimento conjunto, de dentro para fora e de fora para dentro.

Assim sendo, é fundamental que o Serviço Social esteja sempre revisitando a sua história, não em sua gênese tradicional, conservadora, mas a sua história recente, de ruptura e luta. Para isso, a profissão deve estar presente nos movimentos sociais, traçando, primeiramente, combates no campo macro, na peleja por exemplo a oposição da Reforma Trabalhista, alinhando a luta geral da classe trabalhadora e, com ações específicas que venham garantir o direcionamento ideológico da profissão.

A profissão carece de estar atenta para os reflexos da nova configuração capitalista. É preciso atenção para a formação dos assistentes sociais, isto indica que o coletivo deve lutar pelo Ensino Público de um modo geral, afinal, a formação de qualidade capacita também os usuários do Serviço Social, que mais esclarecidos terão condições de reconhecer o seu lugar na luta de classe. Por essa razão, a Política de Educação é também um espaço de disputa do Serviço Social, a garantia de uma Universidade Pública, laica, ampla e diversa deve ser sim pauta desse coletivo profissional, de modo ainda mais acirrado.

A formação continuada deve soma-se a esse processo, que é pauta do CFESS, ABEPSS e CRESSs, sendo ampliada de forma que mais assistentes sociais possam participar e se apropriar das discussões contemporâneas que envolvem a profissão. Deixo registrado o meu repúdio aos processos formativos que privilegiam o academicismo e que na maioria das vezes não conseguem chegar à realidade profissional vivenciada pelos assistentes sociais. É preciso assegurar os espaços formativos já existentes e garantir a ampliação desses momentos, garantindo a qualidade teórico-metodológica crítica e propositiva, com a formação de grupos de estudos, adentrando os espaços sócios ocupacionais.

A pesquisa tem de estar presente no Serviço Social, como um instrumental importante para o conhecimento da realidade. Aos organismos representativos resta a tarefa de democratizar este espaço, formulando caminhos que ultrapassem a prática imediatista que chega na profissão cada vez mais, acelerando o cotidiano profissional.

A apreensão dos espaços sócio ocupacionais deve ser pauta constante, com atenção para a relação do Serviço Social com as demais profissões. Vivencia-se uma fase da interdisciplinaridade, multidisciplinariedade, transdisciplinaridade, que exige da profissão o conhecimento de suas atribuições e competências, somando esforços para desenvolver um trabalho que supere as ações pontuais e tenha resultados mais profundos na sociedade. É um remar contra a maré cotidiana, na tentativa de sucumbir o estranhamento da ação profissional, como bem sinaliza Silva (2013, p. 129 grifos do autor):

O problema está, objetivamente, não apenas na constatação dos limites que estão ontologicamente dados à profissão e ao profissional, *mas no enrijecimento, na destituição da potência crítica capaz de forcejar negativamente (criticamente) o imediatamente e positivamente dado*. É preciso destacar que a sociabilidade em curso não apenas engessa o profissional nas suas relações de trabalho assalariado-estranhado, mas também, simultaneamente, *endurece sua “alma crítica” (vista como desnecessária), retira dela as condições objetivas para que ele se qualifique mais profundamente, para além do imediatamente posto no cotidiano profissional, submetendo-o a uma esfera meramente operativa*.

Se o espaço de atuação do Serviço Social é por si só repleto de contradições, própria da sociedade capitalista, isso tenderá a se agravar com a Reforma Trabalhista, que flexibiliza mais e mais o trabalho, possibilitando, inclusive, com a aprovação da Lei da Terceirização, que o trabalho do assistente social, como as demais profissões, seja hoje contratado por terceiros, passando do Estado direto para o Setor Privado.

O dilema central do Serviço Social contemporaneamente é compreender que seu lugar na divisão sócio técnica do trabalho implica em limitações, que correspondem ao ser profissão. Contudo, essas limitações devem ser transvestidas em desafios, que ultrapassam a concepção de profissão e exigem do coletivo de assistentes sociais, formado por sujeitos sociais, a capacidade de construir a sua própria história. O Serviço Social precisa ser ainda mais contundente e aguerrido,

reforçando sempre que “Na luta de classes não há empates”³⁹, barrando a destituição dos Direitos Sociais e a lógica que insiste em sucumbir à realidade social em sua essência pela sua aparência, criando um hiato entre a abstração do método e sua concreticidade, fragilizando o processo organizativo da profissão.

³⁹ Mote utilizado no material de campanha do CFESS, referente a data alusiva do dia do Assistente Social, 2017.

APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

O Serviço Social não ficou imune a estas tendências mais gerais da ofensiva das classes dominantes e dos seus intelectuais que tentam socializar, a todo custo, seus interesses particulares de modo a torná-los universais, generalizando-os para toda a sociedade. (MOTA & AMARAL, 2014).

A sociedade capitalista foi vista por Marx como o modelo organizativo e acumulativo mais desenvolvido nos aspectos econômicos, políticos e sociais. O capitalismo possibilitou o desenvolvimento da vida na Terra, pôs fim a fome por escassez, imprimiu certo controle sobre a natureza, suprimiu a compressão existente entre espaço e tempo, proporcionou o inimaginável para a sociedade primitiva. Contemporaneamente, vivencia-se a era da tecnologia, em milésimos de segundo consegue-se conectar com todo planeta, as notícias nunca foram tão velozes, a medicina, ainda mais avançada, já é possível vencer doenças raras, andar sem ter pernas biológicas, a morte hoje tem que enfrentar a nonomedicina.

Contraditoriamente, deixou-se de produzir pobreza por escassez, para produzir pobreza social. Todo desenvolvimento das forças produtivas e dos meios de produção foi insuficiente para alicerçar uma sociedade igualitária, pois esse desenvolvimento se deu sobre um modelo acumulativo que tem em sua raiz a concentração e centralização da riqueza social. Muito se produz, mas esta produção é centralizada e concentrada nas mãos de uma pequena minoria, detentora dos meios de produção, que foi denominada por Marx de burguesia.

De fato, o capitalismo é o modelo acumulativo mais desenvolvido em toda a história humana, mas não resta dúvida que é também o mais devastador das relações sociais e ambientais. Os dados do último relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2018) revela que 6,5% da população global continuará na pobreza extrema até 2030⁴⁰, caso não sejam criadas políticas para planejar ações de enfrentamento a esse fenômeno social.

6,5% da população pode ser um número insignificante perto do contingente planetário e até seria se o desenvolvimento produtivo não desse conta de alimentar todos os seres humanos no mundo. Acontece que dados também da ONU indicam

⁴⁰ Ver matéria da ONU: <https://news.un.org/pt/story/2017/05/1586421-onu-65-da-populacao-global-continuara-na-pobreza-extrema-ate-2030> Acesso em: 04 Abril de 2018.

que 1,3 bilhões⁴¹ de toneladas de comida são desperdiçadas ou se perdem ao longo das cadeias produtivas, seja por desperdício propriamente dito, que representa 46%, ou nas fases da produção, armazenamento e transporte, que representam 54%. Vários são os casos no setor privado do desperdício de alimentos, que muitas das vezes é proposital, para regular a “lei da oferta e da procura”, quem não lembra dos casos da produção de tomates desperdiçadas no Espírito Santo⁴², no ano passado.

A atual quadra histórica é permeada pelos estudos que investigam as consequências do capitalismo para o meio ambiente e os resultados são devastadores. Em entrevista à Revista “Sem Terra”, István Mészáros (1997, p.23) afirma que “o grande capital domina o agronegócio”, apresentando uma análise que revela que o capitalismo vem destruindo o meio ambiente, impondo limites para a sociedade.

Com a crise iniciada em 1970 o capitalismo se reestrutura, organizando sua forma lucrativa de modo flexível, utilizando todo seu arsenal econômico, político e cultural para aprofundar a sua dinâmica ideológica, expandindo seu domínio, em um processo de mundialização do capital. Paradoxalmente, os anos que sucederam a reorganização capitalista, principalmente na América Latina, foram de ascensão dos governos ditos de esquerda, que chegam ao poder pelos anos 2000.

O pacto que se estabeleceu após o processo de redemocratização no mundo, que aparentou ser uma proposta mais humanizada do capitalismo, é colocado por terra, em uma crise atual que evidencia que: “[...] o Estado burguês não consegue mais manter, sob manto enganoso da universalidade abstrata de direitos de uma ordem democrática, seus verdadeiros e particulares interesses de classe”. (IASI, 2014, p. 59-60).

Os últimos momentos da história evidenciam que a batalha foi vencida pelos setores dominantes. Os países latino-americanos vivenciam uma guinada para a direita no campo político, com a derrota dos partidos de esquerdas no Chile, Paraguai, Argentina e Peru. Soma-se a isso, a crise na Venezuela e o golpe de Estado no Brasil, que pôs fim ao ciclo do Partido dos Trabalhadores.

⁴¹ Ver matéria da ONU: <https://nacoesunidas.org/fao-30-de-toda-a-comida-produzida-no-mundo-vai-parar-no-lixo/> Acesso em: 04 de Abril de 2018.

⁴² Ver matéria: <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2017/01/preco-baixo-faz-produtores-do-es-descartarem-20-toneladas-de-tomate.html> Acesso em: 04 de Abril de 2018.

Na particularidade brasileira, de um país subdesenvolvido e de economia dependente, nos termos de Florestan Fernandes (1973), a realidade chega a ser ainda mais contundente do projeto em curso. O golpe foi a maneira mais simplória da classe dominante estabelecer o projeto neoliberal ostensivamente. O planejamento já havia sido realizado e exposto durante as propostas de eleição, por meio do documento “Ponte para o futuro”. Com a vitória do Partido dos Trabalhadores, pelos meios democráticos, a única forma de materializar o documento seria um golpe.

O golpe foi dado e vivencia-se no Brasil um dos piores períodos desde a Ditadura Militar. Cheio de incertezas, é um lapso temporal que amedronta aqueles que defendem a democracia como caminho político para a revolução e que conhecem a força opressora do Estado na luta de classe.

Em menos de um ano o Brasil retrocedeu consideravelmente, projetos engavetados ressurgem e são aprovados em um ato de legitimidade do golpe. São retrocessos que não podem ser mensurados, pois só o percurso histórico será capaz de revelar os efeitos de uma Emenda Constitucional que congela por vinte anos os investimentos sociais, com reflexos para os Direitos Sociais, previstos na Constituição de 1988, no texto da Seguridade Social.

Aprovou-se a Reforma do Ensino Médio, a Reforma Trabalhista, o Projeto de Lei da Terceirização e ainda está em pauta a Reforma da Previdência Social. No campo ideológico avançam as ideias conservadoras de ordem fascista, com a suavidade da lógica-cultural pós-moderna. O Rio de Janeiro está sob a ordem de uma intervenção militar e já se fala abertamente dessa possibilidade ser concretizada por uma ocupação militar em todo país. No dia 14 de março de 2018 registrou-se o primeiro crime político da nova ditadura, com a morte de Marielle, e se havia dúvida sobre o que estava em xeque, não há mais.

Compreender a sociedade capitalista, sua lógica nas mais diversas fases, é primordial para o entendimento do Serviço Social como profissão e área do conhecimento, partindo do pressuposto que se trata de uma profissão, de um coletivo social, inserido em um complexo maior, que é a totalidade societária.

A pesquisa exposta devolve enquanto concreto pensado, o reflexo da realidade social para o Serviço Social. De modo interligado, os desafios e avanços da profissão refletem uma determinada conjuntura social, na qual o papel da

categoria profissional deve aliar-se a uma luta maior, que é a luta da classe trabalhadora.

Assim, é possível concluir que:

1 O Serviço Social continua constituindo-se como profissão e área do conhecimento, sendo reconhecido nacionalmente e internacionalmente pela qualidade contributiva. **No entanto, é preciso pensar nas questões que indicam a sobreposição das Políticas Social sobre o Serviço Social.**

A pesquisa revelou que 17,6% dos Programas são em Política Social e 8,8% são em Políticas Públicas, que revela um quantitativo de 26,4% dos Programas de Pós-Graduação no Serviço Social brasileiro referem-se a Política Pública/Política Social. Os dados se afirmam quando se trata das áreas e linhas de pesquisa, vejamos:

QUADRO 08: *Frequência de Ocorrências Comparativas entre Política Social e Serviço Social segundo as linhas de pesquisa e área de concentração.*
Brasil, 2015, N=34.

Linhas de Pesquisa, Áreas e Temáticas em Política Social/ Política Pública			Linhas de Pesquisa, Áreas e Temáticas em Serviço Social		
Nº / %	Linhas	Área	Nº / %	Linhas	Área
Nº	32	23	Nº	24	22
%	94,1%	64,7%	%	70,5%	61,7%

Fonte: elaboração própria, 2018.

Esse quadro se justifica pela configuração adotada pelo Serviço Social no processo de reabertura democrática, em que houve a expansão das Políticas Sociais, como discutido no segundo capítulo. A preocupação que ora se registra advém da tendência do profissional do Serviço Social se tornar um mero executor e planejador de Políticas Públicas, tendo sua formação e atuação voltada para esse processo, com prejuízo significativo para os questionamentos que possibilitem reflexões sobre a profissão.

O direcionamento pelas Política Social/Política Pública mostra-se de forma considerável nas Dissertações, que mesmo não ocupando a centralidade na

incidência das temáticas, perpassa a maioria dos eixos de modo secundário, quando se investiga por exemplo o trabalho do assistente social em uma respectiva política.

Aqui, não se constitui uma negativa da amplificação dos estudos das Políticas Sociais no Serviço Social, mas tem sim a preocupação na redução do Serviço Social às Políticas Sociais, como se a profissão tivesse seu ofício ancorado apenas na sistematização das Políticas Sociais, deixando-se de pensar questões macro que são fundamentais, inclusive, para o aprimoramento do trabalho profissional junto à Seguridade Social.

2 A razão moderna ainda é a base do Serviço Social, mas há inflexões que revelam a atual configuração capitalista, que recupera processos históricos da profissão, como a presença das correntes irracionais e psicologizantes.

As categorias formativas da Modernidade ainda são utilizadas pelo Serviço Social para justificar os problemas sociais, no entanto, constata-se também a tendência a incorporar temáticas que passaram a ser desenvolvidas no decorrer do cenário pós-crise de 1970, as quais comungam com a existência de um novo tipo de sociedade, a sociedade dita pós-moderna. A própria utilização do método em Marx, constatado na pesquisa, confirma a análise baseada na razão Moderna, nos princípios críticos da Modernidade.

Nesse ponto recupera-se a discussão realizada no segundo capítulo, sobre a necessidade de instituir uma (ir)racionalidade burguesa que subsidie a atual lógica de extração de lucro do capitalismo.

Apesar da racionalidade dialética e ontológica ainda constituir-se nas bases do Serviço Social, no que indica a investigação analítica das Dissertações, não se pode menosprezar as incidências que chegam e tendem a se agravar no atual contexto mundial e brasileiro. Há dois pontos críticos e favoráveis para esta incidência: um que é o próprio do percurso histórico e ideológico da burguesia, enquanto totalidade social, que evidencia uma renovada decadência ideológica, pelo recurso da irracionalidade, pós-moderna; e o segundo, que se refere a própria natureza sincrética do Serviço Social, nos termos de Netto (2011).

A racionalidade dialética, ontológica deve ser pauta constante nas discussões do Serviço Social. Não se pode pensar que pelo direcionamento político instituído nos anos de 1990 a profissão encontra-se salva, ao contrário, quanto mais se coloca

ao lado contrário ao capitalismo, mais necessita de conhecimento e capacitação, para traçar estratégias de enfrentamento conjunto, no debate de classe.

3. O materialismo histórico dialético continua sendo o método de direção do Serviço Social, mas é preciso atenção a dois fatores de ordem externa e interna que se interligam e inferem na utilização do método na profissão:

- i. A atual crise política, provocada pela ofensiva capitalista, que tem proporcionado a fragmentação da esquerda, o que enfraquece o pensamento marxiano/marxista;
- ii. O de ordem interna, que é potencializado por esse enfraquecimento que se dá em ordem mundial, trata-se das próprias raízes do Serviço Social, que tem em seu cerne o conservadorismo. Além disso, a posição que a profissão ocupa na divisão social e técnica do trabalho, acaba por colocar o Estado como maior empregador do Serviço Social, o que gera mais tensionamento na direção teórica e metodológica da profissão.

Esses dois fatores têm levado a duas situações evidenciadas nessa pesquisa, que se releva no quantitativo de que 27% das Dissertações não mencionam a utilização do método, sendo: a utilização do método sem o devido conhecimento, o que confirma a falta de rigor metodológico e; a utilização do método por conveniência, por ser ele o direcionamento apontado pelos órgãos representativos do Serviço Social.

Ambas as situações ocasionam a utilização errônea do método, dando espaço para o florescimento do ecletismo metodológico. Os resultados encontrados evidenciam que há uma nítida dificuldade de a profissão atingir a apropriação ontológica, descrita por Santos (2007b). Apesar de Marx ser um dos autores mais citados nas Dissertações, o que indica o recurso as fontes originais, percebe-se a dificuldade de compor os complexos de análise da totalidade social, o que revela uma falha no entendimento da teoria marxista que tem no objeto o pressuposto da contradição capitalista. Deste modo, a apreensão do marxismo no Serviço Social, pelas Dissertações investigadas, necessita avançar da apropriação ideológica para a apropriação ontológica, rompendo com a difícil tarefa que tem seu lugar na própria

formação histórica da categoria profissional, que enfrenta uma nova composição na dinâmica societária.

Diante das questões metodológicas é possível apontar ainda que no Serviço Social a questão do método se confundir com a questão da metodologia. A pesquisa indicou que 31,8% não esclarecem a abordagem da pesquisa e 27,27% as Categorias de análise.

Percebe-se no Serviço Social uma grande dificuldade de esclarecer a metodologia utilizada, tipo de pesquisa, abordagem da pesquisa, categorias de análise, entre outros. Esta relutância advém da errônea concepção de que o materialismo histórico dialético não pressupõe a necessidade de elementos metodológicos para se atingir a realidade, o que é totalmente inverídico. É certo que Marx não deixou traços, como uma receita de bolo, como é visto nos demais métodos, mas é evidente a necessidade de estruturar a pesquisa metodologicamente, eliminando o que não condiz com o método e somando os elementos essenciais para se atingir a essência do fenômeno. Como afirma Guerra (2009, p. 08):

A pesquisa científica exige rigor, métodos, técnicas apropriadas e não pode ser identificada como mera sistematização de dados, de modo que há que se desenvolver determinados conhecimentos que são procedimentais. Nosso ranço empiricista nos leva muitas vezes a identificar elaboração teórica com sistematização da prática. Afirmamos que ambas são importantes, mas sua distinção deve ser feita, em nome do rigor teórico-metodológico.

Assim, para se chegar a camada mais profunda da realidade, em sua essência, o pesquisador precisa dominar os caminhos e as estratégias que levaram ao conhecimento, ao concreto pensando. A não utilização metodológica custa um preço caro ao Serviço Social, pois quem erra na análise erra na ação. Deste modo, é crucial que se aguace na profissão os recursos que venham contribuir para uma formação em que a pesquisa seja priorizada, preparando os assistentes sociais para conhecer a realidade e assim poder intervir nela.

Há ainda uma questão que envolve diretamente a utilização do método. O presente estudo revela que existe um dilema eminente entre o que preconiza o método em Marx e a atual lógica da Produção do Conhecimento, instituída pelo produtivismo acadêmico, que tem predominado na Pós-Graduação brasileira, como

visto no decorrer da pesquisa, na análise que conferem o atual Plano Nacional de Pós-Graduação formulado pela CAPES. É um desafio realizar uma pesquisa ancorada em um método que exige a compreensão da totalidade em uma lógica que preza pela fragmentação do objeto de estudo, de modo que o tempo estipulado pelos organismos do “conhecimento”, sejam atendidos, sem prorrogação dos prazos.

Expresso aqui a minha crítica a lógica produtivista que vem sendo materializada nos Programas de Pós-Graduação em todo país, ocasionando números alarmantes de adoecimento mental⁴³, em que se valoriza o quantitativo em detrimento do qualitativo, suprimindo o conhecimento, a capacidade teleológica dos sujeitos sociais, pelo mecanicismo e imediatismo da vida regida pela lógica capitalista.

É importante ressaltar que os organismos de fomento deste país não são fundações abstratas, de modo a serem disputadas. Ao Serviço Social, cabe a tarefa necessária de não se render a essa lógica, em uma rivalidade que coloca os programas mais conceituados acima daqueles que não conseguiram atingir a meta estipulada pela CAPES, no entendimento de que estamos produzindo conhecimento que deve resultar em reflexão para a intervenção e transformação da realidade social. Desta forma, a profissão necessita se organizar de modo mais contundente, por dentro e por fora dos organismos, barganhando um conflito que não é apenas teórico, mas político e social.

4. A este processo associa-se a nítida expansão dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, o que exige o questionamento de como vem sendo realizada essa ampliação em uma tendência nacional de expansão dos mestrados profissionais.

Ao passo que expande o acesso a pós-graduação ocasiona uma certa ameaça, caso se der de forma desacompanhada, pois tende a ser conduzido pela lógica dos organismos de fomento, descrita anteriormente.

Ao exposto os elementos centrais da pesquisa, chega-se a nossa particularidade, a Categoria Trabalho. É fato que desde o movimento de renovação

⁴³ Essa discussão estar presente em: CUNHA, A. D.; LIMA, I, L, S.; ALMEIDA, B. L. F. As condições de trabalho e Saúde docente em tempos de crise do capital. In: Políticas Públicas, Escola e Estratégias de Intervenção Social: construção de possibilidade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1HqiYN4ldcdD9iOu5zsn_x09rP5b5VLZK/view

da profissão, a Categoria Trabalho tem sido pauta dos estudos dos assistentes sociais que passaram a compreender as expressões sociais por meio da contradição capitalista.

5. No que tange a atual compreensão do Serviço Social sobre a Categoria trabalho, a pesquisa revelou que há uma linha analítica que investiga o Trabalho como fundamento para o entendimento sobre as expressões da “questão social”.

A compreensão da Categoria Trabalho, do seu sentido ontológico e alienado, é fundamental para o entendimento do método em Marx. Desta forma, ao Serviço Social cabe à instituição rotineira de mecanismos que insiram a Categoria Trabalho no processo formativo e prático dos assistentes sociais.

Tem caráter relevante as ações realizadas pela ABEPSS na garantia da inserção da Categoria Trabalho dentro do Serviço Social. A ABEPSS instituiu a Categoria Trabalho nas Diretrizes Curriculares e vem assegurando a discussão por meio da criação de grupos que acompanham a produção e o processos formativos. Evidentemente, isso não impede que todas as ações sejam expandidas, sendo essencial o debate sobre o caráter ontológico do Trabalho, para além da sociedade capitalista.

A pesquisa mostrou a preocupação com a Categoria Trabalho, expresso nos objetivos das linhas de pesquisa em Trabalho. O Trabalho é visto como pressuposto para o entendimento da “Questão Social”, o que assegura a vitalidade da tese de Iamamoto e Carvalho (2013).

Os eixos analíticos revelaram a existência da preocupação do Serviço Social sobre a sua inserção na divisão sócio técnica do trabalho, nos mais variados campos de atuação. A investigação dos eixos apresenta as temáticas que vêm sendo trabalhadas pelo Serviço Social, o que ocasiona preocupação, por não haver expressividade em algumas discussões que ao meu ver são essenciais para o direcionamento crítico da profissão. Me refiro as seguintes temáticas: Organização da Classe Trabalhadora, Centralidade do Trabalho, Trabalho e Direitos Humanos, entre outras.

A respeito da falta do debate que envolve a Organização da Classe Trabalhadora, Lara (2008, p. 245 grifos do autor) já havia apontado como uma problemática em sua pesquisa, na qual destacou que apesar do momento

conjuntura ser difícil para a organização “[...] não podemos nos contentar em produzir um saber sobre a principal contradição da vida social [...] e nos satisfazer com breves denúncias da degradação do trabalho, sem ter como pressuposto a busca da *potência revolucionária do trabalho*”.

Sobre os aspectos que indicam tendências ao viés pós-moderno nas discussões sobre a Categoria Trabalho está presente temáticas que foram tonificadas com as transformações societárias, com as interpretações de intelectuais que defendem a destituição da Modernidade pela sociedade Pós-moderna. Referem-se às discussões que versam sobre: identidade, utopia da eficiência, modos de vida, cotidiano, sofrimento e conformismo, as quais não foram abordadas de modo crítico nas Dissertações analisadas. A presença dessas temáticas justifica a incidência dos autores presentes nas Dissertações.

A existência de autores vinculados às interpretações pós-modernas chega ao Serviço Social, conforme as Dissertações investigadas, pela via da relação do Trabalho com as Políticas Sociais, especificamente, sobre a Saúde do Trabalhador. É importante que se diga que as inflexões pós-modernas não se apresentam nas Dissertações apregoando o “fim do trabalho”, mas sim por discussões secundárias, que ao fim legitimam essa discussão, quando desvincula o debate sobre a Categoria Trabalho dos fundamentos da sociedade capitalista.

Seria impudência dessa pesquisa afirmar que o marxismo estaria sendo substituído pelas correntes irracionais, de modo que não são estes os resultados alcançados a partir da análise dos programas e dissertações em Serviço Social, mas não há dúvida de que a atual conjuntura tem implicações que a longo prazo podem sim desvincular o Serviço Social da direção crítica.

A pesquisa cumpre sua tarefa social que é de refletir sobre a contemporaneidade do Serviço Social, pela via da dimensão teórico-metodológica. O recorte sobre a Categoria Trabalho teve seu objetivo cumprido por conseguir – por meio dessa categoria – instaurar a ligação necessária com a totalidade social. Além disso, só era/foi pela análise da Produção do Conhecimento do Serviço Social sobre Trabalho que se chega a pontos de discussões já realizados pelo coletivo profissional, os quais são necessários e precisam ser revisados até hoje.

Não havia o intuito primário de revalidar teses históricas na profissão, até por que esta produção estava limitada desde o seu nascimento a uma dinâmica

temporal que não permite a plena elevação da realidade em suas mais variadas mediações. Mas, certamente, é possível afirmar a atualidade de duas teses principais no interior do Serviço Social: a tese descrita por Iamamoto e Carvalho (2013) e a tese do Sincretismo, defendida por Netto (2011).

A tese de Iamamoto e Carvalho visto como um divisor de águas na profissão, analisou o Serviço Social a partir das relações sociais instituídas pela sociedade capitalista. É a partir dessa tese que se compreende a profissão como sendo fruto do desenvolvimento do percurso histórico, inserindo a Categoria Trabalho como direção. Naquela quadra, Iamamoto e Carvalho (2013, p.79 grifos dos autores), descreviam: “Trata-se, portanto, de uma *totalidade concreta em movimento, em processo de estruturação permanente*”. Pois bem, é essa a compreensão que deve ser avaliada contemporaneamente.

O Serviço Social é uma profissão fincada na realidade social. É a sociedade capitalista que lhe punciona e ao entender esse movimento a categoria profissional tratou de desenvolver estratégias para amenizar, neutralizar esse puncionamento.

Ora, isso indica que não se pode sossegar e afirmar que uma direção política se dará incessantemente. O percurso histórico e a correlação de força são os únicos capazes de assegurar o direcionamento da profissão, de modo que não há possibilidade de manter as estruturas críticas do Serviço Social em uma conjuntura que desacelera a dinâmica traçada para a construção dos Direitos Sociais.

Esse processo, explica a vitalidade da tese de Netto (2011), sobre a natureza sincrética do Serviço Social. A irracionalidade é uma estratégia da burguesia para fundamentar seu estatuto do conhecimento, camuflando a realidade em seu nível aparente. A utilização das correntes conservadoras e irracionais estará ligada ao momento histórico, que dirá ser propício ao seu florescimento ou não.

O movimento de renovação do Serviço Social não pôs fim a esse processo. O movimento histórico só conseguiu mexer com a estrutura da própria profissão, em nada modificou a lógica capitalista. É preciso que se diga: a decadência ideológica que hoje se encontra renovada pela via da pós-modernidade, não é um movimento próprio do Serviço Social, mas é um movimento que chega a profissão dado a sua natureza ser intimamente ligada à natureza do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo. Torna-se mais visível no Serviço Social pelo direcionamento adotado pela via do materialismo histórico dialético.

A processualidade histórica exige do Serviço Social a defesa constante da direção social crítica. A cada movimento da história, em que as forças capitalistas avançam, reascendem os extratos conservadores no interior da profissão, a prova estar no atual movimento cunhado como “Serviço Social Libertário”, que defende as ideias liberais na direção política dos assistentes sociais.

O Serviço Social não pode e não deve fechar-se em si mesmo para compreender os processos sociais. O seu projeto não pode ser visto como um projeto superior ao projeto de classe, mas como um projeto que venha contribuir com a luta social, entendendo que o primeiro é limitado a arena da profissão, para o segundo, por sua vez, não há limites que impeçam a transformação social. Por isso, o Projeto Ético Político do Serviço Social precisa estar ancorado ao Projeto de Classe, assim não sendo, não passa de um projeto utópico e dogmático.

A Produção do Conhecimento é uma importante ferramenta de luta. Representa no Serviço Social a sua direção teórico-metodológica, sendo a forma em que a profissão devolve para sociedade contribuições, a partir da análise do real. Por essa razão, é necessário que seja de modo articulado com os elementos constitutivos da sociedade, sobre um resultado que indique a luta de classe como saída possível, utilizando a Categoria Trabalho de base analítica em todas as investigações do Serviço Social, pois ela é central para a dinâmica controversa do capitalismo.

É preciso acertar nas análises para acertar na intervenção, de modo que teoria e prática sejam um movimento horizontal e dependente. O exercício prático operativo do Serviço Social é um campo de disputa – pela inflexão da precarização e flexibilização do trabalho – mas, a produção do conhecimento também é, e não se deve menosprezar.

O momento histórico em que vive o Brasil é delicado e incerto, e essa incerteza adentra o Serviço Social. Não há como assegurar que a profissão passará imune, o seu Projeto reflete um Projeto maior, que é o Projeto da Classe Trabalhadora, e esse encontra-se golpeado.

Ao passo que essa pesquisa apresenta as suas análises finais, o Brasil vivencia um dos acontecimentos mais enigmáticos da história desse país desde o golpe militar de 64. O ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, representação máxima do Partido dos Trabalhadores, é preso no dia 07 de Abril de 2018 em um ação que

apresenta mais um episódio do golpe brasileiro. Não se pode afirmar que essa é a cartada final, estaríamos no desenvolvimento de uma ditadura militar nos moldes de 1964?. Se esse é um pressuposto possível, como ficaria a direção social crítica do Serviço Social? Como seria o processo formativo dos assistentes sociais sem a compreensão do método em Marx?

A prisão de Lula, não significa muita coisa em termos estruturais, quando se pensa sobre a ótica simbólica e enaltecida reformista. Mas quando a compreensão chega ao nível analítico do processo democrático, pode-se afirmar que não se trata da prisão do ex presidente Lula, mas da ruptura legítima da conquista democrática e, venhamos e convenhamos os resquícios democráticos em terras capitalistas são essenciais para o desenvolvimento da luta social, basta analisar a forma política social-liberal dos governos do PT, para a forma política do Governo Temer, que materializa o liberalismo em sua vertente clássica.

Este é sem dúvida um lapso de incerteza para toda a classe trabalhadora e não seria diferente para o Serviço Social, apontar tendências sobre esta conjuntura exige indagar a realidade que está dada, não em sua essência, mas em sua aparência fenomênica. Uma certeza que alimentar essa conjuntura é da necessidade de unir os segmentos de luta dessa sociedade para juntos enfrentar um só inimigo: o capitalismo, e não se iludir diante da possibilidade de conciliação entre as classes.

É importante lembrar que foi em uma conjuntura semelhante a esta que o Serviço Social conseguiu a sua renovação, questionando e se colocando como objeto de estudo.

A categoria profissional precisa se manter sólida em seus posicionamentos políticos, aliando-se ainda mais a classe trabalhadora. É hora de deixar de lado as lutas secundárias e sair fortemente em defesa da viabilização dos Direitos Sociais. A Categoria Trabalho precisa ser a direção, não em seu caráter alienante, mas em seu caráter ontológico, capaz de explicar e proporcionar modificações estruturais nas raízes da sociedade Moderna.

Em um certo momento da história Marx (2012) analisou que em períodos de crise havia terreno fértil para a revolução, não por serem as crises destrutivas, mas por elas revelarem a forma latente da mão opressora do capitalismo. Que esse

momento político possa enaltecer a luta de classe, na qual o Serviço Social tem papel fundamental.

A história não está dada. O próprio caráter do capitalismo trata de embaralhar as cartas do jogo. A revolução é um processo histórico, cunhado temporalmente pelas classes dominadas. O papel da classe trabalhadora é a tarefa do Serviço Social, no exercício de desenvolver a conscientização de classe pelas suas dimensões Ético-político, teórico-metodológica e prático-operativo, sem dogmatismo, com os pés fincados na realidade.

Referências

- ABESS. Formação profissional: trajetórias e desafios. In: **Caderno Abess**, n.7, Cortez: São Paulo, 1997.
- ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.
- ALMEIDA, B. L. F. **Análise do processo de produção do conhecimento do Serviço Social no Brasil**: a hegemonia do legado da Modernidade à ofensiva da Pós-Modernidade – Projeto de Pesquisa. João Pessoa, 2011.
- AMARAL, A. S. A política nacional de pós-graduação e suas relações com o Serviço Social. In: **Katálisis**, v.15, n.2, 2012.
- ANTUNES, R.; DRUCK, G. A epidemia da terceirização. **In**: ANTUNES, R. (org) **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ANDERSON, P. **As Origens da Pós-modernidade**. Tradução de Marcus Penchel. Zahar: Rio de Janeiro, 1999.
- BAUMAN, Z. Entrevista com Zigmunt Bauman. In: **Tempo Social -USP**. São Paulo, Junho de 2004. Entrevista concedida a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n1/v16n1a15.pdf> Acesso em: 27 de Setembro de 2017.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. Editora Schwarcz Ltda: São Paulo, 1986.
- BOITO JÚNIOR, A. Os atores e o enredo da crise política. In: **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.
- BRAGA, R. **A restauração do capital**: um estudo da crise contemporânea. Xamã: São Paulo, 1996
- BRASIL. Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior – CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Diretoria de Avaliação. **Documento da Área**, 2015.
- _____. Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior – CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Diretoria de Avaliação. **Documento da Área**, 2017.
- CANTALICE, L. B. O. **As inflexões do Pós-Moderno na Produção do Conhecimento em Serviço Social**. (Tese de Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- CARVALHO, D. B. B; SILVA E SILVA, M. O. **A Atualidade da Pós-graduação na Área do Serviço Social no Brasil**. XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. La cuestión Social y la formación

profesional en Trabajo Social en el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana. San José, Costa Rica, 2004.

_____. **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. Cortez: São Paulo, 2005.

_____. A Pós-Graduação e a Produção do Conhecimento no Serviço Social brasileiro. In: **Revista brasileira de Pós-Graduação – RBPG**. Brasília, V.4, n.8, p.192-2016, dezembro de 2007. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/129/123> Acesso em: 30 de Outubro de 2017.

CASTELSS, M. **A Sociedade em Rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer. Paz e Terra, 1996.

COUTINHO, C. N. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. In: Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. **Cadernos ABESS**, 04, Cortez: São Paulo, 1991.

_____. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. 2 ed. Expressão Popular: São Paulo, 2010.

CFESS. 36º **Encontro Nacional CFESS/CRESS – Relatório Final**. Natal, 2007. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio_2007_36.pdf Acesso em: 02 de Abril de 2018.

DEJOURS, C. **A loucura do Trabalho**: estudo da psicopatologia do trabalho. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira, 2004. Disponível em: https://www.cra-rj.adm.br/publicacoes/acervo_digital/christophe_dejours/A_Loucura_do_Trabalho/index.html#2/z . Acesso em: 22 de Janeiro de 2018.

DURIGUETTO, M. L. Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos de 1990: desafios e perspectivas. In: DURIGUETTO, M. L.; ABRAMIDES, M. B (orgs). **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

EAGLETON, T. Capitalismo, Modernismo e Pós-Modernismo. In: **Revista Crítica Marxista**, nº 53, 1996. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo265Artigo4.pdf Acesso em: 26 de Setembro de 2017.

EVANGELISTA, J. M. Elementos para uma crítica da cultura pós-moderna. In: **Novos Rumos**, ano 16, nº 34, 2001.

FALEIROS, V. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento. In: **Revista Serv. Soc. Soc.** nº84 – ano XXI. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, R. A análise de dados em Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. *et al* **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS, **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, 2009.

_____. **Modernidade: crise de “paradigmas” ou final dos sonhos? 2011.** Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000421.pdf> Acesso em: 10 de Março de 2017.

_____. A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. In: **Temporalis**. Brasília, ano 11, n.22, p. 125-158, jul./dez.2011.

_____. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 10º ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GORZ, A. **Adeus ao Proletariado**: para além do socialismo. Tradução de Angela Ramalho Vianna e Sérgio Góes de Paula. – Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1982.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. Trad. Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBBSBAWM, E. J. **A Era das Revoluções**:1789-1848. Tradução de Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. 36º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social**: esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 39º ed. São Paulo, Cortez, 2013.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. Ed.24. São Paulo: Cortez, 2013.

IANNI, O. A Crise de Paradigmas na Sociologia. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 32, Junho, 1991.

IASI, M. As manifestações de massa e a dimensão estratégica. In: DURIGUETTO, M. L.; ABRAMIDES, M. B. (orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. – São Paulo: Cortez, 2014.

JAMESON, F. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

KAMEYAMA, N. A Trajetória da Produção do Conhecimento em Serviço Social: avanços e tendências. In: **Cadernos ABESS** (nº 8). São Paulo: Cortez, 1998. p. 33-76.

LARA, R. **A Produção do Conhecimento em Serviço Social**: o mundo do trabalho em debate. (Tese de Doutorado) Franca/SP: Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP, 2008.

_____. Pesquisa e Serviço social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. In: **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 10 n. esp. p. 73-82, 2007.

_____. A incidência da Teoria Social Crítica no Serviço Social. In: **Serviço Social & Realidade**, Franca, v.18, n.1, p. 43-59, 2009.

LESSA, S. **Serviço Social e Trabalho: do que se trata?** 2006. Disponível em: http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/ssocial_trabalho_2000.pdf
Acesso em: 01 de Abril de 2018.

LINHART, D. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: ANTUNES, R. (org) **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

LIMA, M. E. A. A Psicopatologia do trabalho: origens e desenvolvimentos recentes na França. **In: Psicologia Ciência e Profissão**, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v18n2/03.pdf> Acesso em: 13 de Março de 2018.

LYOTARD, J. **A Condição Pós-Moderna**. 9º Edição. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução Maria Helena Barreiro Alves. 5º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

_____. **Manuscritos Econômico- Filosóficos**. Tradução de Jeus Raniere. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Versão Digital, 1999

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. Versão Digital, 2001.

_____. **Teses sobre Feuerbach**. Versão Digital, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/feuerbach.pdf>. Acesso em: 08 de Março de 2018.

_____. Posfácio à segunda edição. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **As Lutas de classes na França**. Tradução Nélcio Scneider. 1ed. – São Paulo: Boitempo, 2012.

MENDES, J. M. R.; ALMEIDA, B. L. F. As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social. In: **Serviço Social & Sociedade**, n.120, p. 640-661, out/dez. 2014.

MÉSZÁROS, I. **A crise Estrutural do Capital**. Tradução de Francisco Raul Cornejo [et. al.]. São Paulo, Boitempo, 2009.

_____. Capitalismo ameaça futuro da humanidade. In: **Revista Sem Terra**, n1 jul Ago Set 1997/n 43 Jan Fev 2018. Disponível em:

<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=15305&Pesq> Acesso em: 04 de Abril de 2018.

MISES, L. V. **Liberalismo segundo a tradição clássica**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2010.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. In: **Katálisis**: Florianópolis: Edufs, vol.16, n. spe, pp.17-27, 2013.

MOTA, A. E, AMARAL, A. *Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000*. In: MOTA, A.E, AMARAL, A. (ONG). **Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, pelepas e desafios**. Recife, Editora da UFPE, 2014.

NETTO, L. E. **O Conservadorismo Clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. **Lukács e a crítica da filosofia burguesa**. Lisboa: Seara Nova, 1978. v. 1.

_____. Notas sobre o marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino. In: **Cadernos ABESS**, nº 04, Cortez: São Paulo, 1991.

_____. Transformações societárias e serviço social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n.50, ano XVIII. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: **Revista Serv. Soc. Soc.** nº84 – ano XXI. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 13ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011b.

_____. Crise do Capital e Consequências Societárias. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

_____. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, M. L. O. (Org.). **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. Prefácio. In: **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. 2 ed. Expressão Popular: São Paulo, 2010.

PRATES, J. C. A produção do conhecimento e a contribuição dos periódicos para o amadurecimento teórico do Serviço Social. In: **Textos e Contextos**. Porto Alegre, v.12, n.2, p. 213-220, jul./dez. 2013.

_____. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. In: **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v.11, n1, p.116-128, jan./jul. 2012.

PRATES, J. C *et al.* Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: tendências das áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas. In: **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v.18, n.2, p. 05-33, Jan/Jun, 2016.

RANIERI, J. O fenômeno do estranhamento e a atualidade do conteúdo da crítica ao capital: ainda Marx. In: ANTUNES, R. (org) **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

RIBEIRO, D. B. As pesquisas científicas do Serviço Social: o papel do CNPq. In: **Katál.**, Florianópolis, v.20, n.2, p. 184-195, maio/ago, 2017.

RODRIGUES, M. **Michel Foucault sem espelhos**: um pensador proto pós-moderno. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. (Tese de Doutorado)

RUY, J. C. **Anotações sobre a história do marxismo no Brasil**. Texto referente à aula introdutória (O significado histórico do marxismo-leninismo / elementos da história do marxismo-leninismo no Brasil) do Curso de Nível II da Escola Nacional do PCdoB. Roteiro elaborado em 2007. Revisto e atualizado em 2013. Disponível em: http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/19_A_notacoes_historia_do_Marxismo_no_Brasil-texto_J_C_Ruy.pdf Acesso em: 30 de Outubro de 2017.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 7 ed. Edições Afrontamento: Porto, 1999.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo Pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007a. (Coleções da nossa época).

_____. A apropriação da tradição marxista no Serviço Social. In: **Cadernos Especiais**. nº 42, edição 22 de Janeiro a 19 de Fevereiro de 2007b.

SACARDO, M. S.; SILVA, R. H. R. Para a crítica da produção do conhecimento. In: **Germinal, Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.9, nº2, p.1-4, ago. 2017.

SILVA, J. F. S. **Serviço Social**: resistência e emancipação?. São Paulo: Cortez, 2013.

SOUSA, A. A. S. **Pós-modernidade**: mistificação e ruptura da dimensão de totalidade da vida social no capitalismo contemporâneo. PPGSS, Refice-PB, 2004.

SPOSATI, A. Pesquisa e Produção de Conhecimento no campo do Serviço Social. In: **Rev. Katál.** Florianópolis, v. 10, nº esp. p. 15-25, 2007.

TAVARES, Marx, marxismos e Serviço Social. In: **Rev. Katálisis**, vol.16, nº 1. Florianópolis Jan/Jun, 2013.

_____. Questão Social e Serviço Social em debate. In: **Temporális – Diretrizes Curriculares do Curso de serviço Social – Julho a Dezembro de 2007**

TONET, I. Modernidade, Pós-modernidade e Razão. In: **Temporalis**: revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, DF, ano 5, nº 10, p. 5-21, 2005.

_____. Pluralismo metodológico: um falso caminho. In: **Democracia ou Liberdade?** Maceió: Edufal, 2007.

APÊNDICES

Apêndice A - FICHA CADASTRAL DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Projeto de Pesquisa: A categoria Trabalho na Produção do Conhecimento do Serviço Social a partir do legado da Modernidade e as inflexões do pensamento Pós-moderno

Discente: Ingridy Lima

Orientadora: Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

FICHA CADASTRAL DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social:

Endereço eletrônico:

Modalidade: Mestrado [] Doutorado []

Ano de criação:

Unidade de Federação:

Região:

Áreas de concentração:

Linha de pesquisa:

Apêndice B - FICHA CADASTRAL DE ANÁLISE DOS EIXOS DAS DISSERTAÇÕES

Projeto de Pesquisa: A categoria Trabalho na Produção do Conhecimento do Serviço Social a partir do legado da Modernidade e as inflexões do pensamento Pós-moderno

Discente: Ingridy Lima

Orientadora: Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

Programa de Pós-Graduação:

FICHA CADASTRAL DE ANÁLISE DOS EIXOS DAS DISSERTAÇÕES

Nº ____/____

NOME DO/A AUTO/A:

TÍTULO DA OBRA:

ANO DE DEFESA:

OBJETO DE ESTUDO:

EIXO ANALÍTICO:

CAMPO/ÁREA:

RESUMO:

PALAVRAS-CHAVES:

Apêndice C - FICHA CADASTRAL – DIREÇÃO TEÓRICO/METODOLÓGICA

Projeto de Pesquisa: A categoria Trabalho na Produção do Conhecimento do Serviço Social a partir do legado da Modernidade e as inflexões do pensamento Pós-moderno

Discente: Ingridy Lima

Orientadora: Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

FICHA CADASTRAL – DIREÇÃO TEÓRICO/METODOLÓGICA

NOME DO/A AUTO/A:

TÍTULO DA OBRA:

ANO DE DEFESA:

OBJETO DE ESTUDO:

EIXO ANALÍTICO:

CAMPO/ÁREA:

TIPO DE PESQUISA:

MÉTODO:

CATEGORIAS DE ANÁLISE:

REFERÊNCIAS UTILIZADAS:

CORRENTE TEÓRICA DOS AUTORES MAIS CITADOS: